



O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Declaro aberta a 25ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, destinada à oitiva de testemunhas arroladas pelos Deputados Marcel van Hattem e Zé Trovão, referente às Representações nº 24, de 2025, e apensadas: Representações nº 25 e nº 27, de 2025.

Oitiva das seguintes testemunhas, arroladas pelo Deputado Marcel van Hattem (...): continuação da oitiva do Deputado Zucco; continuação da oitiva da Sra. Carolina Barreto Siebra; oitiva do Deputado Delegado Paulo Bilynskyj; oitiva do Deputado Mauricio Marcon.

Oitivas das seguintes testemunhas, arroladas pelo Deputado Zé Trovão: Deputado Sargento Gonçalves e Deputado Alberto Fraga.

Oitiva dos representados: Deputado Marcos Pollon, Deputado Marcel van Hattem e Deputado Zé Trovão.

Registro a presença da Dra. Adrielle Bernardes Lima e do Dr. Raynner Tiago Barbosa Matos, representantes do Conselho Federal de Prerrogativas da OAB.

Sejam bem-vindos, doutores!

Eu só peço, por gentileza, que o Plenário não se manifeste com placas.

Eu vou pedir mais uma vez, por gentileza.

Em conformidade com o art. 5º, parágrafo único, do Ato da Mesa nº 123, de 2020, que regulamenta a Resolução nº 14, de 2020, está dispensada a leitura de atas.

Eu peço ao Deputado Delegado Marcelo Freitas que faça a leitura da ata do dia 12 de dezembro, com as devidas retificações, a pedido.

O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS (Bloco/UNIÃO - MG) - Pois não, Sr. Presidente. Passo à leitura da ata.

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, sexta-feira, às nove horas e vinte e nove minutos, reuniu-se o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar no Plenário 11 do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Delegado Marcelo Freitas.



Registraram presença os Deputados Cabo Gilberto Silva, Delegado Marcelo Freitas, Domingos Sávio, Gustavo Gayer, Josenildo e Ricardo Maia – titulares; Delegado Paulo Bilynskyj, Luciano Amaral, Moses Rodrigues e Ricardo Ayres – suplentes. Compareceram, também, os Deputados Coronel Chrisóstomo, Diego Garcia, Fabiano Cazeca, Luiz Lima, Marcel van Hattem, Mário Frias, Ricardo Salles e Sargento Fahur. Não registraram presença os Deputados Acácio Favacho, Albuquerque, Castro Neto, Dimas Gadelha, Fabio Schiochet, Fausto Jr., Gustinho Ribeiro, João Daniel, João Leão, Maria do Rosário e Zé Haroldo Cathedral. ATA: A ata da vigésima terceira reunião, realizada em onze de dezembro de dois mil e vinte e cinco, foi aprovada, com solicitação de retificações. EXPEDIENTE: A) Em onze de dezembro de dois mil e vinte e cinco, foi recebido no Conselho de Ética atestado médico que recomenda, por nove dias, o afastamento do Deputado Marcos Pollon. B) Retificações das atas das reuniões realizadas em dez e onze de dezembro de dois mil e vinte e cinco: 1) O Deputado Marcel van Hattem solicitou consignar em ata: a) Correção na grafia de seu nome; b) Pedido da suspensão da reunião do dia onze de dezembro em função de seu advogado, Dr. Jeffrey Chiquini, só poder estar presente virtualmente apenas a partir das quatorze horas, por estar em viagem, situação comunicada na reunião anterior pelo referido defensor, alegando violação do direito de defesa técnica; c) O cancelamento dos trabalhos das reuniões do dia onze e do dia doze de dezembro por não ser usual no Conselho realização de reuniões às quintas e sextas-feiras; d) Que duas representantes do Conselho Federal de Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, foram convocadas para acompanharem a reunião em andamento, em virtude de o Dr. Ricardo de Siqueira Martins, patrono do Deputado Marcos Pollon, ter sentido suas prerrogativas violadas; e) Que solicitou a reconsideração do indeferimento da oitiva do



Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança, testemunha de defesa do Deputado Marcel van Hattem, por ele não estar presente no momento em que foi chamado à inquirição, por decisão do Presidente do Conselho bem como do Relator; e) Que apenas estavam assegurados os depoimentos do Deputado Zucco e da senhora Carolina Barreto Siebra, testemunhas do Deputado Marcel van Hattem, em função de suas oitivas terem sido interrompidas; f) Que não teria havido acordo em chamar novamente a testemunha ausente no momento de sua inquirição, com a alegação de que geraria prejuízo à defesa; g) Que a instrução probatória do processo referente à Representação nº 24/25 e apensadas iniciou em vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco, e o prazo total do processo será encerrado em vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e seis; 2) Solicitações dos Drs. Eduardo Barros de Moura e Ricardo de Siqueira Martins, advogados dos Deputados Zé Trovão e Marcos Pollon, respectivamente, para que constasse em ata: 1) Adiamento da reunião do dia onze de dezembro por conta da ausência do Dr. Jeffrey Chiquini, defensor do Deputado Marcel van Hattem; 2) Diante do litisconsórcio passivo presente neste caso, que os prazos no Conselho deveriam ser contados em dobro; 3) Que, no momento da renúncia do Dr. Ricardo de Siqueira Martins, o Deputado Marcos Pollon solicitou a suspensão da reunião. ORDEM DO DIA: O Presidente em exercício, Deputado Delegado Marcelo Freitas, esclareceu que a reunião se destinava a: 1) Oitivas das seguintes testemunhas arroladas pelo Deputado Marcel van Hattem, referentes à Representação nº 25/25: a) Deputado Zucco (continuação da oitiva), b) senhora Carolina Barreto Siebra (continuação da oitiva), c) Deputado Delegado Paulo Bilynskyj e d) Deputado Mauricio Marcon; 2) Oitivas das seguintes testemunhas arroladas pelo Deputado Zé Trovão, referentes à Representação nº 27/25: a) Deputado Sargento Gonçalves e b) Deputado Alberto Fraga; 3)



Oitivas dos representados: a) Deputado Marcos Pollon, b) Deputado Marcel van Hattem e c) Deputado Zé Trovão. Inicialmente, o Deputado Marcel van Hattem solicitou a palavra para solicitar novamente o adiamento da reunião em virtude de o Deputado Marcos Pollon, representado, estar de atestado médico, alegando risco de nulidade dos atos. O Presidente deu ciência ao plenário de que fora constituído defensor ad hoc ao Deputado Marcos Pollon, Dr. Clebson Gean da Silva Santos, o qual fez uso da palavra ponderando o adiamento da reunião. O Presidente esclareceu que este Conselho solicitou ao Deputado Marcos Pollon que constituísse um defensor. Diante da inércia do representado, este órgão solicitou um defensor ad hoc à Advocacia da Câmara dos Deputados. Em seguida, o Deputado Marcel van Hattem solicitou a leitura da ata da reunião realizada em onze de dezembro de dois mil e vinte e cinco e indagou sobre as retificações propostas na reunião anterior. Aproveitou a oportunidade e solicitou que esta reunião fosse encerrada em virtude de o Deputado Marcos Pollon estar de atestado médico. Fez uso da palavra o Dr. Clebson Gean da Silva Santos. Na sequência, o Dr. Eduardo Barros de Moura ponderou sobre a imprescindibilidade da presença do Deputado Marcos Pollon na reunião. Ato contínuo, o Presidente esclareceu que as retificações propostas nas atas anteriores constariam na ata da próxima reunião. Fizeram uso da palavra o Deputado Marcel van Hattem e o Dr. Eduardo Barros de Moura. O líder Marcel van Hattem fez uso da palavra. Com base no art. 41, III, o Deputado Cabo Gilberto Silva apresentou Questão de Ordem por meio da qual solicitou a leitura da ata, a qual foi lida pelo Deputado Josenildo. Fizeram uso da palavra o Deputado Josenildo, o Dr. Eduardo Barros de Moura, os Deputados Cabo Gilberto Silva e Marcel van Hattem, o qual solicitou a suspensão da reunião lembrando que o prazo total do processo se encerra no dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte



e seis. O Dr. Eduardo de Barros Moura reiterou a solicitação de dilação dos prazos em função do litisconsórcio. Em resposta, esclareceu que não cabe ao Presidente do Conselho de Ética decidir sobre esse assunto. Fizeram uso da palavra os Deputados Josenildo, Coronel Chrisóstomo, Sargento Fahur e Mário Frias. Ato contínuo, o Deputado Cabo Gilberto Silva suscitou a possibilidade de conflito de interesses por parte do defensor ad hoc. Fizeram uso da palavra os Deputados Cabo Gilberto Silva e Marcel van Hattem. O Presidente comunicou que o Deputado Zucco ainda não se encontrava presente virtualmente, garantindo sua oitiva posteriormente. Usaram a palavra os Deputados Coronel Chrisóstomo, Sargento Fahur, Diego Garcia, Delegado Paulo Bilynskyj e Cabo Gilberto Silva, o qual proferiu Questão de Ordem, com base nos arts. 95 do Regimento Interno, 5º da Constituição Federal e art. 8º do Pacto de São José da Costa Rica, recolhida pelo Presidente, após a qual anunciou a presença do representante do Conselho de Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil para garantir o cumprimento das prerrogativas dos advogados. Fez uso da palavra o Dr. Eduardo de Barros Moura. Em seguida, o Presidente indagou ao Dr. Clebson Silva se ele se sentia apto para atuar como defensor ad hoc do Deputado Marcos Pollon. Em resposta, ele informou que a defesa ficaria prejudicada por ele não ter tido contato com o representado. Fizeram uso da palavra os Deputados Cabo Gilberto Silva, Marcel van Hattem, o Dr. Eduardo de Barros Moura. Em seguida, o Dr. Clebson informou que não permaneceria como defensor ad hoc do Deputado Marcos Pollon em função de o representado tê-lo ameaçado de representar contra ele. A reunião foi suspensa às doze horas e três minutos. Retomados os trabalhos às treze horas e quatro minutos, o Deputado Marcel van Hattem solicitou que fosse encerrada a reunião porque considerou ter ultrapassado o prazo de uma hora para reabertura da reunião. Fizeram



uso da palavra o Deputado Ricardo Salles, o Dr. Eduardo de Barros Moura, os Deputados Coronel Chrisóstomo e Moses Rodrigues, o qual solicitou que o Deputado Marcos Pollon fosse comunicado da convocação de reunião para o dia dezesseis de dezembro de dois mil e vinte e cinco, sugerindo que o representado constituísse novo advogado. O Presidente, Deputado Marcelo Freitas, decidiu encerrar a reunião diante do pronunciamento do defensor ad hoc do Deputado Marcos Pollon de que não teria condições de prosseguir com a defesa do representado e para respeitar as prerrogativas do representado. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às treze horas e vinte minutos, antes convocando reunião para o dia dezesseis de dezembro de dois mil e vinte e cinco para continuação das oitivas referentes à Representação nº 24/25. O inteiro teor da reunião foi gravado, e as notas taquigráficas, após decodificadas, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Adriana Maria Dias Godoy Carvalheiro, Secretária, lavrei a presente ata, que, após aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Delegado Marcelo Freitas, e encaminhada a publicação no Diário da Câmara dos Deputados.

É a ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Com a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Presidente, em primeiro lugar, quero saudar V.Exa. — e também o clima ameno e produtivo que já se instalou aqui neste Conselho de Ética nesta manhã. Com certeza, será aquele em que nós nos empenharemos.

E aqui fica a minha palavra e também a do Deputado Cabo Gilberto. Estivemos, há pouco, com V.Exa. e o Deputado Gilson Marques, conversando sobre a condição das reuniões até o final das oitivas das testemunhas no dia de



hoje. Então, desde já, quero agradecer a leitura da ata, feita pelo Deputado Delegado Marcelo Freitas.

Em virtude de a ata ainda não ter sido publicada — e agora foi, agora foi —, Sr. Presidente, precisaríamos que V.Exa. desse só o prazo para a próxima reunião, a fim de fazermos as retificações, o que é um pedido da nossa assessoria técnica, mas sem nenhum intuito de obstruir muito; antes, pelo contrário.

Nós estamos aqui, então, hoje já... Não sei se o Deputado Cabo Gilberto está aqui, mas ele estava ao lado, agora há pouco.

Eu queria pedir a V.Exa. que fique consignado que nós tratamos, há pouco, da condução desta reunião de uma forma que realmente a instrução possa ser feita. Ninguém aqui é contra fazer instrução. Aliás, uma das críticas que muitas vezes é feita ao Conselho de Ética é que muitas instruções levam tempo para serem concluídas, e nós aqui estamos completamente a favor de que os prazos sejam respeitados, como deve ser para qualquer caso, por mais que nós não concordemos — e é óbvio — com a representação feita. E trabalharemos aqui, inclusive, pelo arquivamento do feito.

Eu gostaria também de ressaltar que nós, então, faremos a instrução das testemunhas. O Deputado Marcos Pollon não pôde estar conosco hoje porque está de atestado médico. E eu sei que V.Exa. disse que não vai haver prejuízo para a defesa dele, inclusive, eventualmente, se achar interessante, ainda fazer indagações às testemunhas que passarão aqui. Mas nós queremos ter aqui a garantia somente daquilo que a gente vem pedindo nas últimas reuniões — e, pela palavra de V.Exa., será dada, e também da do Relator Moses: a de que poderemos trabalhar aqui com a ampla defesa e o direito de fazermos todas as perguntas necessárias.

Estou aqui ladeado pelo meu defensor, o Dr. Jeffrey Chiquini. Agradeço por ele ter conseguido estar presencialmente. Infelizmente, na semana passada, ele não pôde estar conosco, e nós já sabemos os motivos, que estão resolvidos.



Quero ainda, Presidente, se for possível, saudar a presença da minha família. Está aqui o meu irmão, a esposa dele, Wen Wen, lá no fundo, e seus filhos, os meus sobrinhos Ethan e Audelia, que estão assistindo também à reunião aqui do Conselho de Ética e acompanhando, hoje, um pouco da vida de Parlamentar aqui. Eu sei que todos os familiares de V.Exas. também gostam de passar e conhecer um pouco. Eu não sei se espero que gostem (*risos*), mas, de qualquer maneira, estou feliz.

Não é o melhor motivo para eles estarem visitando a Casa, mas, depois, ao terminarem as oitivas, eu os levo para conhecerem outras partes interessantes da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional e, é claro, de Brasília, porque estão aproveitando as férias escolares para passarem esta semana comigo aqui, na Capital Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente, com o desejo de que tenhamos um ótimo trabalho ao longo do dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Muito bem, Deputado Marcel.

Eu desejo boas-vindas aos familiares do Deputado Marcel, um Deputado aguerrido e nosso vizinho — eu sou de Santa Catarina, e ele é do Rio Grande do Sul. Sejam bem-vindos aqui! Eu tenho certeza de que o Deputado Marcel é um motivo de orgulho para a família de vocês.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) - Sr. Presidente, só quero registrar que os penteados do Deputado Marcel e do irmão dele foram feitos pelo cabeleireiro do mesmo salão. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Eu estou percebendo isto. Foram feitos na mesma forma, não foram?

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) - Eles podem ser irmãos, mas combinar o salão também já é... Possivelmente, é o mesmo cuidador.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu vou revelar que, pela falta de tempo — de fato, o senhor é muito perspicaz —, meu irmão e eu estivemos



ontem, na Barbearia do Senado, para resolver o *look*, porque não tinha dado tempo na semana passada. Sentamos lado a lado nas cadeiras. O barbeiro era diferente, mas o corte foi igual.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) - Acho que o barbeiro estava com pressa e atrasado também. Acho que, no Senado, há dificuldade de se atender um Deputado, e, possivelmente, ele atendeu não com a boa vontade necessária. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Então, eu quero agradecer ao Deputado Marcelo Freitas, nosso 1º Vice-Presidente, pela leitura da ata.

Eu coloco as atas em votação.

Em votação as Atas das 22ª e 24ª Reuniões deste Conselho de Ética, realizadas nos dias 10 e 12 de dezembro de 2025.

Os Deputados que aprovam as referidas atas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as Atas das 22ª e 24ª Reuniões do Conselho de Ética, realizadas nos dias 10 e 12 de dezembro, com a retificação pedida pelo Deputado Marcel van Hattem.

Faço alguns esclarecimentos a respeito das oitivas das testemunhas de defesa, conforme dispõe o art. 12 do Regulamento deste Conselho de Ética.

Os Deputados convidados como testemunhas falarão somente sobre o que lhes for perguntado, sendo-lhes vedada qualquer explanação ou consideração inicial à guisa de introdução.

Inicialmente, será dada a palavra ao Relator, Deputado Moses Rodrigues, para que formule as suas perguntas, que poderão ser feitas em qualquer momento que entender necessário.

Após a inquirição inicial pelo Relator, será dada a palavra ao representado e ao seu advogado para seus questionamentos.



A chamada para que os Parlamentares inquiram a testemunha será feita de acordo com a lista de inscrição realizada pelo aplicativo Infoleg, chamando-se, primeiramente, os membros deste Conselho, que têm até 10 minutos, improrrogáveis, para formular perguntas, com 3 minutos para a réplica.

Será concedida aos Deputados que não integram o Conselho a metade deste tempo dos membros.

O Deputado que usar a palavra não poderá ser aparteado, e a testemunha não será interrompida, exceto pelo Presidente ou Relator.

Serão permitidas Comunicações de Liderança mediante a delegação de Líder, somente após a oitiva.

Dou boas-vindas ao Deputado Moses Rodrigues, Relator.

Registro a presença dos Deputados Marcel van Hattem e seu advogado, Dr. Jeffrey Chiquini; e Zé Trovão e seu advogado, Dr. Eduardo Barros de Moura, que está de forma híbrida.

O Deputado Marcos Pollon se encontra de licença médica e não constituiu advogado.

Eu quero entrar na parte do Deputado Marcos Pollon. Ontem, nós tivemos, Líder Zucco, uma conversa com o agora Líder da Oposição, Deputado Cabo Gilberto, e com o Deputado Marcel van Hattem, em que deixamos claro que o Deputado Marcos Pollon não será prejudicado de maneira alguma, neste processo aqui no Conselho de Ética.

Então, hoje nós iremos avançar com as testemunhas que os representados arrolaram. No dia 2 de fevereiro, nós iremos ouvir os representados. E, assim que o Deputado Marcos Pollon voltar da licença médica, se ele assim quiser, poderá inquirir todas as testemunhas que os representados arrolaram, para que, assim, a gente possa dar prosseguimento ao processo no Conselho de Ética.

Por muitas vezes, este Conselho é chamado de engavetador. Então a gente vai dar prosseguimento aos trabalhos no Conselho de Ética, mas, de maneira



nenhuma, cercear a defesa de um Deputado Federal que se encontra, neste momento, de licença médica.

Este acordo foi firmado junto com o Líder Deputado Cabo Gilberto e com o Deputado Marcel van Hattem, e a gente vai dar prosseguimento, hoje, às oitivas das testemunhas dos representados.

Conforme deixamos claro, a oitiva do Deputado Zucco foi prejudicada pelo início da Ordem do Dia. Então, deixamos claro que o Deputado Zucco seria a primeira oitiva, em continuidade.

Então, se o Relator...

(Intervenções ininteligíveis fora do microfone.)

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Era isto que eu iria dizer ao senhor, Presidente. Fico à disposição e já me sinto satisfeito. Eu tinha falado. O Relator fez um questionamento só, e a gente respondeu. Também na época, pelo que eu me lembro, não sei se era o Chiquini ou se foi o outro advogado que chegou também e falou que estava satisfeito. Então, para mim, a minha declaração já foi dada.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Então, Relator Moses, pergunto se está *on-line* o Deputado Zé Trovão, junto com o seu advogado, o Dr. Eduardo, e se de maneira híbrida eles querem fazer questionamentos à testemunha, o Deputado Coronel Zucco.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Bom dia, Presidente.

Bom dia, Relator.

Vocês estão me escutando?

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Sim.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Eu gostaria sim, apesar de não serem muitas. Mas eu acho importante utilizar este momento, sim.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Dr. Eduardo, V.Sa. tem a palavra.



O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Eu gostaria de perguntar para o Deputado Zucco: V.Exa. se lembra da exata participação do Deputado Zé Trovão no evento ocorrido no dia 6 de agosto?

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Eu vou pedir ao Deputado Zucco que se sente à mesa para que o advogado do Deputado Zé Trovão possa olhar nos olhos da testemunha.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Sr. Presidente, peço só 1 minuto, antes que ele chegue, por gentileza.

Quero agradecer a V.Exa. pelo discernimento; agradecer ao Deputado Moses, o Relator; agradecer ao 1º Vice-Presidente, o Deputado Delegado Marcelo; ao Deputado Marcel e a todos os Parlamentares aqui presentes. Sob a nossa liderança, Sr. Presidente, construímos um bom entendimento, um bom diálogo para avançar o processo.

Eu já fui comunicado aqui que o senhor falou — eu estava lá fora concedendo uma entrevista —, então, é essa forma que se espera. E eu agradeço ao senhor e a todo o Conselho de Ética, Sr. Presidente. Vamos avançar. Se Deus quiser, tudo dará certo, tudo será resolvido da melhor forma possível.

Estou à disposição, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Obrigado, Deputado Cabo Gilberto.

Dr. Eduardo Barros, V.Sa. tem a palavra para questionar.

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Ele já perguntou. Obrigado, Sr. Presidente. Doutor, sobre a participação do Deputado Zé Trovão, na verdade, foi uma participação idêntica às de dezenas de Parlamentares que ocuparam o plenário. Não tem, na minha visão, nenhuma participação que seja distinta. Ele estava ali com o grupo, no entendimento de uma ocupação para fins de protestar ao que nós acreditávamos ser correto, mas ele não tem nenhum, digamos assim, nenhum fator que o separe dos demais.



O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Está bem. Eu gostaria de saber de V.Exa., Deputado, se, diante de dezenas de Deputados que lá estavam, V.Exa. consegue entender por que só os três Deputados foram incluídos nesse processo no Conselho de Ética.

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Doutor, eu, sinceramente, também faço a resposta bumerangue: também não sei por que os três estão sendo elencados de forma distinta.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Em que pese... Deputado, eu acredito que V.Exa. já mencionou sobre isso. Mas, em função de estarmos diante aqui de um litisconsorte e termos condutas individualizadas, eu vou fazer umas perguntas um pouco mais específicas no tocante ao Deputado Zé Trovão, porque meus pares já fizeram outras no conteúdo de maneira geral. Então, no tocante ao Deputado Zé Trovão, o senhor viu alguma atitude agressiva dele, alguma atitude que não fosse condizente de um Deputado Federal nesse evento?

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Não, senhor. Eu acho que o Deputado Zé Trovão estava ali como todos os demais. É um Deputado educado, é muito firme nos seus posicionamentos, mas, referente ao fato específico, não, senhor.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Nós temos, dentro do próprio processo administrativo, uma informação de que o Presidente Hugo Motta entrou no plenário às 22h14min. E nós temos também documentado que a abertura da sessão foi às 22h24min, ou seja, houve um lapso temporal, da entrada até a abertura, de 10 minutos. O senhor acha possível, dentro do convívio que o senhor tem inclusive no plenário, ter acontecido algo grave em um lapso temporal tão curto?

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Não, com certeza não. Inclusive, nós havíamos conversado com o Presidente Hugo Motta. Ele sabia que nós iríamos conversar com os nossos colegas. E a entrada dele, como havia um número de Parlamentares grande, por ocasião da sessão no plenário, principalmente na Mesa, esse distanciamento também se deve a ele cumprimentar demais



Parlamentares, conversar brevemente com alguns. Eu não vi nada que desabonasse ou qualquer ato negativo.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Perfeito. Eu queria saber... Não sei se V.Exa. tem ou não o conhecimento, mas o fato ocorrido no dia 6 de agosto não é uma inovação na Casa. Nós passamos, em 2017, por uma ocupação similar, quando da reforma trabalhista. Em 2018, nós tivemos uma conduta similar, quando da prisão do Presidente Lula, e não houve nenhum procedimento neste Conselho de Ética. V.Exa. saberia diferenciar o que ocorreu naqueles atos de 2017 e 2018 para os de agora? Ou podemos dizer que foi algo que a Esquerda pode, e a Direita não?

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Doutor, eu também desconheço a motivação para que os colegas estejam neste Conselho de Ética. Já foi referendado por vários Parlamentares, por advogados, que já aconteceu algo semelhante no passado. E a gente aguarda que esta Comissão, inclusive, archive esta denúncia, já que ela foi seletiva, até porque a denúncia escolheu, primeiramente, quinze a vinte Parlamentares — entre eles, alguns tomaram advertência —, e, para esses três, estão buscando outras penas. Mas também não entendo, já que existiu em outras oportunidades algo semelhante, e não houve nenhuma punição para aqueles Parlamentares.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Perfeito. Eu tenho apenas mais duas questões. Eu queria saber de V.Exa. o seguinte: houve um testemunho, dentro desse processo, onde uma das testemunhas mencionou que todos ali nessa ocupação tinham uma função e, muitas vezes, se revezavam nessa função. Perfeito? Eu gostaria de saber se a testemunha sabe dessa... Realmente, a organização era nesse formato? Os Deputados se revezavam nas funções? Dentro dessas funções... Eu tenho cautela de perguntar, porque me parece que, em um momento, o Relator entendeu que pudesse haver alguma ilegalidade em alguma das funções ali, por se travar algum local. Mas, dentro dessas funções,



dessa ocupação organizada, o senhor viu alguma ordem ou alguma função ilegal da organização?

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Não, não existia isso, Doutor. Não existia uma função específica. Os Parlamentares que são colegas da Oposição, dos mais diversos partidos e siglas, eles se alternavam, porque alguns saíam para ir ao gabinete; outros tinham algum compromisso; mas não existia nada organizado nesse sentido.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Então, a gente pode falar que todas as funções ali estabelecidas pelo organizador, como a própria testemunha, o Deputado Sóstenes, mencionou dessa organização, obrigatoriamente não tinha ali nenhuma função manifestamente ilegal? Perfeito?

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Correto.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Então, tanto o Deputado Zé Trovão, quanto o outro Deputado que também fez ali uma função referente à entrada, o senhor entende que foi alguma função ilegal?

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Não, porque não foi designado nada. O Zé estava ali como poderia estar em outro local, poderia ser outro Parlamentar. Ele estava ali e, na medida que se aproximou o Presidente, ele deu a passagem, conversou com o Presidente sobre a nossa preocupação de momento. Dialogou, mas, em nenhum momento, teve nenhum tipo de desrespeito por parte do Parlamentar. Pelo menos é o que chegou ao meu conhecimento, doutor.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Perfeito. Queria agradecer aqui à testemunha pelo testemunho; agradecer também à Presidência pela abertura dos trabalhos. Gostaria só de fazer uma palavra, Sr. Presidente, direcionada a V.Exa. Eu vi V.Exa. mencionar que o Deputado Pollon está em afastamento e, no retorno dele, ele poderá ouvir as testemunhas, se assim ele o quiser. Perfeito?

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Exatamente, doutor. Para não prejudicar a defesa do Deputado Pollon, assim que ele voltar da licença, que vai ser no recesso, no dia 2 de fevereiro, quando a gente reinicia os



trabalhos do Conselho de Ética, o Deputado Pollon terá o direito de questionar todas as testemunhas novamente.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Perfeito. E, se isso acontecer, nós também poderemos acompanhar? Tenho receio de ele fazer menção a alguma coisa de algum dos Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - V.Sa. vai poder acompanhar, mas não vai poder perguntar.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Mas nem se ele fizer alguma menção a fato sobre o Zé Trovão, Excelência?

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Não. Doutor, V.Sa. está tendo a oportunidade de inquirir todas as testemunhas no dia de hoje. A gente está abrindo o direito de defesa novamente ao Deputado Pollon, que não precisaria, para que não paire dúvida sobre cerceamento de defesa, para o dia 2 de fevereiro, todas as testemunhas, não só as testemunhas dele. Aí, somente ele e seu advogado poderão fazer os questionamentos às testemunhas.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Perfeito, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Certo?

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, o Deputado Sargento Gonçalves, para inquirir a testemunha.

Deputado Sargento Gonçalves, como V.Exa. é membro, V.Exa. tem 10 minutos.

(Intervenções ininteligíveis fora do microfone.)

V.Exa., Deputado Marcel van Hattem, como representado, tem a palavra.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Primeiro, eu gostaria de agradecer a participação aqui da testemunha. Nós estamos desde quinta-feira com a testemunha à disposição, nosso Líder da Oposição até o dia de hoje, que repassa, com louvor, a Liderança para o Deputado Cabo Gilberto, para que continue o trabalho primoroso que está sendo feito aqui na Câmara dos Deputados. É um orgulho, Deputado Zucco, ombrear contigo aqui na Oposição.



O SR. ZUCCO (PL - RS) - Obrigado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu não quero me alongar muito, o defensor já fez várias perguntas na semana passada, o Dr. Chiquini, mas só reconstruir um pouco a história seria importante. Eu lembro que, na segunda-feira em que foi decidido o caminho dessa ocupação da Mesa, foi feita uma reunião aqui em Brasília. Essa reunião, segundo o Deputado Sóstenes, realizou-se no PL. O senhor participou daquela reunião no PL à noite, em que foi definido o rumo da ocupação? O senhor se lembra disso?

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Não me lembro.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Foi no dia em que foram dadas as medidas cautelares do Bolsonaro. Foi enviado para a prisão domiciliar, e teve uma reunião à noite no PL. Nessa reunião, segundo o Líder Sóstenes relatou, houve a sugestão do Deputado Marco Feliciano, que está aqui atrás...

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Ah, eu me lembro, sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Chegou no ponto.

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Sim, sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O senhor esteve nessa reunião, então?

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Estive. Estive.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Confirma, então, a informação de que o Deputado Marco Feliciano sugeriu a ocupação da Mesa da Câmara dos Deputados?

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E do Senado da República?

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E nós estávamos, naquele momento, na volta do recesso, não é verdade?

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Isso. Não tinham começado os trabalhos ainda.



O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E a decisão foi de que tanto na Câmara como no Senado se faria essa ocupação?

O SR. ZUCCO (PL - RS) - O.k.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu até acho que seria expletivo repetir tudo o que já foi dito pelo Deputado Sóstenes e pelo Deputado Nikolas. Eu só vou pedir para confirmar a ordem dos acontecimentos. E o senhor diz se eu estou enganado ou se eu estou certo, já é o suficiente. No dia seguinte houve uma coletiva diante do Congresso Nacional, na rampa do Congresso Nacional, e, durante essa coletiva, houve Deputados e Senadores que cumpriram missões de ir às Mesas, tanto da Câmara como do Senado, para que elas fossem ocupadas com vistas à manifestação política pacífica que se estava prevendo. Confirma?

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Correto.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - No caso da Câmara dos Deputados, até onde me vai a memória, o Deputado Sanderson era o responsável por cumprir essa missão em nome dos Deputados. Era isso mesmo? Ele e um grupo de Deputados?

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Sim. Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E, no Senado, eu já não me recordo quem foi, mas um Senador fez a mesma coisa. Passamos durante a noite, fizemos escalas, inclusive. Lembro que o Deputado Evair de Melo sempre traz cafezinho para nós, lá do seu Estado, o Espírito Santo, para saborearmos e degustarmos durante as reuniões da Comissão e também do Conselho de Ética aqui, mas, mais importante ainda, foi durante a madrugada, quando estivemos lá cumprindo o nosso plantão. Passando para o dia, assim, para não tomarmos muito tempo na nossa narrativa toda, que é baseada nos fatos... Passando para o dia fatídico em que se buscava a desocupação na Mesa, nós tivemos uma reunião com o Deputado Presidente Hugo Motta fora da Câmara dos Deputados. Nessa reunião estavam presentes o Deputado Sóstenes Cavalcante, o Deputado Altineu



Côrtes, a Deputada Caroline de Toni, o Deputado Nikolas Ferreira, V.Exa. e eu, correto?

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Correto.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Naquele momento, houve qualquer tipo de ameaça do Deputado Hugo Motta de que poderia acontecer alguma coisa com aqueles que estavam se manifestando na Câmara dos Deputados?

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Pelo contrário. Pelo contrário. Na verdade, a gente sempre conversava de uma maneira extremamente cortês, dizendo que entendia que, logicamente, era importante a gente ter um entendimento do que estava acontecendo. Mas em nenhum momento — em nenhum momento — da reunião foi falada a palavra "punição".

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Em nenhum momento? Zero? Não houve qualquer tipo de ameaça, qualquer tipo de admoestação? Eu talvez até vou me exceder aqui. V.Exa. me corrija. Mas me parece que a postura do Deputado Hugo Motta era até, de certa forma, de reconhecimento de que a pauta que estávamos propondo era uma pauta que realmente interessava à Oposição e ao povo brasileiro e entendia que, de alguma forma, nós estávamos nos manifestando a respeito dessa pauta, não é verdade?

O SR. ZUCCO (PL - RS) - É, na oportunidade, ele estava muito tranquilo. O diálogo conosco era muito respeitoso. Ele tem uma relação cortês com todos os Líderes, tanto comigo, com a Carol, com o Sóstenes. E, realmente, eu não vi nada que nos trouxesse até uma preocupação em torno do fato da ocupação.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E eu acrescentaria, Deputado Zucco, me parece que, durante aquela reunião, foi confirmado pelo Deputado Sóstenes, mas V.Exa. pode eventualmente dizer que não é verdade e, por isso, o senhor está aqui como testemunha, me parece que o Deputado Hugo Motta estava determinado a abrir a sessão da noite independentemente da desocupação da mesa, pois ele teria dito, aliás disse, porque eu estava lá e eu ouvi, posso ter



ouvido mal, mas eu ouvi que ele abriria a sessão de qualquer maneira naquela noite, mesmo que não fosse desocupada a mesa, porque o Regimento permitiria a ele abrir de outro local se fosse necessário. Confirma essa informação?

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Correto. Correto.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Então, Sr. Presidente e Sr. Relator, aqui fica claro que nós não apenas agimos de uma forma legítima, como também o Presidente da Casa entendeu a nossa ação como tal e disse que, apesar da nossa ação ser legítima, ele também tinha legitimidade, dada pelo Regimento, de abrir essa reunião de outro local. E aí, à noite, eu digo à noite, mas foi ato contínuo, nós viemos aqui à Câmara dos Deputados, comunicamos com vários Deputados que lá estavam. Lembro do Deputado Sargento Gonçalves naquela oportunidade à tarde. O Deputado da Zaeli, se eu não me engano, estava lá também. O Deputado Nikolas veio e conversamos. Fizemos um círculo ali diante da mesa ocupada, conversamos sobre a situação, dissemos que estávamos propondo um acordo e que nós sairíamos logo mais, quando o acordo fosse, de fato, costurado e cumprido, porque esta Casa é uma casa de acordos e há acordos que, até agora, o Deputado Líder Sóstenes tem reforçado isso, não foram cumpridos. Correto, Deputado Zucco?

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Até aquele momento, inclusive, o acordo da anistia não tinha sido cumprido. E, na minha opinião, ainda não foi, porque não foi pautada a anistia, que é o que nós todos queremos. Acontece, Sr. Presidente, que nós recebemos, logo depois de ocorrida essa reunião, a informação principalmente pela imprensa, Deputado Zucco, de que a polícia legislativa poderia vir a ser utilizada para desobstruir, ou melhor, desocupar a mesa. Confere essa informação, Deputado Zucco?

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Sim.



O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E essa informação, na sua opinião, ela contribuiu para acirrar ou para acalmar os ânimos daqueles que estavam fazendo a ocupação?

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Na verdade, o que eu me recordo e que chamou a atenção, e é importante que o Presidente e o Relator já devem ter escutado isso em algumas, acho que o Nikolas, eu estava aqui por ocasião do testemunho dele, nós conversamos com Hugo Motta. Eu acho que o Marcel não sei se participou de toda a conversa, o Evair estava junto, o Sóstenes, acredito que o Luizinho, o Brito. E a conversa estava extremamente respeitosa, harmoniosa, e havia, inclusive, o acordo, construído com o Presidente Hugo Motta, da desocupação. Nós pedimos para o Presidente. O Presidente entendeu que aquele momento já estava, digamos assim, construído o que nós pretendíamos, que era mostrar a nossa desaprovação com alguns acordos que não estavam sendo cumpridos. E ele aceitou o nosso argumento de ir lá conversar com os Parlamentares. E, após a conversa com os Parlamentares, nós íamos avisá-lo que ele iria para a mesa sem problema algum. Quando nós saímos, tanto eu, o Sóstenes, Nikolas, o Luizinho; me chama a atenção, o Luizinho participou ativamente, o Brito também. Nós estávamos conversando com os Parlamentares no início ali da mesa. E Hugo Motta, não sei se por iniciativa pessoal ou alguém, chamou. E a gente ficou preocupado que não teve tempo hábil para avisar *"Olha, acordamos com o Presidente, está tudo tranquilo"*. E eu deixo ressaltado também que, naquele momento, onde tinha muitos Parlamentares, Relator, na medida que o Deputado Marcel, o Deputado Pollon, especificamente, que estavam à mesa, escutaram do Sóstenes, do Nikolas ou, enfim, que tínhamos conversado com o Hugo Motta, na mesma hora, eles levantaram. O problema foi que, neste trajeto, nem todos tinham ciência do acordado com o Presidente. Então, o Presidente Hugo Motta ele fez, sim, um diálogo franco. Nós temos um grande respeito pelo Presidente. E ele tinha entendido que nós iríamos conversar ali com alguns. O próprio Luizinho, acho que seria uma testemunha muito positiva, Deputado Marcel, a ser arrolada, porque ele



é uma peça-chave, porque faz parte do grupo mais íntimo aí do Presidente, e ele sabia que nós tínhamos conversado. Mas, deixou claro, quando o Presidente chegou, as frações de segundo, até porque tinha Parlamentares do espectro da Esquerda ali no meio, que esses, sim, estavam querendo complicar, eles falaram. O Deputado Marcel levantou, o Deputado Pollon levantou, até porque eles estavam querendo saber o que tinha sido conversado. Mas, não sei se respondi, se dei uma volta, Deputado. Mas dizendo que V.Exa., no primeiro momento, assim, deixou a cadeira.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O senhor viu alguma ordem direta do Hugo Motta de saída das cadeiras, alguma coisa ali naquele momento?

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E isso tem sido importante também para a nossa defesa, caro Presidente, principalmente o Relator, porque a gente percebe que, não apenas não houve um comando direto do Presidente que tenha sido desrespeitado, como houve a ação voluntária dos Deputados que ali estavam. E aí não sou somente eu ou o Deputado Pollon que estamos respondendo a esse processo hoje no Conselho de Ética, por obra do PT e do PSOL, que faz muito diferente nas suas manifestações, mas de todos os demais Parlamentares que desmobilizaram rapidamente.

O SR. ZUCCO (PL - RS) - E um aparte, Deputado, se o senhor for ver as imagens, logo após ele sentar na cadeira, é justamente os Parlamentares Nikolas, Deputado Zucco, o Deputado... Ali, quem estava em volta inclusive apoiando aquele momento, éramos nós. Éramos nós que estávamos ali com o Presidente Hugo Motta, de forma totalmente coerente com ele. É só pegar as imagens que dá para ver isso aí.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E, em contrapartida, uma Deputada...

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Agrediu o Deputado Nikolas e não está...



O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O senhor poderia contar sobre isso?

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Eu estava do lado do Deputado Nikolas. Relator, esta parte é muito importante. Eu estava do lado do Deputado Nikolas, ao lado. O senhor pode pegar as imagens. Tinha, se eu não me engano, uns seguranças aqui, mais alguns Parlamentares. E a Deputada Camila Jara se aproximou, começou a ofender, a xingar o Deputado Nikolas, a nos xingar. E, de repente, ela chega... Quando o Deputado Presidente fez uso da palavra, abriu a sessão, ou seja, presidiu, na medida em que ele foi levantar e deu as costas, ela o agrediu. E há os testemunhos — e seria bem importante também solicitar as imagens. Eu não vi a agressão, mas eu vi o Nikolas na hora, caindo de dor. Mas os seguranças que estavam naquele momento viram a agressão física da Deputada no Deputado Nikolas. O Presidente Hugo Motta, inclusive, viu o Nikolas caído. E em nenhum momento, Dr. Chiquini, em nenhum momento foi elencado esse fato durante todo o processo. Eu sei que não é alvo da denúncia, mas isso também aconteceu. É importante acrescentar que nós estávamos ao lado do Presidente Hugo Motta naquele momento, justamente contra-argumentando os Deputados de esquerda que estavam ofendendo o Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O senhor tem conhecimento de representações feitas contra a Deputada Camila Jara, Deputado Zucco?

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Não sei. Acredito que o PL chegou a fazer. O PL fez?... Fez.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O senhor tem ideia de por que esse processo nosso está andando desse jeito — e, repito, Presidente, dentro dos prazos e estamos aqui contribuindo —, enquanto o processo da petista até agora não chegou no Conselho de Ética? O senhor tem ideia de por que isso?

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Eu tenho grande respeito pelo Presidente, inclusive acompanho o trabalho dele e tudo o que chega aqui ele é extremamente correto nos seus procedimentos. Mas, realmente, são dois processos que até hoje



eu não entendo: a agressão física do Deputado Quaqué, que deu um bofete no Deputado Messias Donato, na nossa frente, e aquilo nunca avançou; bem como a agressão da Deputada Camila Jara, física, com testemunhas, que também não avançou. Mas, logicamente, eu isento totalmente a Comissão de Ética porque ela não tem como fazer algo que não chega aqui.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Exatamente. Era neste ponto em que eu queria chegar, Deputado Zucco. Aliás, o Conselho de Ética não tem a menor responsabilidade sobre esse caso da Camila Jara. Agora, o Corregedor, sim. O Corregedor despachou o nosso caso com 1 mês de pedido de suspensão, por uma manifestação pacífica e até agora, Deputado Zucco, não despachou para o Conselho de Ética o caso da Deputada Camila Jara. Que força é essa, Sr. Presidente, que o PT tem, que a Esquerda tem, para proteger uma Deputada, enquanto aqui mais de cem foram representados pelos três...

O SR. ZUCCO (PL - RS) - O Quaqué foi tão grave quanto também, Deputado. O caso do Quaqué também foi algo gravíssimo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Nós representamos mais de cem Deputados aqui, como foi dito pelo Deputado Sóstenes. Ele pediu que a gente entendesse, que não era nenhum demérito nosso, mas nos chamou de "boi de piranha" aqui — o Líder do PL. Aliás, ele é um Líder respeitado, que fez um excelente trabalho nessa condução e pediu que punissem a ele, em lugar de punir qualquer outro Deputado aqui no Conselho de Ética. Enquanto nós aqui representamos um movimento de mais de cem Parlamentares, com ampla base social, uma única Deputada que agride nas partes íntimas um Deputado Federal até agora não tem seu processo instaurado no Conselho de Ética, porque o Corregedor não mandou.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - E, novamente, ela agrediu agora o Secretário da Mesa, o Lucas.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu quero anunciar aqui, Sr. Presidente, que o Partido Novo está entrando com representação hoje contra a



Deputada Camila Jara, pela agressão que fez, não ao Parlamentar — o que eu acho ainda mais grave, apesar de que qualquer agressão é absurda —, mas contra um servidor desta Casa, ato que foi filmado, gravado. A Deputada Camila Jara agrediu o Secretário da Mesa, Lucas Ribeiro — não é? Agrediu o Secretário da Mesa, o Secretário-Geral da Mesa. Então, é esse tipo de dois pesos e duas medidas que nós não aceitamos, e é por isso que nós pedimos aqui e fazemos essa nossa defesa enfática, para que, primeiro, não haja punição para quem não cometeu atos que não podem ser puníveis. Essa é a primeira regra do Direito: não há punição possível por um ato de resistência pacífica, uma ocupação fora do horário de sessão, respeitosa, voluntária, ainda mais à luz de que aqueles, Deputado Domingos Sávio, que agredem os colegas passam simplesmente impunes ou, pelo menos, até o momento, a impunidade tem reinado no caso da Camila Jara. E, para concluir, quero também dizer que eu soube de uma movimentação — que espero se confirme, e o Partido Liberal pode confirmá-la — para que também o Deputado Glauber, que hoje está suspenso por 6 meses, responda perante este Conselho de Ética, não por uma ocupação pacífica. O Deputado Glauber Braga sentou-se na cadeira do Presidente da Câmara, com o andamento da sessão que estava em curso e constrangeu o Presidente. Primeiro, Deputado Luiz Lima, permita-me fazer uma reparação, porque ele constrangeu os servidores, sim, mas primeiro o Presidente. Ele usou a palavra que ele usurpou, porque ele não podia ter usurpado a cadeira da forma como usurpou. E mais: ele não permitiu que Deputados como V.Exa. utilizassem da palavra. Eu vi as imagens de V.Exa. implorando para que ele lhe desse a palavra; ele não dava, a não ser para o pessoal lá do campo dele, da Esquerda. Ele constrange o Presidente da Câmara, Sr. Presidente, como se estivesse sentado na sua cadeira, dizendo: *"Eu quero ver se o Presidente vai me arrancar daqui"*. O senhor viu, Deputado Zucco, algum dos membros daquela manifestação pacífica, da nossa ocupação, desafiar a autoridade do Presidente Deputado Hugo Motta?



O SR. ZUCCO (PL - RS) - Nós temos aqui, Deputado Marcel — não sei se do microfone está saindo som —, grandes formadores de opinião no espectro da Direita, com redes sociais fortíssimas, e em nenhum momento, nenhum Parlamentar, Presidente e Relator, foi denegrida a imagem do Presidente, diferentemente do que a Esquerda faz. Nenhum Parlamentar, mesmo tendo o ato de ocupação, ofendeu, criticou; pelo contrário, sempre procurou a conversa com o Presidente Hugo Motta, que foi muito bem recebido. Então, é algo totalmente desproporcional.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E aí, Deputado Zucco — também já anunciando que deve ser acionado no Conselho de Ética o Deputado Glauber Braga, que hoje está suspenso, mas precisa responder também sobre essa sua ação violenta —, ele não provocou apenas o Presidente desta Casa; ele provocou — aí, sim, entro na seara do Deputado Luiz Lima — os demais colegas Deputados, porque havia Deputados tentando negociar, inclusive do PT. Eu vi o Deputado Carlos Veras sentado ao seu lado, tentando demovê-lo da ideia de permanecer na cadeira — e também servidores da Casa —, a ponto de a Polícia Legislativa ter de atuar para retirá-lo da cadeira de uma forma que, infelizmente — infelizmente —, nós temos de lamentar, pela destruição que ocasionou. Eu vi servidor saindo com o computador embaixo do braço, eu vi fios arrebitados na mesa, eu vi copo quebrado. Eu vi um cenário de guerra, Deputado Zucco. Eu queria que V.Exa. esclarecesse aos presentes se era semelhante ao cenário da mesa que nós ocupamos depois que saímos da cadeira e o Deputado Hugo Motta ali se sentou. Havia alguma semelhança?

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Não há comparação, Deputado Marcel. Nós estávamos ali com mais de cinquenta Parlamentares, e nenhum deles agiu de forma desrespeitosa para com qualquer servidor, para com qualquer outro Parlamentar, principalmente para com o Presidente Hugo Motta. O Presidente Hugo Motta sabe que esta Oposição e os mais diversos partidos que a compõem foram extremamente respeitadores ao seu mandato, e estão sendo respeitadores



ao seu mandato, diferentemente do Deputado Glauber. O *modus operandi* da Esquerda é realmente partir para o confronto, ofender de forma pessoal. Isso acaba chamando a atenção, neste momento, aqui neste Conselho.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Para esclarecer, Presidente — é informação da assessoria —, o Partido Novo e o PL fizeram uma representação contra a Deputada Camila Jara no dia 8 de agosto. Até hoje repousa em berço esplêndido na gaveta ou na mesa, não sei, do Sr. Corregedor. Eu pediria, inclusive, Sr. Presidente, que V.Exa. solicitasse, até por uma questão de equidade, que esse processo andasse como está andando o nosso aqui. E, para encerrar minha manifestação e dar oportunidade para os colegas também fazerem as suas perguntas, eu quero agradecer ao Líder Zucco, porque foi um Líder correto durante o processo de ocupação. Não levou os seus liderados para um caminho que fosse equivocado, de violência. Pelo contrário, acalmou os ânimos, sempre que necessário, inclusive nos momentos mais difíceis, quando nós víamos os petistas provocando, no plenário da Câmara dos Deputados, os Deputados da Oposição. E o Deputado Zucco dizia: *"Calma! Não deem ouvidos"*. Era difícil não dar ouvidos para Deputados petistas dizendo: *"Queremos trabalhar"*. É algo bem atípico, Sr. Presidente. Estavam lá os Deputados petistas gritando: *"Queremos trabalhar"*. Nunca vi quererem trabalhar. Só no dia em que nós ocupamos a mesa os petistas estavam querendo trabalhar. E eu quero agradecer a V.Exa., Deputado Zucco, porque é nesses momentos que nós conhecemos verdadeiros Líderes, as pessoas que realmente respeitam seus colegas, as pessoas que colocam o seu bem-estar em risco em nome dos demais. V.Exa. disse — o Deputado Sóstenes Cavalcante, Líder do PL, agiu da mesma forma —, por diversas vezes, para todos os Parlamentares que estavam naquela ocupação: *"Pode me botar na frente. Se alguém for punido aqui, que sejamos eu e o Deputado Sóstenes Cavalcante, e não os nossos liderados"*. É ou não é verdade, Deputado Zucco?



O SR. ZUCCO (PL - RS) - Inclusive, Deputado Moses, Presidente Fabio, eu tenho grande respeito por V.Exas. e, sinceramente, sei que os têm um entendimento de conduzir esta Comissão escutando. Logicamente, o Presidente Hugo Motta e o Corregedor estão em contato com V.Exas. Isso é normal. A Casa se preocupa com o Conselho de Ética. Há Deputados aqui de história. Está aqui o Deputado Fraga, que já está no seu nono mandato — ou décimo segundo, se eu não me engano —, já completando quase 80 anos de Casa.

(Manifestação no plenário: Highlander! Matusalém!) (Risos.) Brincadeiras à parte — a gente está tentando descontraír num momento tão difícil —, eu peço a V.Exas. que passem o quadro real deste Conselho. Quando a gente tem o entendimento de que o erro aconteceu, a gente, logicamente, coloca toda a análise do ocorrido. Eu quero pedir para V.Exas. que revejam qualquer tipo de decisão. A Oposição como um todo, que gira em torno de cem Parlamentares, participou daquela ação de ocupação, entre saídas e entradas — uns ficaram 5 minutos, outros ficaram o tempo todo. Mas, de forma coesa, mostraram um desagravo ao que tinha sido conversado com o Presidente e destacaram as pautas que achavam que era importante que fossem democraticamente decididas pelo Plenário — os 503 Deputados poderiam decidir. E é importante salientar que todos os momentos de diálogo com o Presidente Hugo Motta foram respeitosos, tanto da parte da Oposição como da parte do Presidente. Chamo a atenção, Relator e Presidente, para a forma seletiva com que os três Deputados estão sendo tratados, o que nos prejudica como parceiros, como colegas. Aqui está o Deputado Fraga, que tem uma história no Parlamento, está o Deputado Evair, que tem uma história no Parlamento, está o Deputado Marco Feliciano, que tem uma história no Parlamento, está o Deputado Domingos Sávio, que tem uma história no Parlamento. Os demais são Deputados mais jovens de mandato, mas eles estavam conosco. E fica ruim para a história deles, inclusive, a gente não ter esta união. Fomos advertidos e entendemos que essa advertência foi muito bem-vinda — aceitamos a advertência. Solicitamos, Presidente — V.Exa. tem tamanho para



isso —, que os advirta. Pode advertir os Deputados Marcel, Zé e Pollon, o que é correto. Mas sacar os três mediante alguns dados que as testemunhas estão trazendo, que não fortalecem a tese de que os três se diferenciaram, fragiliza uma oposição respeitosa, forte e posicionada. É importante salientar o exemplo do Deputado Glauber, que está sendo punido com 6 meses de suspensão pela agressão a um cidadão que compareceu a esta Casa. Ele não foi julgado pela obstrução, que foi diferente da ocupação, que não estava tendo nada. Ele não foi julgado pela obstrução. O Deputado Glauber foi julgado pela agressão para com o integrante de um movimento. É bem importante salientar, Presidente, que nós saímos, como foi acordado. Havia uma conversa com o Presidente. Eu peço a V.Exas. que retratem o que realmente enxergaram nesta sessão — as testemunhas, os Deputados, os advogados. Eu sei que o Sr. Relator, que é um Deputado muito experiente, vai saber conduzir, da melhor forma, o seu relatório.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Bom, Deputado Zucco, eu também encerro por aqui. Eu quero agradecer o depoimento de V.Exa. Quero agradecer, mais uma vez, a sua liderança ao longo desse período aqui na Câmara dos Deputados. Quero agradecer a voz da verdade. Sr. Presidente, Sr. Relator, nós não podemos admitir dois pesos e duas medidas. Eu sei que V.Exas. não querem isso para esta Casa. Então, eu faço aqui um apelo para que o Corregedor mande também o caso da Camila Jara, porque a gente vai poder ver com justiça quem agiu de uma forma e quem agiu de outra.

O caso do Deputado Glauber é muito recente, não tem nem prazo. Agora, o caso da Deputada Camila Jara tem que estar aqui no Conselho de Ética, se não der agora, antes do recesso, após o recesso. Não pode não ter instrução disso, não pode ficar parado lá. Ela agrediu o colega. Nenhum de nós agrediu ninguém. Aliás, a Esquerda é useira e vezeira de dizer que está fazendo manifestação, que está fazendo obstrução, mas vai lá e faz o quê? Usa da violência.



O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Ainda bem que o Deputado Nikolas já tem dois filhos. Graças a Deus.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Então, Presidente, fica aqui a minha manifestação.

Agradeço à testemunha por ter contribuído com as respostas dadas à minha inquirição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Muito bem, Deputado Marcel.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, o Deputado Sargento Gonçalves, para inquirir a testemunha. *(Pausa.)*

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) - Sr. Presidente, V.Exa. poderia nomear os cinco próximos Deputados?

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Sr. Presidente, eu queria fazer um pedido a V.Exa.

Não sei se os meus colegas Parlamentares entenderam que hoje nós fizemos um acordo aqui com o Presidente e com o Relator no sentido de buscar realmente não obstruir os trabalhos, para que a gente possa avançar. Então, realmente, se tiverem perguntas, que sejam positivas para o processo, mas que não sejam proteladas, até para não atrapalhar o nosso Presidente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Perfeito, Deputado Zucco.

Respondendo ao Deputado, informo que nós temos aqui: Deputado Sargento Gonçalves, membro, para falar por 10 minutos; Deputado Rodrigo da Zaeli, membro, por 10 minutos; Deputado Gustavo Gayer, membro, por 10 minutos; Deputado Domingos Sávio, membro, por 10 minutos; Deputado Gilson Marques, membro, por 10 minutos.

Temos inscritos os seguintes não-membros: Deputado Sargento Fahur, para falar por 5 minutos; Deputado Evair Vieira de Melo, por 5 minutos; Deputado Mário de Freitas, por 5 minutos; Deputado Pr. Marco Feliciano, por 5 minutos.



Portanto, se nós ficarmos aqui com o Deputado Coronel Zucco, nós teremos 1 hora e meia. Eu peço, se nós pudermos... Assim como o Deputado Marcel van Hattem, nós temos mais cinco testemunhas ainda.

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Presidente, uma pergunta para V.Exa. Realmente, os meus colegas... Poderíamos parar ao meio-dia, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Deputado Coronel Zucco, nós começamos agora. A previsão... A previsão de nós pararmos seria quando nós chegássemos à testemunha Deputado Alberto Fraga. Então, quando nós chegarmos ao Deputado Alberto Fraga, nós entraremos em suspensão no Conselho de Ética.

Eu passo a palavra, agora, ao Deputado Sargento Gonçalves.

V.Exa. tem 10 minutos.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Sr. Presidente, o meu futuro Líder Cabo Gilberto me pediu que eu não falasse. Não vou chamá-lo de Gilberto de Moraes para não ser desrespeitoso com ele, mas eu vou buscar ser o mais breve possível.

De fato, eu não poderia deixar de estar nesta manhã, primeiramente, para me solidarizar com o Deputado Marcel van Hattem, com o Deputado Zé Trovão e com o Deputado Marcos Pollon, que não estão aqui. E por quê, Sr. Presidente e nobre Relator? Primeiramente, porque, de fato, eu me sinto constrangido ao ver esses três colegas sendo ouvidos aqui no Conselho de Ética por um ato que nós estávamos juntos, participamos.

Como bem já disse a testemunha, mais de cem Deputados participaram desse movimento, um movimento pacífico de ocupação da Mesa Diretora, cobrando uma pauta justa. Diferentemente do Deputado Glauber, que buscava ali uma pauta de interesse individual, pessoal, nós estávamos em busca de uma pauta coletiva, uma pauta do Brasil. Inclusive, já havia ocorrido o descumprimento, na verdade, por parte do Presidente Hugo Motta, de um compromisso acertado com a Oposição desta Casa.



Realmente, eu me sinto constrangido ao ver colegas aqui respondendo a um processo com risco de sofrer uma punição, nobre Relator Moses. Sei que V.Exa. é um homem justo. De fato, a gente não consegue compreender o que leva apenas esses três Deputados a terem sido pinçados, escolhidos, para estarem aqui no Conselho de Ética.

Eu, de fato, me constranjo ao olhar para a minha esposa, para as minhas filhas, ao olhar para colegas ou cidadãos do nosso Estado que acompanharam as transmissões da TV Câmara e viram que nós também fazíamos parte daquele movimento. E, de repente, me perguntam: *"Por que, Gonçalves, hoje o Marcel corre o risco de ser punido, o Zé Trovão corre o risco de ser punido, o Pollon também, e você, que estava lá, e tantos outros Deputados... Que covardia é essa com esses três Deputados? Vocês jogaram os colegas Parlamentares à própria sorte?"*

Parece que a gente, no caso, está coadunando com essa injustiça praticada, que é esses três Deputados estarem aqui no Conselho de Ética em razão de um movimento coletivo, como eu disse, de mais de cem Deputados.

Nobre Líder, Deputado Zucco, eu ouvi alguns Deputados de centro e de esquerda, principalmente, falando sobre desrespeito à democracia o fato de pelo menos cem Deputados e Deputadas ocuparem a Mesa Diretora de forma pacífica, representando uma parcela significativa da população, exigindo que o Presidente Hugo Motta pautasse algo que, inclusive, já havia sido acordado. Na opinião de V.Exa. — parece não, vai ser uma resposta bem óbvia, mas há a necessidade de expormos essa situação flagrante para o Brasil —, o que configura desrespeito à democracia: cem Deputados que representam uma parcela da sociedade brasileira ocuparem pacificamente a Mesa Diretora da Câmara Federal, ou um Ministro do STF, que não tem um voto sequer, desrespeitar a decisão da maioria desta Casa, como, por exemplo, a da semana passada, sobre a não cassação do mandato da Deputada Carla Zambelli, a Deputada mais bem votada no último pleito, em 2022? O que seria, para V.Exa., um desrespeito à democracia? Seria



um Ministro não respeitar a decisão desta Casa? Seria sentar-se sobre a cabeça do Presidente Hugo Motta ou desrespeitar a Presidência da Câmara Federal? Ou seriam esses cem Deputados, de forma pacífica, sem desrespeitar o Presidente, ocuparem a Mesa, ou esse Ministro, infelizmente, passar por cima da decisão soberana desta Casa Legislativa?

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Deputado Sargento Gonçalves, um grande Parlamentar, eu vou falar de forma muito rápida. Na verdade, acredito que qualquer pauta, seja do espectro da esquerda, da direita ou do centro, é legítima quando é apresentada, quando ela é passada... No nosso caso, já havia um pedido formal. Tínhamos tido uma conversa muito madura com o Presidente. E cabe ao Congresso, cabe aos 513 Parlamentares decidir se a pauta deve ser aprovada ou não. E era esse o nosso entendimento para que realmente pudessemos avançar na questão. V.Exa. tem razão quando afirma que não houve nenhum tipo de ataque à democracia. Pelo contrário, buscávamos ali uma democracia efetiva, já que tínhamos inclusive o acordo já com Lideranças, as assinaturas previstas. Então, eu não vi, de forma nenhuma, um desrespeito à democracia. É lógico que a Esquerda tem, hoje, no seu Ministro marqueteiro, o seu principal Ministro, e, para eles, cabe sempre a narrativa.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Sr. Presidente e Sr. Relator, não é razoável que nós estejamos aqui julgando, decidindo pela punição de três Deputados que, sem dúvida, são exemplos pela forma como se portam nesta Casa, sobretudo neste momento em que está sendo ouvido o Deputado Marcel van Hattem. Infelizmente, nós sabemos que passaram por este Conselho de Ética Deputados que são réus confessos da prática de rachadinha, Deputados que bateram na face de colegas no plenário da Casa.

Na semana passada, nós estávamos em uma sessão acalorada e, em um momento de tumulto, eu fui agredido, sofri um chute na perna. E, para minha surpresa, um Deputado que estava lá testemunhou, presenciou que, de forma covarde, inclusive, eu fui agredido por trás. O Deputado Fausto Pinato apontou



quem havia cometido aquela agressão. E, para zero surpresa até, foi o mesmo Deputado que havia sido suspenso por este Conselho de Ética por outros fatos graves também cometidos nesta Casa.

Então, de fato, essa balança é desigual. Eu considero essa balança injusta. E me parece que, infelizmente, esta Casa, a Mesa Diretora, tenta replicar aqui a injustiça que ocorre por parte da Suprema Corte do nosso País, tomando um lado.

Como já foi citado aqui, a Deputada da esquerda que, no mesmo dia, agrediu fisicamente um Parlamentar não foi denunciada, não está aqui neste Conselho de Ética respondendo pela agressão praticada. Mas, neste mesmo Conselho de Ética, nós temos três Deputados que não praticaram nenhum tipo de agressão física, nenhum tipo de agressão verbal; participaram de um movimento, juntamente com outras dezenas de Deputados, sem, em nenhum momento, desrespeitar o Presidente da Casa, o Deputado Hugo Motta, ou qualquer outro Deputado desta Casa.

Infelizmente, o sentimento que temos é de injustiça, de balança desigual, injusta. E, mais uma vez, eu repito, partindo do nosso Presidente, por quem temos muito respeito, o Deputado Hugo Motta: precisamos ver se há um interesse, Sr. Presidente, uma intenção de pacificação política desta Casa, porque há, de fato, a necessidade de trazermos justiça a esta Casa. É impossível que nós possamos ficar com o sentimento de que está sendo feita justiça em um momento em que nós temos Deputados do espectro de direita sendo literalmente cassados, não apenas pelo Poder Judiciário. Infelizmente, dentro da própria Casa Legislativa, há essa forma injusta de se observarem e de se punirem Parlamentares aqui.

Então, realmente, a minha expectativa é que o Relator possa agir com justiça, realmente trazer uma solução para esse caso.

E, como eu digo, se não há crime, se não há uma conduta, uma quebra de decoro — que acredito que não houve —, que, de fato, nós possamos encerrar esse caso da melhor forma possível, para que possamos voltar, se Deus quiser, a ter um sentimento de justiça e de paz dentro desta Casa. Que Deus abençoe o



Deputado Marcel van Hattem, o Deputado Zé Trovão e o Deputado Pollon. São pessoas que nos representam, são pessoas que representam uma parcela significativa da população brasileira. Eu acredito que, após o recesso, nós traremos uma solução para pacificar esta Casa, que precisa focar em outras questões que não essas.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Pois não, Deputado Cabo Gilberto.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Depois de conversar com o Líder Zucco e as demais Lideranças aqui presentes, para dar prosseguimento aos trabalhos, gostaria de sugerir que todos que forem usar a palavra agora o façam pelo tempo de 2 minutos, Sr. Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Vamos fazer um acordo de procedimentos, já que está aqui o Deputado Marcel. Eu tenho certeza de que podemos consultar os membros em plenário.

Para nós darmos prosseguimento aos trabalhos, até para terminar a oitiva do Deputado Zucco — e nós temos mais quatro membros ainda para finalizar hoje —, vamos fazer o seguinte: membros terão 2 minutos, e não membros, 1 minuto. Os representados terão o tempo que julgarem necessário junto a seus advogados.

Tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Presidente, eu acho que a gente segue essa orientação com o Deputado Zucco agora, mas não com as próximas testemunhas, porque, daqui a pouco, alguém tem... Se alguém precisar usar 10 minutos, usa 10 minutos, porque há gente que tem mais perguntas. Não vejo óbice em fazer assim para andar com o testemunho do Deputado Zucco, que, na minha opinião, nas minhas perguntas, já foi muito bem. Mas, daqui a pouco, alguém quer usar um pouco mais de tempo, Presidente. Não dá para tolher o direito de a pessoa eventualmente fazer mais perguntas.



Então, eu sugiro que quem está inscrito para fazer perguntas ao Deputado Zucco, que tem compromisso — por mim, já podia até ser dispensado, mas entendo que todos os colegas queiram falar —, use 2 minutos. Depois, na próxima testemunha, a gente volta à orientação anterior, para não tolher o direito de ninguém fazer mais perguntas, se for o caso.

Pode ser assim, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Alguma objeção? (*Pausa.*)

Então, defiro o pedido do...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Presidente, eu estou inscrito. Eu sou muito do entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Pronto.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Eu vou tentar me ater a 2 minutos, mas eu quero, pelo menos, desenvolver um raciocínio. Eu acho muito importante colocar esse raciocínio não só para V.Exa., mas também e especialmente para o Relator — eu vejo que o Deputado Moses está ocupado ao telefone, mas ele é muito atencioso. E eu tenho um relato a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Então, a gente faz uma exceção ao Deputado Domingos Sávio.

Depois da oitiva do Deputado Zucco, se precisar, a gente faz um novo acordo de procedimentos, para finalizar as oitivas, até o Deputado Alberto Fraga, que vai ser o último, para a gente poder ir almoçar.

Eu passo a palavra agora ao Deputado Rodrigo da Zaeli.

V.Exa. tem 2 minutos, Deputado.

O SR. RODRIGO DA ZAELI (PL - MT) - Obrigado, Sr. Presidente.

V.Exa. vem conduzindo este Conselho de Ética com maestria.

Eu quero cumprimentar o Relator, o Deputado Moses. Eu quero cumprimentar o Deputado Zucco, nosso Líder e testemunha. Eu quero cumprimentar também o Deputado Marcel, que é representado no processo.



Nós estamos vendo claramente que essa forma de punição vem, aos três Deputados, de forma política, para dar uma resposta à Esquerda num ato que a Direita proporcionou, num ato que a Oposição proporcionou, num ato pacífico de ocupação. Os trabalhos não estavam iniciados. Se foi feito um acordo com o Presidente, esse acordo já estava sendo passado para todos que estavam ali na mesa. É importante lembrar que o Deputado Hugo Motta chegou antes de a gente terminar de fazer essa discussão. Alguns Deputados ali não sabiam... Até eu estava presente e não estava sabendo do acordo.

A ação desses três Deputados... O Deputado Zé Trovão não impediu ninguém de subir no plenário. Só pelo tamanho dele — é uma pessoa grande —, em qualquer lugar que estiver, atrapalha a passagem de outros, mas não teve a intenção de obstruir a entrada de ninguém ali. Todo mundo subiu. E, assim que foi pedido para os Deputados Marcel e Pollon levantarem da cadeira, eles ficaram uns 3 segundos, 4 segundos para entender, depois se levantaram e saíram. Não houve nenhum tipo de conduta diferenciada dos outros quase cem Deputados que estavam lá. Inclusive eu estava lá também. Como disse o Deputado Gonçalves, a gente sente que está deixando os companheiros na mão, porque estava todo mundo envolvido no mesmo objetivo de pressionar a Mesa para que fosse pautada a anistia. Da forma como as coisas foram feitas, deu-se a entender que a anistia seria pautada. E demorou quantos meses para que isso acontecesse? Então, o acordo não foi cumprido ao pé da letra.

Eu não vi nenhum tipo de objeção para que a sessão acontecesse. E, de toda forma, o Presidente tem autonomia para que a sessão aconteça de qualquer lugar, inclusive da sala da Presidência. Era só abri-la pelo Infoleg e começar as votações.

Então nós tivemos...

(Desligamento do microfone.) Nós estamos sofrendo uma perseguição política — os Deputados da Direita estão sendo perseguidos. Os Deputados da Esquerda que agredem não respondem. Os Deputados da Direita, que fazem... Dentro do



plenário — há imagens —, no mesmo dia, uma Deputada agrediu o Deputado Nikolas, e não responde.

Sem fazer nenhuma pergunta à testemunha, deixarei registrada uma observação: as coisas não estão bem, a balança da justiça, nesta Casa, está pendendo só para um lado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Eu tenho um questionamento do Deputado Rodolfo Nogueira. A gente tem a ordem de inscritos. Eu pergunto, já que o Deputado Gustavo Gayer está ausente, se os Deputados Domingos Sávio, Gilson Marques, Sargento Fahur, Evair Vieira de Melo, Mario Frias e Pr. Marco Feliciano permitem que o Deputado fale, por 1 minuto, na frente de V.Exas.

O SR. RODOLFO NOGUEIRA (PL - MS) - Não, Presidente. Quero falar só depois que todo mundo que está inscrito falar.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Então, V.Exa. está inscrito.

Passo a palavra ao Deputado Gustavo Gayer. *(Pausa.)*

Ausente.

O Deputado Domingos Sávio tem a palavra.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PL - MG) - Sr. Presidente, prezado colega, Deputado Fabio, prezado Relator, Deputado Moses, demais colegas, prezado Líder, Deputado Zucco, testemunha neste momento.

Eu dizia que, Presidente e Relator, que gostaria de fazer um relato para nós nos situarmos nessa questão.

Eu estou nesta Casa há vários mandatos. Eu já acompanhei várias situações em plenário bem mais tensas do que a que é objeto desta representação aqui no Conselho de Ética. Eu sempre fui um homem que busca construir o entendimento, dentro do que é justo, nunca compactuando com o mal ou com o erro. Mas, muitas das vezes, num sobressalto, num momento em que se está tenso, às vezes, sai



algo que pode ser corrigido. E foi pensando nisso que eu me conduzi até agora no Conselho de Ética em vários momentos em que foram feitas representações inclusive contra Deputados dos quais eu discordo do ponto de vista da minha posição ideológica.

Hoje, Sr. Relator, eu faço questão de trazer algo que precisa ser considerado.

Quando houve aquela manifestação, foi uma manifestação absolutamente legítima e inerente à nossa missão aqui como Parlamentares. A gente manifesta em nome do nosso povo; a gente representa o nosso povo. Não havia sessão, não haviam nem sido reiniciados os trabalhos após o recesso. Primeiro, tivemos uma entrevista. Primeiro, reunimo-nos, num ambiente de sobressalto com tudo que estava ocorrendo, e nós já vínhamos lutando para que fosse pautado um requerimento de anistia assinado pelo número mínimo regimental, assinado individualmente.

Primeiro, apresentamos com a assinatura dos Líderes; depois, o Presidente disse: "*Olha, para a gente ter mais conforto, tragam-me o requerimento individual*". Levamos o requerimento individual, e as coisas foram se agravando no País. Nós aqui representamos o País, com a ação contra o nosso ex-Presidente Bolsonaro, com pessoas em situação de vulnerabilidade, risco de vida, nas cadeias em vários pontos do País. Nós somos cobrados, Deputado Moses. Nós nos reunimos primeiro. Não foi um Deputado. Não foi o Deputado Marcel, o Deputado Zé Trovão, o Deputado Pollon. Foram dezenas de Deputados, e eu estava entre eles, quando nós estabelecemos uma maneira de agirmos para alcançarmos o nosso objetivo de forma pacífica.

Primeiro, viríamos para cá e comunicaríamos à imprensa que nós não poderíamos aceitar calados as ações que estavam sendo cometidas pelo STF ao arrepio da Constituição Federal e que lutaríamos pelo projeto de anistia. Processo legítimo. Pois bem, aliás, o tempo mostrou, Deputado Moses, que não só era legítimo, como era o sentimento da ampla maioria desta Casa.



É bom lembrar que, após tudo aquilo, esta Casa, por ampla maioria, 311 Parlamentares, votaram e aprovaram o requerimento de urgência. Vejam bem que nós não estávamos ali, então, lutando por uma causa individual ou uma causa não adequada, não justa. A Casa comprovou que todos nós, ou melhor, 311 comprovaram: *"Olhem, vocês estavam lutando para aprovar um requerimento de urgência"*. Esse era o objetivo.

Pois bem, Presidente, ao nos reunirmos, nós estabelecemos uma estratégia: *"Olha, gente, vamos fazer isso? O Presidente Hugo está aqui?" "Não, ele não está presente em Brasília."* Ele não estava presente em Brasília. Vamos para a Câmara e nós vamos estar na Mesa, para que, quando o Presidente chegar, a gente estabeleça uma Comissão e a pauta do requerimento de urgência.

Presidente, eu vou concluir. Eu fui para a Mesa, junto com os demais, em silêncio. Não havia sessão. Colocamos para simbolizar... Já que nós não íamos falar, a gente tinha que ter um símbolo. Colocamos até esparadrapo na boca para dizer: *"Olhem, nós não estamos sendo ouvidos"*. Em quê? No clamor para votar o requerimento de urgência, de maneira pacífica.

Naquele dia, ninguém apareceu para abrir a sessão. Não houve obstrução de sessão. Ocupamos um espaço físico, um móvel da Casa. No dia seguinte, eu não estava em condições, estava com atestado médico, mas eu acompanhei tudo. Eu não pude ir para lá porque havia suspeita de Covid. O médico da Casa, aqui no Demed, é que me deu o atestado. Ainda assim, um Deputado do PT entrou contra mim no Conselho de Ética, e eu fui advertido, como tantos outros. Foi do tipo assim: *"Joga todo mundo"*. Fizeram isso, meu prezado Relator, num espírito de confronto. E aí escolheram os Deputados Zé Trovão, Marcel e Pollon como figuras a serem trucidadas com uma suspensão de mandato, com uma coisa que não faz o menor sentido.

Então, eu quero concluir, fazendo um apelo a V.Exa.

Eu fui advertido por ter me manifestado. Eu não vim para cá fazer minha defesa, não o fiz com o Presidente, não clamei por mim, até porque eu penso



semelhantemente ao Deputado Sóstenes e ao Deputado Zucco. Se eu tivesse que fazer uma punição e ela fosse justa, teria que ser aos cerca de sessenta ou setenta Parlamentares que, de comum acordo, se dispuseram a fazer uma ação.

Como não houve essa decisão que não tinha o menor sentido, punir três, tirar deles parte do mandato, que coincidirá com o ano eleitoral, é uma coisa violenta demais e vai alimentar, e eu concluo, algo que nós não precisamos e não queremos aqui nesta Casa. Vai alimentar aquilo que não deve continuar acontecendo, que é uma disputa movida pelo ódio. Há munição para isso. Aqui já foi lembrado qual foi o comportamento do Deputado Glauber, muito mais grave, e de outros que agrediram o segurança. Isso está filmado. Nós vamos passar o primeiro semestre do ano que vem, e talvez até mais, o tempo todo nos digladiando.

Então, o apelo com que eu concluo é que a pena que foi aplicada a mim, de uma advertência, seja aplicada aos demais. Ou então eu sinto que eu teria que ser suspenso por 6 meses também, porque o que eles fizeram não foi nada diferente do que o que eu fiz, que foi clamar para que se colocasse em pauta o projeto da anistia — nem era o projeto, era o requerimento. Foi só isso que eles fizeram. A prova de que eles estavam corretos é que isso foi colocado em pauta, alguns meses depois, e 311 Deputados votaram a favor. E, depois, já até aprovamos um texto substitutivo.

Portanto, sensibilidade, espírito público e equilíbrio nessa decisão, Relator, que é o que não lhe falta.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Muito bem, Deputado Domingos Sávio.

Eu vou fazer um apelo aos membros e não membros, porque nós temos um acordo com os representados para eles serem ouvidos no ano que vem. Se a gente não conseguir terminar as oitivas hoje, a gente vai chamar as testemunhas, e os representados também, para quarta, para quinta e para sexta-feira. Então, eu



faço um apelo aos membros e não membros: não ultrapassem os 2 minutos. Eu sei que o Deputado Domingos Sávio precisava falar e teve essa oportunidade. Mas, aos próximos membros, eu peço que não ultrapassem os 2 minutos, porque senão isso vai acabar prejudicando o próprio acordo que fizemos com os representados.

Então, eu passo...

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Pois não.

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Presidente, até reforçando a sua fala, e agradecendo, eu acho importante os colegas saberem que há um acordo de que a gente tenha esse entendimento para fevereiro. Isso foi acordado.

Nós temos mais algumas testemunhas hoje...

(Intervenção ininteligível fora do microfone.)

Eu estou conversando com o Presidente, Deputado, não se meta. *(Risos.)*

Então, V.Exa., se houver algum questionamento para com a minha pessoa, eu agradeço, senão que V.Exa. dê os 2 minutos para o pessoal fazer o seu relato.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Muito bem.

Eu passo a palavra ao Deputado Gilson Marques. *(Pausa.)* Ausente.

Entre os não membros, Deputado Sargento Fahur, V.Exa. tem a palavra.

O SR. SARGENTO FAHUR (Bloco/PSD - PR) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu só quero aqui lembrar que durante, podemos dizer, aquele protesto, aquela manifestação, não houve qualquer tipo de violência, não houve qualquer tipo de interrupção de sessões. Em nenhum momento a Polícia Legislativa teve que agir contra qualquer Deputado, até porque nós somos de direita, somos pacíficos, ao contrário do Deputado Glauber, que promoveu um *show* de horrores, tomando — eu poderia citá-lo, já que gostam dessa palavra: golpista —, tentando tomar a Presidência da Câmara dos Deputados. Deveria ser condenado por isso.

Eu estava no plenário, frequento o plenário em todas as sessões, e observei toda a movimentação de retirada dele por parte da Polícia Legislativa. Vários



Deputados de esquerda subiram que nem gato ali para ajudá-lo, e ele gritando que estava sendo enforcado. E eu observei que quem o estava enforcando era o Deputado Alencar Santana, do PT. E a mulher dele, a Deputada Sâmia, gritando — só para concluir, Presidente —, a mulher dele, a Sâmia, gritando: *"Eu estou sendo agredida por um homem! Estou sendo agredida!"* E eu estava filmando. Havia uma policial legislativa feminina, encangada na barriga dela, tentando tirá-la do rolo. São mentirosos, canalhas e criam fatos. Se eu não estivesse filmando ali, ela teria "apanhado", entre aspas, de um homem. Filmei. Foi divulgado em todas as redes sociais.

(Intervenção ininteligível fora do microfone.)

Então, sim, com certeza, esperando o iFood.

Obrigado.

Força e honra!

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Passo a palavra ao Deputado Evair Vieira de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) - Sr. Presidente, já no meu terceiro mandato, eu fui membro titular da Comissão de Impeachment, já participei de diversas CPIs aqui na Casa, e acordo vale e acordo tem que ser cumprido. Até fora da Casa, acordo tem poder de lei. Já presidi empresas em greve, e fizemos acordo, que tem poder de lei.

Eu quero pedir à nossa testemunha, o Deputado Zucco, que confirme, se ele tiver a informação, que eu, o Deputado Nikolas, não sei se o Deputado Zucco estava presente, o Deputado Domingos Sávio, o Deputado Osmar Terra, nós estivemos na sala do Presidente Hugo Motta, levando uma proposta de negociação pacífica para que encerrássemos aquela manifestação. Isso foi feito. O Deputado Motta nos delegou a competência e a responsabilidade de ir ao plenário, de nos reunir com os outros Deputados, fazer um acordo e voltar à sala dele, onde ele nos aguardaria para fazer esse encaminhamento.



E assim nós o fizemos. Nós nos deslocamos para o plenário. Quando nós estávamos iniciando a reunião com os outros Deputados, de forma surpreendente, fora do combinado e do *script*, o Deputado Motta se apresentou no plenário.

Portanto, eu gostaria de pedir ao Deputado Zucco que dissesse se ele estava, se ele conhece, se ele confirma essa informação.

E gostaria de pedir a V.Exa., até pelo cargo de Presidente da Mesa, que consultasse o Deputado Hugo Motta se procede essa nossa fala, porque isso é um fato grave e muda completamente a interpretação dos fatos ocorridos.

Portanto, eu peço ao Deputado Zucco que diga se ele tem conhecimento e confirme.

E peço a V.Exa. que faça uma consulta ao Deputado Hugo Motta se ele se lembra, se ele tem conhecimento desse acordo que ele fez com esses Parlamentares, que, por um ou outro motivo qualquer, não foi cumprido.

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Deputado Evair, V.Exa. tem razão. Por ocasião dessa reunião, o Deputado Hugo Motta tinha ciência de que nós iríamos conversar com os Deputados que estavam à mesa, inclusive, repito, com a presença de Parlamentares que não eram integrantes da Oposição, como o próprio Deputado Luizinho, Deputado Brito. Nós tínhamos essa incumbência de conversar e retornar para falar para o Deputado Hugo Motta que os Deputados já estavam cientes, mas isso não impediu o Deputado Hugo Motta, mesmo saindo antes do nosso aviso, de sentar-se na sua cadeira sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Muito bem.

Deputado Marco Feliciano, V.Exa. tem a palavra.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero aqui me solidarizar de antemão com meus amigos Zé Trovão, Marcel van Hattem e Marcos Pollon pelo que eu julgo ser injusto. Julgo injusto o que está acontecendo com eles. Também me sinto, Sr. Presidente, constrangido, porque já foi falado aqui nesta sessão, inclusive, que a iniciativa, a sugestão da ocupação saiu da minha cabeça, e eu em momento nenhum fui



sequer sancionado em nenhum tipo de ato aqui. Eu me sinto até irrelevante. Imagina, um Deputado que cria a situação não é punido. Então, tem alguma coisa de errado acontecendo, e o que está de errado não está certo.

Nós não fizemos nenhum ato errado, Sr. Presidente. Esta Casa é uma Casa política, foi um ato político, foi uma manifestação política, uma manifestação solidária e extremamente pacífica, muito diferente do que sempre os nossos algozes da Esquerda fazem. Eu até acho que, pelo ato que aconteceu na semana passada com o Deputado Glauber, deveria, sim, se instaurar no processo e arrastar para dentro desse processo para saber como é que se faz, porque ele é reincidente. Como é que vai ficar a situação dele daqui para frente? Esta Casa não pode ser uma Casa que vive de revanchismo.

Outra coisa, e termino aqui, tudo isso aconteceu por um único fato: político tem que ter palavra. Deu a palavra, tem que cumprir. O Presidente Hugo Motta tinha uma palavra conosco sobre anistia, não cumpriu. Naquele momento, nós tínhamos o Presidente Jair Bolsonaro sofrendo muitas injustiças, o que culminou no que vemos agora. Então, tudo, um ato político. Eu gostaria até de fazer um apelo ao nosso Líder Moses para que colocasse o coração, Moses, de fato, como um Parlamentar que conhece todos nós. V.Exa. sabe que a Direita não é desonesta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Obrigado, Deputado Marco Feliciano.

Eu peço que os membros e não membros questionem o Deputado Zucco e façam perguntas nesta oitiva, senão a gente vai ter um momento adequado para que se pronunciem para o Relator quando S.Exa. assim fizer a leitura do relatório.

Deputado Mario Frias. (*Ausente.*)

Deputado Rodolfo Nogueira, V.Exa. tem a palavra.

O SR. RODOLFO NOGUEIRA (PL - MS) - Presidente, muito obrigado pelo espaço. Quero aqui me solidarizar também com os três Deputados envolvidos



neste caso aqui no Conselho de Ética, Deputado Marcel van Hattem, Deputado Marcos Pollon, do meu Estado, e Deputado Zé Trovão, também do PL, de Santa Catarina.

A verdade, Presidente, é que eu estava também presente nos atos da ocupação da Mesa, estive presente também nas conversas com o Presidente Hugo Motta. Realmente, se a gente for ao pé da letra e do Regimento Interno, na nossa ocupação pacífica não foi cometido nenhum crime e nenhum agravo ao Regimento Interno, ao contrário da violência e das agressões cometidas pela Deputada Camila Jara e agora também pelo Deputado Janones sobre o Deputado Sargento Gonçalves, que realmente representam crimes neste Parlamento, nesta Casa e um agravo ao Regimento Interno dos Deputados Federais.

Presidente, eu quero aqui ratificar que a nossa ocupação foi pacífica e foi por uma causa justa, uma luta da Oposição e da Direita, que era a liberdade e a anistia que seria pautada naqueles dias. O acordo não foi cumprido pelo Presidente Hugo Motta, o que realmente não nos deixou outra disposição a não ser a de ocupar o plenário e lutar pela reivindicação da anistia.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Muito bem, Deputado Rodolfo Nogueira.

Não havendo mais inscritos, declaro encerrada a oitiva do Deputado Zucco.

Agradeço, Deputado Zucco, pela paciência e pela presença. Muito obrigado.

O SR. ZUCCO (PL - RS) - Muito obrigado, Presidente. Agradeço muito a V.Exa., ao Deputado Moses, por quem tenho grande respeito e carinho.

Na minha última fala, quero dizer a V.Exas. que entendo que o ano de 2026 é muito importante. Espero que não fique marcado nesta Comissão qualquer tipo de injustiça. Confio em V.Exas.

Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Obrigado, Deputado Zucco.



Eu registro a presença da Sra. Carolina Barreto Siebra, testemunha arrolada pelo Deputado Marcel van Hattem.

Agradeço a disponibilidade da testemunha em comparecer perante este Conselho de Ética.

Na reunião realizada em 11 de dezembro, a Sra. Carolina Siebra prestou o compromisso de falar somente a verdade sobre o que lhe for perguntado, de acordo com o art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética, ao realizar a inquirição o Relator e durante a inquirição por parte do Deputado Marcel van Hattem e do seu defensor, o Dr. Chiquini. A reunião foi encerrada, haja vista que o Deputado Marcos Pollon sentiu-se mal e foi levado ao departamento médico da Câmara.

Para que deem sequência à oitiva da Sra. Carolina, passo a palavra ao Deputado Marcel van Hattem e a seu advogado, o Dr. Chiquini. Continuarão seus questionamentos à testemunha.

Sra. Carolina, seja bem-vinda novamente ao Conselho de Ética.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Obrigada, Presidente. *(Pausa.)*

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Presidente, perdoe-me, eu achei que se levaria mais tempo e liberei o Dr. Chiquini para fazer uma gravação. Ele precisava de 10 a 15 minutos. Se quiser, pode passar a palavra a algum outro Parlamentar, para que fale antes. Eu ia falar depois dele.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Como hoje está todo mundo com sangue doce, Deputado Marcel, se V.Exa. permitir, passo a palavra ao Deputado Zé Trovão, que seria o próximo, e depois voltamos a V.Exa. e ao Sr. Chiquini.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Isso. Acho bom.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Deputado Zé Trovão, V.Exa. tem a palavra, e a testemunha é sua.



O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) - Sr. Presidente, eu quero primeiramente agradecer a todos os nobres pares da Oposição que hoje estão aqui com afincos neste momento. Para nós, são sempre momentos ruins os dessas questões de Conselho de Ética e tudo mais.

Parabenizo o nosso Relator. Hoje houve uma conversa muito boa. Não participei dela. Eu estava aqui, inclusive, e depois tive que sair.

Quero agradecer à nossa testemunha, a Sra. Carolina Siebra.

Antes de fazer qualquer questionamento, quero expressar o respeito que sempre tivemos ao Parlamento. Acho que a Oposição por muitos é tida como essa nova direita que chega e que quer bagunçar tudo. Na verdade, não é isso. Todos nós chegamos aqui para defender uma causa, uma causa justa, uma causa ímpar, uma causa que merece reflexão todos os dias. Não estamos aqui por nós mesmos. Estamos aqui pelo povo brasileiro. Quem nos elege, doutora, precisa desse nosso trabalho. Eles não têm uma representatividade na sua totalidade. O Congresso tem 513 Deputados. Digo isto com todo o respeito. Uma boa parte do Congresso sequer quer trabalhar. Então, a gente tenta fazer o melhor.

Ontem, por exemplo, foi um dia muito triste para mim. Uma sessão foi convocada virtualmente, em que se votou o PLP 163, tirando mais uma vez do povo brasileiro direitos, recursos e os colocando no bolso do Governo Federal. Era para estarmos tornando exíguos os recursos do Governo Federal, e estamos lhe dando mais dinheiro. Nós não, porque votei contra.

Sra. Carolina, vou ser bem sucinto, até porque temos aqui uma posição hoje de tocar os trabalhos e fazer com que prossigam rápido. Na ocasião, a senhora estava na parte de cima do plenário da Câmara, correto?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Sim, correto.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) - A senhora observou, naquele momento, que houve algum tipo de enfrentamento contra alguma autoridade da nossa parte?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Não. Em nenhum momento houve enfrentamento.



O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) - Eu quero lembrar, Presidente, que os trabalhos ainda não tinham sido retomados. Estávamos voltando do recesso parlamentar. Então, não existia obstrução de pauta naquele momento. Ainda não tinha acontecido a primeira Ordem do Dia, a que dá início aos trabalhos após o recesso. Nós chegamos aqui e ocupamos a Câmara dos Deputados 1 dia antes. Então, 1 dia antes de se retomarem os trabalhos, nós a ocupamos de maneira respeitosa, pensando que, antes de se retomarem os trabalhos, para que não se atrapalhasse o bom andamento da Casa, queríamos apenas que o direito do povo brasileiro fosse respeitado.

Olhe que interessante, não existia, até aquele dado momento, nenhum documento, nem regimental nem constitucional, dizendo que Parlamentares eleitos pelo povo brasileiro não pudessem tomar assento e ocupar o Congresso. Já se falou várias vezes sobre isso aqui. O que realmente aconteceu foi isso. Nós não tomamos o assento de maneira irregular. Ali não havia nada que descrevesse que não poderíamos fazer aquilo. Tratava-se de manifestação de Parlamentares em prol de um projeto de lei. Que interessante, não estávamos lá pedindo por MST, não estávamos lá pedindo por causas que são, na minha concepção, aberratórias, estávamos pedindo para salvar o povo brasileiro que está encarcerado até este momento. Era só isso que nós queríamos. Por que fizemos isso, Presidente? Isto tem que constar nos autos. Houve um acordo no Congresso Nacional para a eleição do Presidente Hugo Motta, que hoje ocupa a cadeira, o de que ele, tendo o apoio do PL e da Oposição, pautaria o projeto, e isso não aconteceu. Nós fomos obrigados a agir. Não cumpro a minha vontade aqui, Presidente, cumpro a vontade do catarinense, assim como o senhor. Nós fomos obrigados pelos nossos eleitores a tomar uma atitude mais enérgica.

Ressalto que o que nós fizemos naquela ocasião não beira nada do que foi feito dias atrás por um Deputado do PSOL, que, inclusive, feriu a lei, feriu o Regimento, porque houve modificação. Se houvesse nova ocupação, as pessoas teriam seu mandato cassado. E ele feriu isso. Nós não fizemos isso. Então, o que



eu venho dizer nesta Comissão hoje, repito mais uma vez, é que o que nós temos que ver nesse processo é por que, além do pinçamento de apenas três figuras apenas, quando houve a participação de mais de cinquenta pessoas, pessoas como a Deputada Camila Jara, que agrediu fisicamente, no mesmo dia, um Deputado de Minas Gerais, o Deputado Nikolas Ferreira, não está no Conselho de Ética já com seu processo em andamento.

Parece-me que foi feita uma seleção especial para que se perseguissem poucas pessoas e se mandasse um recado. Esse recado não vai chegar. Esse recado que se está tentando passar enfraquece a legitimidade do Parlamento e não do Parlamentar. Nós precisamos ter cuidado.

A senhora, na ocasião, doutora, a senhora conseguiu ver quando Hugo Motta se aproxima de mim?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Eu não me recordo quando ele se aproxima do senhor. Eu me recordo quando ele sobe, e ali ficam vários Deputados ao redor dele. E eu lembro que eu até questionei o meu amigo que estava comigo. Eu disse: *"Você está conseguindo ver o Presidente Hugo Motta? Você está entendendo alguma coisa?"* Ele disse: *"Eu não estou entendendo nada"*. Ele subiu e tinha vários Deputados ali conversando com ele.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) - Porque, por exemplo, eu estou aqui por suposto bloqueio da entrada do Presidente Hugo Motta. Primeiro que, quando o Presidente Hugo Motta... E eu iria bloqueá-lo, sim, Presidente, porque era a minha missão, segurar e não deixar passar até que o acordo fosse lavrado. Quando ele chega, o nosso Presidente Sóstenes Cavalcante, o nosso Líder, gritou para mim: *"Zé, vem aqui"*. Eu tiro a perna — eu nem estou vendo Hugo Motta, porque eu estava falando na minha *live* —, eu tiro a perna, e, nisso, ele chega. Então, primeiro, existe um fato que tem que estar nos autos. Eu não bloqueei a passagem do Hugo Motta, porque naquele momento eu tinha sido chamado, convocado pelo Presidente... pelo Líder Sóstenes. Quando eu falo com Sóstenes,



que eu viro, eu falo assim: *"Mas o Presidente Hugo Motta está aqui"*. Ele fez assim *"Não, o acordo foi feito, pode deixar passar"*.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Até porque, se o senhor tivesse bloqueado, ele não tinha subido.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) - Exatamente.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - A gente tira pela proporção do seu tamanho, do dele, etc.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) - Exatamente.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - E ele subiu.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) - Exato.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Isso eu me recordo perfeitamente, ele em cima lá da mesa.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) - Exatamente.

Então, Presidente, vou encerrar por aqui. Acho que não preciso mais me aprofundar nesse assunto. Quero pedir vênica ao nosso Relator e ao senhor, como Presidente, para que, quando esse relatório for feito, seja feito com base em todos os fatos. Minha concepção, Presidente, é a de que esse relatório deveria ser extinto e a de que deveria ser iniciado um com todos juntos, com todos. São quase setenta...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - É um por um.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) - É um por um.

Outra coisa: há um erro que eu quero deixar aqui também registrado, Relator. Eu não autorizei que meu processo fosse acoplado a dois processos para que fossem julgados juntos. Isso é uma coisa que não se poderia fazer, tinha que ser individualizado. Eu não assinei nenhuma autorização. Quando eu me assustei, o Deputado Marcel me ligou, e eu disse: *"Como? Apensou?"* Não se pode apensar. Processo não se apensa. Não existe julgamento em manada. O julgamento tem que ser individualizado. É isso que reza a lei.



Então, eu quero pedir a V.Exa., ao Relator, que tenha essa consciência com todos nós, porque o que nós queremos aqui é que haja justiça e que ela seja limpa, da maneira certa, para que todos entendam que não houve nenhum crime cometido por este Parlamentar, que não ferimos nenhum artigo do Regimento Interno até aquele momento e que a nossa manifestação foi pacífica, pelo povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Muito bem, Deputado Zé.

O advogado de V.Exa., Deputado Zé Trovão, vai abrir mão da fala também, certo? *(Pausa.)*

Então, passo a palavra novamente ao Deputado Marcel van Hattem e ao advogado...

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Presidente, só para constar, eu não abri mão.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Quem está falando?

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Perdão. É o Dr. Eduardo, advogado do Zé Trovão.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Dr. Eduardo, o seu representado aqui abriu mão da fala de V.Exa., por um acordo construído. Então, vou passar a palavra agora ao Deputado Marcel van Hattem e ao Dr. Jeffrey Chiquini.

Antes disso, eu quero cumprimentar o Prefeito e o Vice-Prefeito de Rio dos Cedros, que ganharam ontem um prêmio maravilhoso, o de melhor cidade do Brasil de 30 mil a 100 mil habitantes, pela capacidade de gestão do nosso Prefeito Jorge e do nosso Vice-Prefeito Rafael Nones.

Parabéns aos senhores.



Quem aqui não tiver lugar para ir no final do ano eu convido a visitar Rio dos Cedros, a nossa cidade dos lagos, das represas, terra de gente bonita.

Deputado Marcel van Hattem e Dr. Chiquini, V.Exas. têm a palavra.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Sr. Presidente, primeiro eu quero cumprimentar V.Exa., o eminente Relator, os demais Deputados, os serventuários da Mesa, o Deputado Marcel van Hattem e a Dra. Carolina.

Vamos continuar de onde paramos na última conversa. Eu estava participando por vídeo. Estou com a memória boa, até me lembro de onde paramos. Estávamos analisando, Sr. Presidente, com a Dra. Carolina, o liame subjetivo daquele momento. Era um momento em que a senhora nos explicava que o Deputado Marcel van Hattem e todos os demais, os mais de cem Deputados que naquele momento representavam a Direita como um todo e estavam recebendo cobranças... Eu me lembro exatamente da pergunta que fiz à senhora quando fui interrompido. É a seguinte. Nós estávamos falando de, pelo menos, 6 mil pessoas. Contando com familiares, praticamente 6 mil pessoas foram envolvidas na defesa de presos políticos. Eu perguntei em que nível estavam as cobranças sobre os Parlamentares, porque, conforme disse o Líder Sóstenes, acordos vinham sendo quebrados com o Presidente desta Casa. Esses acordos eram informados aos presos e perseguidos políticos. Isso estava gerando uma insatisfação da população.

Assim, eu pergunto a V.Exa.: naquele momento de reiteradas quebras de acordos, como estavam os ânimos das pessoas que insistiam que os Parlamentares os representassem por uma anistia?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - As cobranças foram crescendo conforme foi o tempo passando, já que o Presidente Hugo Motta tinha feito esse pacto com os Deputados de oposição. E aí isso foi repassado para as famílias. Então, é natural que as famílias cobrem os Parlamentares para que os acordos sejam cumpridos, e isso... elas passam a ser mais agressivas. Imagine que você tem um parente seu que está preso desde o dia 8 de janeiro de 2023 sem ter



cometido crime algum, sem ter prova alguma no processo, e foi condenado a 17 anos. Então, assim, é revoltante para as famílias, é revoltante para os advogados que não tiveram o direito de fazer suas defesas. E aí essa revolta vai sendo passada através de mensagens para esses Parlamentares, que são constantemente cobrados, e continuam sendo, pela anistia ampla, geral e irrestrita, já que essas pessoas não tiveram o direito à ampla defesa e ao contraditório, o que faria com que esses processos fossem todos anulados se elas tivessem tido esse direito.

O SR. JEFFREY CHIUINI - E aí, então, nós estamos falando de mais de 1 ano de promessa por anistia?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Bem mais de 1 ano de promessa por anistia.

O SR. JEFFREY CHIUINI - Tá. E os Parlamentares chegavam a sofrer — isso até hoje, né? —, a sofrer cobranças mais enérgicas, digo enérgicas mesmo, que a senhora tenha presenciado?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Sim, não só por mensagens, mas pessoalmente. Constantemente tem algum familiar do 8 de Janeiro aqui no Congresso. E esses familiares vêm exatamente para ir nos gabinetes para cobrar por isso, para tentar conversar ou explicar para eles as suas situações pessoais. Então, se a gente fala em 6 mil pessoas, são 6 mil pessoas que têm o direito de vir aqui e cobrar deste Parlamento uma solução para o caso deles. Então, esses Parlamentares são, realmente, constantemente cobrados. E a gente sabe que não são todos que têm a tranquilidade de fazer uma cobrança de forma educada e polida.

O SR. JEFFREY CHIUINI - Tá. Aquele momento — vamos para o fatídico dia agora —, aquele momento exatamente em que ocorreu aquela ocupação. Politicamente no País, politicamente no meio dos perseguidos políticos, como que estavam os ânimos naquela semana, naquela quinzena? O que estava



acontecendo de fato de repercussão nacional? Qual que era o momento político do País?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Então, a gente estava com a situação do ex-Presidente Bolsonaro elevada ali sobre ele, das perseguições etc. Mas uma coisa que é interessante é que eu acompanhei também a ocupação no Senado. E ali teve também uma ocupação, e não teve essa questão de punição, porque a gente já acompanhou outras ocupações também.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Que Senadores que fizeram a ocupação?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - O Senador Magno Malta, o Senador Eduardo Girão, o Senador Marcos Rogério, a Senadora Damares esteve por lá. Então, foram vários Senadores. E não...

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Nenhuma punição nem advertência?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Que eu tenha conhecimento, não. Então, assim, quando aconteceu a desocupação do plenário da Câmara — e eu acompanhei isso de perto, doutor —, eu fui inclusive na reunião que teve posteriormente a essa desocupação e acompanhei também o Líder Sóstenes até o Senado para pedir a desocupação também do plenário do Senado, e foi tudo ali de forma muito pacífica, muito ordeira. Da mesma forma que eles sentaram de forma pacífica e ordeira, eles se levantaram de forma pacífica e ordeira, a não ser o episódio da Deputada que agrediu o Deputado Nikolas.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - É muito importante a senhora trazer isso para melhor compreender. Eu lembro, houve uma ocupação das duas Casas, ocupação do Senado e da Câmara no mesmo momento, inclusive, virando a madrugada, foi de forma muito semelhante. Aqui na Câmara, já está mais do que demonstrado e provado que houve um acordo com o Presidente Hugo Motta a desocupar a mesa. E o Líder Sóstenes disse que, de forma repentina, o Hugo Motta aparece na mesa, por isso que dá aquele desencontro de informações. No Senado, houve algum acordo com o Presidente Alcolumbre no mesmo formato, de desocupação?



A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Eu não sei dizer se teve um acordo. O que eu sei e o que eu acompanhei, e, como testemunha, eu não posso nem falar sobre o ouvir dizer, mas o que eu acompanhei naquele momento era: no plenário da Câmara ninguém podia entrar, nem os assessores estavam podendo entrar. E, de repente, eles liberaram as galerias. Todo mundo entrou nas galerias, quem estava ali para acompanhar...

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Isso na Câmara?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Na Câmara. Entraram nas galerias, e o sentimento era: o que é que está acontecendo que agora liberaram a entrada nas galerias?

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Que momento é esse?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Isso era já... entrando já de noite, assim, umas 9 horas da noite.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Isso já era próximo de o Hugo Motta vir?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Não, aí o Hugo Motta chegou posteriormente que foi liberado a galeria. Por isso que ficou aquele estranhamento. *"O que foi que aconteceu? Houve acordo? Não houve acordo?"* Quando o Presidente Hugo Motta apareceu, a gente percebia que alguns Deputados não estavam entendendo o que era que estava acontecendo. Aquilo ali era claro para todo mundo que estava ali. Então, o Hugo Motta ficou cercado ali por outros Deputados, que não os que estavam à mesa, e aí ficou aquele, digamos assim, aquela conversa: *"O que é que está acontecendo? O que é que está acontecendo?"* Até que foi pedido para o Deputado Marcel e o Deputado Pollon se levantar, e eles ordeiramente se levantaram e saíram. Aí depois teve uma reunião na Liderança da Oposição. Eu estive nessa reunião. E foi comentado que foi feito um acordo para votar dois PLs e que o Líder Sóstenes sairia dali naquele momento para ir ao Senado para falar para o pessoal do Senado que tinha sido feito um acordo. E aí eu o acompanhei, sendo que no Senado não estava realmente podendo entrar ninguém em lugar algum.



O SR. JEFFREY CHIUINI - Ah, então a desocupação da Câmara foi antes?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Foi antes da desocupação do Senado.

O SR. JEFFREY CHIUINI - Ah...

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - A do Senado foi 1 dia depois.

O SR. JEFFREY CHIUINI - Tá. E a desocupação da Câmara, de forma pacífica, com um acordo com o Presidente, um acordo cumprido, então, é isso?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Isso.

O SR. JEFFREY CHIUINI - E o Senado continuava ocupado.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Isso.

O SR. JEFFREY CHIUINI - De forma que se dá a desocupação do Senado?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - O que estava se esperando lá no Senado era as assinaturas para a urgência, se eu não me engano. Eu não me recordo bem, mas eu acho que era para isso, para a urgência. Conseguiu-se a maioria das assinaturas para a urgência, e todos saíram ao mesmo tempo, inclusive fazendo uma coletiva lá na porta do Senado Federal, que eu acompanhei a coletiva também. Então, assim, foi também de forma pacífica. Houve o acordo. E aí eles se retiraram sem que o Presidente chegasse, como ocorreu na Câmara, sem nada disso. Houve a retirada e pronto. Eles saíram de forma pacífica e ordeira.

O SR. JEFFREY CHIUINI - Quem que informou o Senado que a Câmara estava desocupada por um acordo que teve?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - O Líder Sóstenes foi até eles e informou.

O SR. JEFFREY CHIUINI - Tá. Tem filmagem do Presidente Hugo Motta ocupando o seu devido lugar, da Presidência. Após isso, Sóstenes vai ao Senado e informa.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Exatamente.



O SR. JEFFREY CHIQUNI - E, ainda assim, o Senado mantém a ocupação até o dia seguinte?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Exatamente, porque aí eles estavam esperando, no acordo deles ali, essa questão das assinaturas.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - E a senhora sabe se o Senado conseguiu, obteve êxito na...

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Obteve êxito nas assinaturas, mas a gente já está esperando ser cumprido o acordo.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Entendi. A senhora não sabe qual foi o acordo do Senado para a desocupação?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Não, mas, ao meu ver, se eles tinham assinatura para votar uma urgência, e isso não foi colocado em caráter de urgência, não foi pautado, então, para mim, o acordo não foi cumprido. Isso é a minha opinião pessoal. Pode ser que tenha sido combinado outra coisa, porque eu não participei das negociações. Então, eu não tenho como afirmar.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Tá. O Deputado Feliciano trouxe uma informação aqui importante. Estamos em uma Casa política representando o povo. No momento em que está havendo a ocupação, havia um apoio popular dessa parte da sociedade que defende os perseguidos políticos?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Sim, sim. Inclusive, muitos desses familiares e perseguidos e pessoas comuns da sociedade começaram uma enxurrada de mensagem não só para a gente, que está à frente de associações com essas questões, como aos Deputados: *"Por que é que vocês levantaram antes de ter sido feita alguma coisa?"* No sentimento deles, como é que vocês acreditam num acordo que já foi descumprido outras vezes. Então, assim, houve uma enxurrada de mensagens de pessoas cobrando, mensagens em grupos de WhatsApp, mensagens direcionadas não só aos Parlamentares, mas também aos assessores e advogados.



O SR. JEFFREY CHIUINI - A ocupação atendia o interesse dos representados?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Sim, o interesse da população eleitora da Oposição.

O SR. JEFFREY CHIUINI - Atendia os interesses?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Sim.

O SR. JEFFREY CHIUINI - A senhora é advogada da associação que representa os perseguidos políticos. A senhora consegue concluir para nós se era unanimidade dos familiares, dos presos políticos, esse ato político de ocupação da Mesa?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Sim, unanimidade, porque eles acreditavam que tinha sido feito um acordo, como foi feito um acordo, para o Presidente Hugo Motta se tornar Presidente, que ele não cumpriu, e houve essa forma de manifestação pacífica, mas política. E eles acreditavam e depositavam as esperanças deles todas nessa movimentação política. Então, quando eles saíram por conta de um acordo, que inclusive posteriormente também não foi cumprido, foi muito frustrante para eles, familiares.

O SR. JEFFREY CHIUINI - Mais uma vez?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Mais uma vez.

O SR. JEFFREY CHIUINI - E os Parlamentares que desocuparam a Mesa por esse acordo com Hugo Motta tiveram que dar grandes explicações aos seus eleitores do motivo pelo qual encerrou a ocupação?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Eles continuam tendo que dar grandes explicações, porque, como não foi cumprido o que tinha sido prometido...

O SR. JEFFREY CHIUINI - Não foi bem visto?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Não foi bem visto. É como se eles tivessem recuado, e as famílias estão esperando há muito tempo por uma sinalização do Congresso.



O SR. JEFFREY CHIQUNI - Eu pergunto também à senhora: a desocupação aconteceu, a senhora já deixou bem claro que os Parlamentares passam a sofrer novas cobranças, e sofrem até hoje?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Sofrem até hoje. Agora estão sofrendo um pouco mais com a votação do PL da dosimetria, que não era o sentimento da maioria. Inclusive, a associação fez uma pesquisa com os familiares, e a gente tem essa pesquisa em mão, que foi apresentada para vários Parlamentares aqui, inclusive para o Relator do PL da dosimetria, e agora eles estão sofrendo essa nova pressão por conta da votação do PL da dosimetria.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Os familiares, os perseguidos políticos, rememoram esse fato de desocupação da Mesa?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Sim, porque, para eles, como eu disse, os Parlamentares recuaram através de um acordo que não foi cumprido e que todo o tempo está sendo postergado. Então, para eles, sim, eles continuam pressionando os Parlamentares porque eles querem uma resposta.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Quando os acordos com o Presidente Hugo Motta não são cumpridos pelo Presidente, a quem cai a cobrança? Esses perseguidos políticos, esses familiares, cobram o Presidente Hugo Motta ou a cobrança recai sobre os representantes da Direita?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Sobre os representantes da Direita. Eles ficam, na maioria das vezes, dizendo que esses representantes se acovardaram frente ao Presidente Hugo Motta.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Os Deputados da Oposição estão conseguindo sustentar essa pauta ainda?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Os Deputados da Oposição têm trabalhado arduamente para minimamente cumprir o que foi prometido. E um dos pontos é que essas pessoas voltem para suas casas, pois já está demasiada demais a punição a pessoas em que não tem nenhuma justificativa de mantê-los presos. Então, termina que os Parlamentares estão nessa pressão. E também



existe aquele sentimento pessoal dos Parlamentares que conhecem a história dessas pessoas. Então, querendo ou não, você se sente pressionado não só pela população em geral, como também de sentimento pessoal.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - A senhora esteve bem próxima à ocupação, não é? Todos os dias a senhora esteve próxima?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Sim.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Aquela ocupação foi uma obstrução da Casa ou foi um ato simbólico, um ato meramente político, simbólico, mostrando a representatividade da Oposição?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Doutor, eu acompanhei a obstrução nas Comissões. Então, eu vi, de fato, a Oposição trabalhar aqui numa obstrução, inclusive uma obstrução muito bem feita, mas também de forma muito pacífica. E ali, quando eles chegam a sentar à mesa para poder obstruir ali também os trabalhos da Mesa, aquilo, para a gente que é associação e para os familiares, era um sentimento de *"eles estão fazendo, de fato, alguma coisa pela gente"*. Então, era um sentimento, digamos, de *"agora a gente vai ver o negócio acontecer"*, e, depois, um sentimento de frustração, ao mesmo tempo, quando houve essa retomada dos trabalhos pacificamente.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - A senhora esteve ali quando o Presidente Hugo Motta entrou, assumiu a Presidência e iniciou os trabalhos?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Estive. Estava tudo muito tranquilo. O nosso sentimento era esse, de tranquilidade.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Como estava o sentimento dos Parlamentares da Oposição? Estavam com a esperança de que um novo acordo com o Presidente Hugo Motta poderia vir a ser cumprido?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Sim, sim, eles estavam esperançosos, como eu disse. Eu participei da reunião posteriormente e eu percebi que existia e existe uma grande boa-fé da Oposição em que os acordos sejam cumpridos. É tanto que houve um acordo recentemente — isso é de



conhecimento notório, está em todas as mídias — de votar o PL da dosimetria sem apresentar emenda. E, toda a vida, os Parlamentares da Oposição cumprem com a parte deles do acordo, sendo que o acordo tem sido descumprido por outras partes.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - A desocupação se deu mediante ato de força para com a Oposição ou a desocupação se deu de boa-fé por parte da Oposição?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Não houve força alguma. Deu-se completamente de boa-fé e completamente de forma pacífica. Eu lembro que o Deputado Marcel van Hattem e o Deputado Pollon estavam sentados, e alguém veio e falou alguma coisa — eu não me recordo qual foi o Deputado —, e eles imediatamente se levantaram e deixaram seus lugares, mesmo sem entender o que estava acontecendo.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Eles não deixaram os seus lugares mediante pressão ou ameaça de punição?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Jamais! Jamais! Eles se levantaram de forma pacífica e ordeira, como eu vou me levantar quando terminar meu depoimento.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - De forma voluntária?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - De forma voluntária.

(Intervenção ininteligível fora do microfone.)

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Então, com relação ao ânimo dos Parlamentares que ali estavam, o ânimo era de desrespeito à liderança do Presidente Hugo Motta ou o ânimo era de representatividade ao interesse das famílias dos presos políticos?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Não houve desrespeito algum, até porque, se a gente for observar a história dos Parlamentares que estão sendo punidos aqui, a gente conhece. Eu, que estou próxima, por conta da associação, e que estou sempre cobrando os Parlamentares aqui, acompanho o trabalho de cada um aqui e sei a forma com que eles agem. Por exemplo, o Deputado Zé



Trovão, ele é grande no tamanho, mas também é uma pessoa muito polida, trata as pessoas com muito respeito, com muita educação. Então, assim, você não pode esperar do Deputado Zé Trovão, do Deputado Marcel e do Deputado Pollon que eles ajam com força ou que eles ajam com ignorância, porque não é do perfil deles. Eles são altivos, eles são, às vezes, brabos, digamos assim, mas não são pessoas desrespeitosas de forma alguma. Então, não seria naquele momento que eles seriam desrespeitosos.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Dra. Carolina, eu agradeço a sua honestidade e contribuição.

Sr. Presidente, com muito respeito, devolvo-lhe a palavra. Sem mais, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Obrigado, Dr. Chiquini.

Pergunto ao Deputado Marcel van Hattem se quer fazer questionamentos à testemunha.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Farei, Presidente, mas me mantereí no tempo objetivo.

Antes disso, Presidente, até para a organização com a próxima testemunha, pergunto: você V.Exa. pretende, depois da oitiva, fazer a pausa para o almoço? Eu me organizo com a testemunha para vir mais tarde ou já peço que venha?

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Deputado Marcel, eu conversei agora com o Relator, o Deputado Moses Rodrigues. A ideia é ouvir o Deputado Delegado Paulo Bilynskyj como testemunha; depois disso, o Deputado Mauricio Marcon. Em seguida, uma suspensão de 30 minutos. Aí retornaremos com o Deputado Sargento Gonçalves e o Deputado Alberto Fraga.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Então, V.Exa. quer ouvir mais duas testemunhas?

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Mais duas. Aí faremos uma suspensão de 30 minutos para o almoço.



O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Pode ser mais uma, então? O Deputado Delegado Paulo Bilynskyj está aí, Presidente. Aí, então, nós faríamos o almoço. Seria possível? A gente está colaborando, não vai demorar muito.

Na verdade, já perdi o meu compromisso no almoço, que era com o Embaixador do Japão, mas eu sou o representado; então, não tenho muita escolha.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Nossa, eu também perdi o meu!

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - É, todos nós. O V.Exa. avalie e, quando terminar... O Deputado Delegado Paulo Bilynskyj está pronto para vir.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - O Deputado Delegado Paulo Bilynskyj continua, além da Sra. Carolina, enquanto eu falo com o Relator. Senão, mantenho o cronograma anterior.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Está bom.

Muito obrigado.

Sra. Carolina Barreto Siebra, primeiro, parabéns pelo trabalho que a Associação dos Familiares e Vítimas do 08 de janeiro tem feito desde o início. Eu conheço o trabalho de vocês de perto. Não tenho nada a dizer sobre o que vocês fazem, a não ser muito obrigado e parabéns por estarem dispostos a abrir mão do tempo de vocês, que é o mais precioso dos bens para quem exerce uma profissão. O tempo que vocês estão dedicando a pessoas que não têm condições, muitas vezes, de se defender — aliás, mesmo com defensores, não estão conseguindo se defender, Dr. Jeffrey Chiquini, quem sabe, futuro Deputado —, é algo muito nobre! A gente sabe que a causa que vocês pegaram — por justa que seja, e é justíssima — também tem sido uma causa, pelo menos neste momento de restrição de direitos no Brasil e estado de exceção, uma causa perdida. Infelizmente, a maior parte das causas é perdida. Eu lembro que a Deputada Adriana Ventura, que está aqui ao meu lado, e eu, quando fomos aos presídios, tanto o da Papuda como o da Colmeia, ouvimos de presos que estavam ali que



foram procurados por advogados. Queria até que a senhora pudesse falar um pouco mais sobre isso, acho que é um fato que pouca gente conhece. Foram procurados, Dr. Chiquini, por advogados que abusaram dessas pessoas na sua boa-fé. Eu ouvi de vários presos, Deputado Fabio Schiochet, ali nas primeiras semanas — na segunda, terceira semana, não lembro exatamente a data que eu fui lá, mas foi na segunda, terceira semana da prisão, junto com o Deputado Sanderson —, Deputado Moses Rodrigues, que me disseram que tinham pago 20 mil reais, 30 mil reais, tinham vendido carro, tinham vendido terreno para pagar advogados que prometeram *habeas corpus*, pegaram o dinheiro e sumiram. A senhora podia confirmar essa informação e talvez até discorrer um pouco sobre isso? Isso interessa ao Brasil para entender por que foi necessária uma Associação dos Familiares e Vítimas do 08 de janeiro, que congregassem também essa defesa que foi feita pela senhora e por outros advogados, como também pelo Dr. Ezequiel e pela Dra. Gabriela, que é filha de um preso político, e para que a gente tenha uma noção do desespero dessas pessoas. Houve gente que vendeu tudo que tinha para tentar ser solto naquelas primeiras semanas. E, além de os advogados não terem conseguido fazer o seu trabalho, como no caso dos advogados honestos que representaram essas pessoas perante o Supremo Tribunal Federal, ainda houve aqueles que foram desonestos e saíram com o dinheiro dessas pessoas, e elas continuaram presas.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Sim, Deputado. Primeiro, quero agradecer a deferência ao nosso trabalho. É um trabalho árduo sofrido, mas eu retorno também um agradecimento das famílias ao seu trabalho, por elas, pela sua empatia. Por conta disso — não é à toa — que o senhor foi eleito o melhor Parlamentar do Brasil. É por conta do seu coração também. E realmente, de fato, essas famílias sofreram diversos tipos de abusos. Inclusive golpes, golpes dados por pessoas de má-fé. Ali, naquela Academia Nacional de Polícia, ao entrar, você apresentava a sua OAB, eles lhe davam um adesivo. Inclusive, isso é importante a gente dizer. Se você perdesse o adesivo, você ficava lá como preso. Até que você



explicasse que você tinha entrado como advogado e que você iria só visitar uma pessoa e que iria sair, você ficaria lá como preso. Aí, essas pessoas receberam muitas pessoas mal-intencionadas, que diziam que existiria ali um *habeas corpus*, que, na verdade, não caberia no STF, porque contra a decisão do Ministro existe uma súmula do STF que diz que não cabe *habeas corpus*, e elas receberam também vários tipos de golpe. Inclusive, pessoas chegaram a se passar por delegados de polícia: diziam que, se a pessoa pagasse ali uma fiança, ela seria solta. Então, foram os mais diversos tipos de golpe que essas pessoas sofreram. Quando a gente começou a andar aqui no Congresso Nacional, a gente percebeu que, só enquanto advogados falando, isso não teria tanta força como se a gente criasse uma associação que atendesse as famílias, onde as famílias pudessem se inscrever, sendo clientes dos mais diversos advogados e também como uma questão de proteção pessoal. Cada pessoa, cada advogado que desse a cara ali poderia ser envolvido em algum tipo de processo, como a Dra. Nalva. É sempre bom a gente lembrar que ela foi presa por defender os presos do 8 de janeiro. Para se proteger também, a gente criou uma associação, porque aí o alcance seria maior — a gente hoje atende seiscentas famílias — e isso seria uma proteção também para as famílias e para a gente caminhar aqui no Parlamento.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu vejo, Sr. Presidente, talvez até como comentário paralelo, mas necessário, como teria sido importante nós termos criado a Comissão Especial para tratar do tema da anistia, que tinha sido uma sugestão. Eu até tinha entendido que havia um acordo do Deputado Arthur Lira, quando retirou da CCJ a discussão da anistia, de se criar uma Comissão Especial. Eu lamento que não se tenha lutado mais por isso, apesar de a Comissão Especial normalmente ser criada para não debater um projeto ou para não aprovar um projeto. Isto normalmente se diz na Câmara: "*Criou-se uma Comissão Especial para não aprovar projeto nenhum*". E havia esse medo lá atrás. Foi um dos motivos que, imagino, tenha levado a não ser instalada ou, pelo menos, a não ter sido feita a necessária briga política por ela. Teria sido



importante, porque nós teríamos trazido os familiares das vítimas dessa perseguição política, além dos advogados, para contar essa história aqui na Câmara dos Deputados. A gente precisa ficar contando, em diferentes audiências públicas, na Comissão de Direitos Humanos, na Comissão de Segurança Pública, seja aqui, seja no Senado, de uma forma em que se perceba a injustiça que se criou contra brasileiros que foram presos — eu queria que a senhora falasse um pouco sobre isso também — fora dos eventos do 8 de Janeiro. Eu conheci, na Papuda, presos com a passagem de ônibus — ou com comprovante do ônibus de quando tinham chegado — para a noite do dia 8 de janeiro, ou seja, eles não estavam aqui, vieram dos seus Estados para outras manifestações que estavam programadas naquela semana do dia 8 de janeiro; e outros que foram presos apenas no dia 9. Aliás, a maioria foi presa no dia 9. Quem não foi preso em flagrante, no dia 8, foi preso no dia seguinte — na frente do quartel, conduzido por ônibus que chegaram lá —, sem a devida voz de prisão. Foram expostos em desfile, por toda essa Esplanada aqui em Brasília, como se fossem troféus do regime a serem exibidos. Então, Sr. Presidente, eu faço só esse comentário. Acho que teria sido importante — é claro que a discussão da anistia ainda não foi concluída; aliás, está longe de ser concluída — ter sido criada esta Comissão Especial. Talvez ainda pudesse ser, mas esta é uma oportunidade que o Conselho de Ética nos dá, por uma via muito torta, de reparar uma injustiça que está sendo cometida contra nós por Parlamentares de esquerda que, aliás, ajudaram a criar a situação, porque quem pediu a prisão dessas pessoas — eu nunca vou esquecer — foi o Senador Randolfe Rodrigues. Quem pediu a prisão foi um colega Parlamentar, e ele nem tem essa legitimidade. O Senador Randolfe Rodrigues foi quem pediu a prisão dessas centenas de pessoas inocentes do 8 e 9 de Janeiro, sem ter legitimidade para tal. E hoje nós estamos aqui, no Conselho de Ética, enfrentando esse juízo, para tentar, pelo menos por meio da palavra, expor ao Brasil, mesmo que nós sejamos vítima de uma injustiça — e aí, Dr. Chiquini, eu lhe concedo a palavra —, mesmo que a nós seja cometida uma injustiça, mas a



injustiça que vai ser cometida contra mim, mesmo que me cassem o mandato, vai ser muito menor do que a injustiça que foi cometida contra as pessoas do 8 e 9 de Janeiro e que segue sendo cometida.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Sr. Presidente, só vou pedir a palavra por 1 minuto, se o senhor puder me conceder. Estamos numa Casa do Povo. Esse tema eu vejo como o tema mais importante da nossa democracia hoje, na condição de advogado, Deputado Marcel, que luta incansavelmente pelos perseguidos políticos. É com pesar que declaro a derrota da democracia, neste momento, aqui na Câmara dos Deputados. Filipe G. Martins acaba de ser condenado na Suprema Corte deste País, provadamente inocente, com uma decisão sádica, que utiliza provas que declaram e demonstram sua inocência contra ele, para declarar a culpa. Filipe Martins foi preso por uma viagem que não fez, denunciado por uma minuta que não escreveu e que não existe. Ele foi hoje condenado, Deputado Marcel, Deputada Bia, por reuniões das quais não participou. Deputada Adriana, perdoe-me. Minha colega, nossa amiga, Deputada Adriana, nossa amiga, Deputada Adriana, Filipe Martins foi condenado por discurso de ódio, Filipe Martins acaba de ser condenado na Suprema Corte por discurso de ódio. E a prova, Deputado Marcel, da Uber, que nós da defesa trouxemos — olha o que nós estamos vivendo neste País —, a prova da Uber que nós trouxemos ao processo, que demonstra que ele não estava na reunião, essa prova é utilizada para condenar, dizendo que prova que ele estava na reunião. Provas sendo distorcidas para condenar.

Então, eu só quero deixar bem claro aqui, Sr. Presidente, que o que esses Deputados — e isso é exercício da defesa —, o que esses Deputados fizeram naquela data foi representar o sentimento de milhões de brasileiros que não enxergam mais no sistema de Justiça a justiça. Esta Casa se tornou a justiça do povo brasileiro. O povo enxerga nesta Casa a única e a última possibilidade de resgatar a justiça. Quando não há mais como resgatar a justiça por meio do Poder Judiciário, quando o Poder Judiciário é injusto, o povo vê nos seus representantes



a única esperança, a expectativa de resgatar a justiça e combater a injustiça. Esses Deputados aqui que estão sendo acusados representaram naquele dia o sentimento de todos os brasileiros de que só o Poder Legislativo é que pode resgatar o que ainda resta de justiça neste País.

É com pesar que eu digo que retirar dos Deputados o poder de representação é enterrar e assassinar por definitivo a democracia. A única coisa que resta ao povo brasileiro é ser ouvido, e esses Deputados estão aqui sendo a voz dos brasileiros. Retirar a voz dos brasileiros é retirar tudo do povo. Retirar a possibilidade desses Deputados serem a voz dos brasileiros é o assassinato da democracia e é literalmente entregar a chave do Brasil nas mãos de uma tirania que se instalou e que nem mais a advocacia tem coragem de enfrentar. Hoje os advogados não têm mais coragem de colocar uma beca e ir à tribuna porque têm medo de serem perseguidos. Nós estamos agora no fundo do poço. Advogados não têm mais coragem de representar seus constituintes. Deputados não podem mais representar seus constituintes. Senadores não têm mais coragem de representar seus constituintes. O povo não tem mais representatividade. E em quem ousa se levantar contra este Governo tirano que se instalou é colocada uma corda no pescoço.

Sr. Presidente, eu agradeço a oportunidade de dizer e digo a V.Exa., como Presidente desta Comissão, como advogado, eu digo a V.Exa., a sua missão primeira é proteger esses Parlamentares. Enquanto Presidente desta Comissão, sua missão primeira é dar guarida para que os seus pares possam representar o povo. Se esses Deputados forem punidos por representarem o desejo da população, de fato, nós somos uma ditadura constituída. Que esta Casa utilize esse processo disciplinar como exemplo aos outros Poderes de que os Parlamentares não jogarão a toalha e serão o escudo da população contra a tirania que quer se instalar.

Sr. Presidente, eu agradeço a oportunidade.



O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Obrigado, Dr. Chiquini.

Com a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Vou passar para as perguntas, então. Eu falo o objetivo e depois o Deputado Pollon...

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Como o Deputado perguntou sobre a questão das pessoas que chegaram ali, as que foram presas dia 9, realmente houve pessoas que chegaram posteriormente ao que aconteceu no dia 8 de janeiro, mas o mais grave, pessoas que foram ao QG pegar alguma coisa. Por exemplo, tem o caso de uma cozinheira que é daqui do Distrito Federal. Ela atuou ali no QG, contratada como cozinheira, foi buscar suas panelas e foi condenada recentemente a mais de 1 ano de prisão, porque, quando a pessoa entrava ali naquele quadrilátero do quartel-general, ela não podia sair mais se não fosse dentro dos ônibus para ser levada para a Academia Nacional de Polícia. Tem um outro caso de um rapaz que veio a Brasília para poder concluir o visto dele para fazer um mestrado em Israel, foi visitar uma amiga que estava no QG, não conseguiu mais sair, foi condenado também a 1 ano e 6 meses. As pessoas foram condenadas na baciada, como a gente diz. E a gente traz também a questão dos financiadores, os tidos como financiadores. Tem o caso do Marcos Cardoso, que é do Rio Grande do Sul, em que ele recebeu dinheiro de doação na sua conta e ele repassou esse dinheiro para contratar um ônibus. Ele não veio a Brasília em momento algum, porque, no próprio depoimento dele, ele diz que não via vantagem em vir, era começo de ano, começo do Governo, então ele achava que não havia necessidade. E está sendo pedida a condenação dele a 14 anos. Ele está sendo colocado como financiador e foi encontrado na casa dele um Del Rey 1988, porque é o único bem que ele tem. A conta do filho dele, que não é alvo desse processo, está bloqueada com 600 reais, que era o dinheiro que o filho dele recebia como ajudante de pedreiro. Ele é seu conterrâneo lá do Rio Grande do



Sul. Então, assim, são as mais diversas aberrações que a gente acompanha nesses processos do dia 8 e 9 de janeiro, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Presidente Schiochet, veja bem, na verdade, nós não estamos apenas pedindo por justiça. Eu acho que o depoimento da Dra. Carolina é o mais importante de todos. Apesar de os outros serem depoimentos realmente focados no episódio em si, o depoimento da Dra. Carolina Siebra traz à luz as motivações, porque essas pessoas, pensa bem, essas pessoas que estão sendo condenadas agora não precisam só de justiça, elas precisam de reparação, vão ter que ser indenizadas. Eu gosto de lembrar o caso de um morador de rua que foi absolvido pelo Alexandre de Moraes. Quanto tempo esse morador de rua passou preso, Dra. Siebra?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Mais de 8 meses.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E ele estava no quartel?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Ele estava no quartel porque, como o quartel era um lugar onde as pessoas faziam comida, faziam churrasco e as comidas eram, digamos, gratuitas, eles ofertavam ali, existiam muitos moradores de rua do Distrito Federal que iam para lá comer. E, assim, essas pessoas foram presas.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Pensa bem, Presidente, esse morador de rua foi preso no dia 9; foi levado para a Papuda; passou 8 meses preso; foi absolvido pelo Alexandre de Moraes e é eleitor do Lula, votou no PT. Quer dizer, esse morador de rua que estava ali para comer foi preso de baciada. Eu só estou usando o exemplo dele não porque ele é mais injustiçado do que os outros que não eram eleitores do PT. Se você tem uma opinião política no Brasil, isso não é crime. Mas ele foi preso, passou 8 meses preso e Alexandre de Moraes o absolve — preso sem condenação, lógico. E a gente vai requerer que ele não tenha uma indenização do Estado? Nós vamos estar discutindo aqui, devia ser logo mas talvez vá levar alguns anos, as indenizações e as reparações dessas pessoas. E é por isso que nós nos movemos por um sentimento de absoluta



injustiça e irresignação. E, Dra. Carolina, eu queria, para a gente ir para a fase das perguntas e encerrar — até o Deputado Paulo Bilynskyj, a quem agradeço por já estar aqui também, é a próxima testemunha —, lhe perguntar sobre a importância desse movimento — o movimento da ocupação que nós fizemos — para os familiares e para as vítimas da perseguição política do Brasil. Como viram esse movimento, quando foi anunciado?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Esse movimento trouxe esperança para essas pessoas, esperança que todo dia a gente tem e, na próxima semana, já não tem mais, porque a gente fica esperando. *"Próxima semana, pauta a anistia; na outra, pauta a anistia; na outra..."* E aí a gente vai, aos poucos, perdendo a esperança no Parlamento, principalmente vendo atos como esse. A gente vê o ato de coragem dos Parlamentares de fazerem uma manifestação pacífica. E, ali, posteriormente, esses Parlamentares são punidos. Então, assim, é ato de coragem, depois, ato de perseguição. E é esse o sentimento que a maior parte da população que hoje se considera oposição a tudo que está acontecendo no Brasil tem. É um sentimento de frustração. A gente tenta fazer alguma coisa, e depois é perseguido, tenta defender o que é certo, e depois é perseguido, é preso ou sofre uma busca e apreensão para ser intimidado e questões nesse sentido. Mas eu trago também, Deputado, um ponto que é importante. A gente falou dos moradores de rua. E os autistas que foram presos? Tivemos dois autistas presos. Um deles, que foi absolvido agora, o Jean, lá do Mato Grosso do Sul, passou 8 meses preso, sendo autista, com todos os laudos. Desde criança, ele tinha laudo. Ele veio a Brasília, achando que era uma excursão de manifestação contra o aborto. E ele foi preso e ficou preso. Quando o Jean foi solto, eu estava lá, esperando para recebê-lo. O policial chegou para mim e disse assim: *"Minha senhora, como é que esse rapaz estava preso e tal?"* Eu disse: É, pois é. É decisão do Ministro Alexandre de Moraes. Ele: *"Eu cheguei à cela em que ele estava para ser solto e eu falei um pouco mais alto e ele ficou acuado no cantinho. Chegou um outro policial e disse assim: 'Não fala assim que ele é autista'".* E



foram essas situações com que a gente se deparou. Então, não tinha como a gente não cobrar os Parlamentares e não tinha como vocês agirem de forma diferente. É por conta dessas pessoas.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Agora, imagina-se o seguinte. Não vou entrar no detalhe, até o Dr. Jeffrey Chiquini foi muito bom, bem elucidativo sobre a situação, e as demais testemunhas também. Mas se imagine a situação contrária. Imagine-se que os Deputados que fizeram essa manifestação pacífica, essa ocupação, saíssem da Mesa sem ter conseguido um acordo, sem ter anunciado que houve uma conversa anterior com o Presidente da Câmara, ainda que até agora, aliás, não com o Presidente da Câmara, com os Líderes partidários, ainda que até agora esse acordo não tenha sido cumprido integralmente, afinal de contas, a anistia não foi pautada, foi dosimetria, o fim do foro privilegiado não foi pautado, mas não vamos entrar nesses detalhes. Eu quero saber, naquele momento, se não tivesse sido anunciado um acordo, qual seria a reação das famílias, das vítimas e dos perseguidos políticos no Brasil, diante de uma saída dos Parlamentares que tinham feito essa manifestação naquele momento?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - De completa frustração, Deputado. Afinal de contas, essas pessoas se sentem impotentes. Elas se sentem esquecidas. Elas se sentem abandonadas. Então, se houvesse uma retirada desses Parlamentares sem que houvesse um anúncio de acordo, acordo esse que a gente sabe que foi descumprido reiteradas vezes pelo Presidente Hugo Motta... Inclusive, ele recebeu a D. Vanessa e a D. Jane. A Jane era a esposa do Clezão, a viúva do Clezão. E a Vanessa, mãe de seis filhos, esposa do Ezequiel, que foi condenado também a 16 anos. Esses filhos estão passando necessidade porque o salário da Vanessa, que nada tem a ver com a história, está bloqueado, o salário de servidora pública. E mesmo assim o Presidente Hugo Motta prometeu a elas ali que iria pautar a anistia. Então, como é que essas pessoas vão confiar se não for nos Deputados valentes, que fazem uma manifestação de forma pacífica e



ordeira, sem levantar a voz, sem agredir ninguém, sem se segurar em mesa para poder sair, sem precisar receber mata-leão ou coisa nesse sentido?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Presidente, para concluir aqui a minha manifestação, eu quero lamentar a condenação do Filipe Martins. O Dr. Chiquini fez uma defesa impecável: apresentou os argumentos, apresentou... Eu ia dizer as provas. Na verdade, expôs a falta de provas de todo o processo. Filipe foi preso por mais de 6 meses, inclusive com confinamento solitário. Ficou em solitária por mais de 10 dias, por uma viagem que ele não realizou, baseado numa hipótese de fuga em virtude de uma viagem que, ainda que tivesse sido feita, nada de irregular tinha. Mas ele não fez. E o Governo americano já admitiu que ele não fez a viagem. Por uma minuta que até hoje não foi apresentada. Até hoje não está nos autos a tal da minuta do golpe que acusam Filipe Martins de ter redigido, que ele não redigiu, e o Dr. Chiquini demonstrou isso claramente. E por uma reunião em que ele teria comparecido, mas que nenhum dos presentes afirma que Filipe Martins lá esteve, acaba de ser condenado pelo Supremo Tribunal Federal. Um dos melhores advogados do Brasil, uma revelação neste momento, inclusive, de grave perseguição, Dr. Jeffrey Chiquini, repito, faz uma defesa brilhante, impecável. Não obstante, o seu cliente é condenado. Então, Sr. Presidente, a gente vê aqui que a luta do Chiquini, a luta da Carolina Siebra, a de todos esses advogados que representam os familiares e as vítimas dessa perseguição absurda precisa ser a luta do povo brasileiro, da democracia, deste Conselho de Ética, de cada um dos Parlamentares. O que nós fizemos lá foi para representar isso, foi para dizer: *"Chega de promessas não cumpridas, de intromissão do Supremo Tribunal Federal"* — como bem disseram outras testemunhas aqui — *"no trabalho dos Parlamentares"*, não apenas dizendo que nós não podemos aprovar determinadas matérias como anistia, mas deixando claro que o projeto da dosimetria só podia ser aquele. Ou seja, o Supremo Tribunal Federal já está ditando, por isso se chama ditadura, o que nós podemos aprovar. O que nos resta aqui é a voz, é a manifestação pacífica. E mesmo essa está sendo agora



ameaçada, porque se eu for suspenso, ou se os meus colegas Zé Trovão, Marcos Pollon e eu formos suspensos por uma manifestação legítima, e, repito, sofreremos uma injustiça que não se equipara à injustiça que estão sofrendo essas pessoas já há quase 3 anos — há quase 3 anos —, pessoas inocentes. E mesmo quem quebrou e depredou já pagou uma pena muito maior, porque vândalo no Brasil não vai para a cadeia. E a pena é de detenção de 1 a 6 meses. Se nós formos silenciados e os nossos mandatos forem extintos... Porque 6 meses de suspensão, como se diz aqui, significa extinção do mandato. Num ano eleitoral, ser suspenso por 6 meses significa só ter tempo ainda de voltar quando a gente já está em campanha e aqui a Casa está parada; significa a extinção dos mandatos Parlamentares, que representam a voz dessas pessoas que foram caladas; significa suprimir o direito dessas pessoas que já não têm no Judiciário condição de se defender, já não têm nos seus próprios defensores a condição de serem representados, porque sequer têm acesso aos autos — a Dra. Siebra falou de tantos exemplos aqui e em tantas outras audiências públicas —; significa tirar dessas pessoas a última trincheira que elas têm numa democracia, que é a sua defesa dentro do Parlamento, na Câmara, no Senado da República. E aí, Dr. Schiochet, para encerrar, eu digo o seguinte: o Senador Davi Alcolumbre, com o qual eu tenho profundas divergências em muitos aspectos — não se deixe de reforçar isso —, foi muito sábio, não deixou que prosperasse qualquer tipo de punição aos Senadores que fizeram exatamente a mesma manifestação que fizemos aqui. Aliás, o Senador Magno Malta se acorrentou à Mesa Diretora do Senado da República. Não consta que qualquer Deputado nosso tenha feito o mesmo aqui e não estou dizendo que ele fez errado, não. Mas o Senador Davi Alcolumbre foi muito sábio, não permitiu que se abrisse qualquer tipo de punição aos colegas Parlamentares que, assim como ele, têm o direito à manifestação por meio da voz e dos seus atos, desde que não sejam violentos. Eu peço a V.Exa., Deputado Schiochet, e também ao Deputado Moses Rodrigues que essa mesma conduta seja aqui na Câmara dos Deputados adotada, porque punir quem busca a



justiça é cometer uma injustiça muito maior do que qualquer tipo de injustiça que se poderia cometer dentro do Congresso Nacional contra os colegas Parlamentares que, eventualmente, se excederam em outros momentos, mas, às vezes, levam penas maiores do que lhes eram imputadas. Às vezes acontece isso, às vezes acontece uma injustiça, mas houve algum tipo de culpa, algum tipo de dolo. Nesse caso, Sr. Presidente, se a nossa culpa é defender o povo brasileiro, então eu me declaro culpado para sofrer uma injustiça, mas não maior do que a injustiça que sofreram e continuam sofrendo todos os brasileiros que são perseguidos políticos desse regime. Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, testemunha, pela disposição de estar aqui, não só hoje. Está aqui já há 4 dias conosco, desconsiderado o fim de semana, para ajudar a elucidar os fatos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Obrigado, Deputado Marcel.

Eu questiono novamente ao Deputado Zé Trovão: V.Exa. gostaria que o advogado do senhor fizesse uso da palavra?

Dr. Eduardo, V.Sa. gostaria de questionar a testemunha?

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Sim, gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Dr. Eduardo, V.Sa. tem a palavra.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - São questionamentos rápidos aqui, Excelência, até pelo que já foi informado, mas eu gostaria de fazer, sim.

Bom dia, Sra. Carolina. Tudo bem?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Bom dia, doutor. Tudo bem.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Hoje foi, não é? Já subiu bastante aí nesta tribuna e desceu.

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Sim.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Mas vamos lá, para fechar aqui a equação. Mas talvez ainda tenha o Pollon. Mas, de nossa parte aqui, de maneira



objetiva, a gente tem o cuidado aqui da divisão depois das penas, de alguma coisa nesse sentido. Então, a gente tenta individualizar aqui as condutas. Diante disso, eu queria perguntar de maneira objetiva à senhora: a senhora viu a participação do Deputado Zé Trovão no dia?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Conforme eu já afirmei anteriormente, eu não me recordo da participação dele.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Tá. Pelo que eu vi, a senhora estava olhando de um andar ali superior, onde a senhora tinha a visão de vários Deputados, correto?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Correto.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - No tocante a essa questão de dezenas de Deputados que ali estavam, a senhora conseguiria explicar o motivo de só três Deputados estarem aí no Conselho de Ética respondendo por determinadas condutas?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Não, não tem como a gente explicar objetivamente qual seria o motivo. Mas um ponto que a gente levanta questionamento é dizer que, se eles estão aqui sofrendo essa perseguição por defender o certo, isso é honroso para eles estarem aqui nesse sentido.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Tá. Mesmo de longe, a senhora tem ali acompanhado tudo. Em algum momento, a senhora viu qualquer tipo de conduta, mesmo que seja um pouco mais agressiva, do Deputado Zé Trovão naquele dia — já que a senhora estava com o olhar ali de cima, tendo um cenário, de uma certa forma, privilegiado para identificar algum tipo de situação atípica?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - É, conforme eu disse, eu não me recordo da conduta dele, mas o que eu posso afirmar é que, se houvesse algum tipo ali de briga ou de confusão, de onde eu estava, daria para perceber. E eu não percebi nenhuma anormalidade nesse sentido; só vários Parlamentares que rodeavam ali o Presidente Hugo Motta.



O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Perfeito. Nós temos aqui um documento, nos próprios autos, que identifica o horário que o Presidente Hugo Motta entra no plenário, às 22h14min, e o horário em que é iniciada a sessão, às 22h24min (*falha na transmissão*) de 10 minutos. Dentro desse cenário de 10 minutos e reparando do local em que ele estava — que o Presidente entrou — até a abertura, claro, na cadeira, a senhora entende que teria tempo hábil para alguma confusão grande e ampla, do tipo se negar a passar a cadeira, de obstrução, de não deixar passar? Daria tempo, em 10 minutos, para acontecer tudo isso?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Não, jamais. Na verdade, não aconteceu. Pelo que eu estava vendo ali de cima, vários Parlamentares o cercaram. Ele fez um sinal de recuo, como quem diz que vai voltar, vai sair dali de onde ele estava. Ficou aquele sentimento em que não se entendia o que era que tinha acontecido, não dava para entender. Posteriormente, ele conseguiu chegar até a Mesa, onde a situação já estava pacificada a situação. Não houve nenhum tipo de discussão, briga, agressão, nada nesse sentido.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Até pela qualidade da testemunha, eu queria que, se possível, Carolina, você tentasse aqui nos explicar, porque, em 2017, nós tivemos uma ocupação no tocante à reforma trabalhista; em 2018, a prisão do Lula também ensejou uma manifestação similar. Eu queria que a depoente, até pela experiência — momento em que, inclusive, eu a parabeno pelo empenho na defesa dessas vítimas —, me traçasse um paralelo. Por que de 2017 e 2018 nós não temos nenhum tipo de Deputado respondendo em qualquer tipo de Conselho de Ética ou de Corregedoria, e nesse ato nós temos esses três Deputados? Seria uma distinção clara, em sua opinião, da Direita e da Esquerda? Ou a senhora tem outro olhar sobre o assunto?

A SRA. CAROLINA BARRETO SIEBRA - Não, para mim fica claro que hoje nós não estamos vivendo um momento de normalidade democrática. Todos os atos de manifestações pacíficas são aceitos dentro de uma democracia, sem que



as pessoas sejam perseguidas. Em 2017, não tivemos só a ocupação da Mesa; em 2017, tivemos manifestações violentas na Esplanada, e nenhuma dessas pessoas foi presa ou condenada a 17 anos de prisão. Então, isso já difere muito do que se está vivendo hoje. O que se está vivendo hoje é uma escancarada perseguição a quem está em busca de justiça e da positivação da Constituição. Então, fica claro para nós que existe realmente uma grande diferença entre a Esquerda, as movimentações da Esquerda e as movimentações da Direita. E a gente pode trazer um outro exemplo também: várias pessoas ficaram acampadas por 500 e sei lá quantos dias na frente da Polícia Federal, e nada foi dito. Pessoas que levaram água para as pessoas que estão no QG ficaram presas por meses, porque doaram água. Água é uma coisa que não se nega a ninguém. Isso eu aprendi desde criança. E mesmo assim essas pessoas mereceram a prisão. Então, assim, não podemos falar que estamos vivendo hoje, em 2025, uma normalidade democrática.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Perfeito. Eu queria agradecer à testemunha.

Sem mais perguntas. Devolvo a palavra ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Obrigado, Dr. Eduardo.

Eu concedo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Sargento Gonçalves, pelo prazo de 2 minutos.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Sr. Presidente, Sr. Relator, não vou me referir à testemunha, sinto-me satisfeito.

Só mais uma vez, vou repetir: de fato, causa-nos indignação. Está muito clara a perseguição, infelizmente, política e ideológica. Infelizmente, não é só dentro desta Casa, mas, como bem citou ainda agora o Deputado Marcel, a decisão, o voto do Ministro Alexandre de Moraes pela condenação do Filipe Martins, mais uma condenação sem provas, infelizmente, de forma muito clara, mostra a perseguição política que ocorre no nosso País.



Lamentamos porque esta Casa que representa o povo, 513 Deputados, por um movimento, mais uma vez, repito, pacífico, ordeiro, feito por mais de cem Parlamentares que representam o povo, está sendo alvo da tentativa de criminalizar até a legitimidade desse movimento.

Eu me sinto honrado em ter participado. Estava lá não era representando os meus próprios interesses, mas era representando parcela significativa do Rio Grande do Norte. Da mesma forma, o Deputado Marcel van Hattem, tenho certeza disso, o Deputado Zé Trovão, o Deputado Pollon e dezenas de outros Parlamentares.

E a gente está aqui hoje, num dia de terça-feira, já se aproximando do período natalino, e nós estamos aqui debatendo esse tema. Tantos temas importantes para serem tratados aqui na Casa...

De fato, é um momento triste para a nossa democracia, um momento em que, de fato, aqueles que dizem defender a democracia são os que mais a atacam.

Os meus votos são para que, de fato, nós possamos contar com a sensibilidade do Relator e com a coragem. Eu costumo sempre dizer que Deus honra pessoas de atitudes honrosas. Eu tenho certeza de que o Deputado Moses agirá com justiça nesse caso, encerrando esse problema, essa situação que, infelizmente, temos visto nossos colegas passarem.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Obrigado, Deputado Sargento Gonçalves.

Passo a palavra ao Deputado Rodrigo da Zaeli, pelo prazo de 2 minutos.

O SR. RODRIGO DA ZAELI (PL - MT) - Sr. Presidente, mais uma vez, a gente vem reforçar o que já foi falado aqui por quase todos os Parlamentares, até pelas testemunhas, sobre a forma política como está acontecendo esse julgamento, esse processo que está sendo rolando contra os representados. Houve três Parlamentares participando da movimentação, mas havia mais de cinquenta participando do mesmo movimento — quase cem, já dito aqui —, e pinçaram três



para serem exemplos. Não sei para quem, porque para nós mesmos estamos vendo claramente essa injustiça.

Até da própria Esquerda, não há ninguém aqui. Eles sabem que o que aconteceu lá é muito menos do que a própria Esquerda já fez e trouxe a esta Casa inúmeras vergonhas, como aconteceu semana passada com o Deputado Glauber: a forma como ele ocupou... Ele não ocupou, ele usurpou a Mesa, de uma forma totalmente truculenta, tolheu os Deputados de fazerem as suas falas e, na hora de sair, foi aquela vergonha nacional. Vou dizer até mais, uma vergonha mundial um Parlamentar brasileiro passar por aquilo.

No mesmo dia, houve o caso da própria Deputada Camila Jara, no qual houve um ato, um movimento de agressão, e sequer chegou ainda a este Conselho de Ética. Não por culpa desta Presidência, porque não é ela que pauta as matérias que vêm para o Conselho, mas da própria Mesa da Casa, que a gente vê que está atuando com dois pesos e duas medidas nos processos que vêm contra Deputados da Direita e da Esquerda.

Dessa forma, a gente fica sem muito o que esperar; só esperar o bom senso do Relator e que ele possa fazer um relatório julgando os fatos que aconteceram, baseado em experiências que já aconteceram para trás também. Assim, vai ver que nossos três Deputados que estão sendo representados... Esperamos que sejam arquivados esses processos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Obrigado, Deputado Rodrigo da Zaeli.

Passo a palavra agora ao Deputado Domingos Sávio. *(Pausa.)* Ausente.

Concedo a palavra o Deputado Evair de Mello. *(Pausa.)* Ausente.

Concedo a palavra Deputado Mário de Freitas. *(Pausa.)* Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Rodolfo Nogueira. *(Pausa.)* Ausente.

Concedo a palavra à Deputada Adriana Ventura. *(Pausa.)* Ausente.



Não havendo mais quem queira usar a palavra, eu agradeço a presença da Sra. Carolina Siebra.

Obrigado por ter vindo depor neste Conselho.

Declaro finalizada a sua oitiva.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Ô Conselho competente!

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - São seus olhos, são vocês.

Oitiva de testemunha do Deputado Delegado Paulo Bilynskyj.

Convido o Deputado Delegado Paulo Bilynskyj, testemunha arrolada pelo Deputado Marcel van Hattem, para compor a Mesa.

Agradeço a disponibilidade de V.Exa. em comparecer perante este Conselho de Ética.

Inicialmente, passo a palavra ao Relator, Deputado Moses Rodrigues, para inquirir a sua testemunha.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Presidente. Eu queria aqui, neste momento, iniciar alguns questionamentos que precisam ser elucidados. Nós queremos já passar direto às perguntas ao Deputado Delegado Paulo Bilynskyj, para que a gente possa avançar na instrução das oitivas das testemunhas dos representados. Deputado, no dia 6 de agosto, no dia dos acontecimentos, V.Exa. estava presente no plenário?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Sim, senhor.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - O senhor teve alguma participação, junto às Lideranças, no diálogo junto ao Presidente, à Mesa da Câmara, nesse dia?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Não.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - V.Exa. participou de um rodízio para que pudesse se obstruir o início da sessão, fazendo e tomando assento à Mesa, em algum momento?



O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Eu acredito que a terminologia correta não seria obstrução, seria ocupação. Eu acredito que, naquele momento, não existia sessão convocada. Existia uma previsão de pauta, mas não existia oficialmente uma sessão em andamento. Então, do meu ponto de vista... Por exemplo, neste momento, imediatamente agora, se a gente se levantar e for para o plenário, nós como Deputados Federais podemos nos sentar em todas as cadeiras da Presidência, da Vice-Presidência e da Mesa Diretora. Podemos ocupar aquele espaço, que só é destinado ao Presidente da Câmara no momento em que há sessão aberta ou convocada.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Deputado, esse ponto foi abordado por outras testemunhas, mas nós solicitamos à Mesa para que verificasse, e havia, sim, sessão convocada e pauta que já estava publicada.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Para que horário?

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Estava publicada a pauta e sessão convocada.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Para que horário?

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - A gente pode verificar. Vou solicitar aqui à Mesa, mas...

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Pelo que eu acredito é que não houve prejuízo aos andamentos da sessão.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Bom, a gente vai verificar o horário que estava...

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Perfeito.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - ...mas a gente já discutiu essa situação. Tinha pauta convocada e sessão... Perdão, tinha pauta publicada e sessão convocada.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Eu estava lá no começo. O que aconteceu? Tinha uma sessão... Aquela sessão comemorativa, como é o nome dela?



O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Solene.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Solene. Tinha uma sessão solene em andamento. No momento em que se encerrou a sessão solene, se iniciou a ocupação física do local. Então, naquele momento não existia sessão. E o Presidente da Câmara, quando ele se apresentou à Mesa com a intenção de iniciar a sessão, nós saímos de lá. Por isso que eu acredito que não houve prejuízo.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Na visão de V.Exa., esse movimento de ocupar a Mesa, ele tinha qual finalidade, se não iniciar os trabalhos do dia?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Aí que está o ponto, Relator. Existe uma diferença na intenção. A intenção, por exemplo, do Glauber era literalmente impedir o trabalho. Então, a sessão, no caso do Glauber, estava ocorrendo, estava nos breves comunicados. Ele se sentou à cadeira do Presidente e ele só saiu da cadeira do Presidente quando removido fisicamente pelos policiais legislativos. No nosso caso, não existia sessão em andamento. O nosso objetivo era gerar o fato político que daria ensejo à vinda à pauta do projeto da anistia. Então, não existia o *animus*, a intenção de impedir o andamento dos trabalhos, e, sim, a intenção de demonstrar a presença de Deputados da Oposição que desejavam que o projeto fosse pautado.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - V.Exa. tem conhecimento de que muitos projetos tramitam nas Comissões e que também tramitam no plenário por muitos anos. Temos projetos em tramitação há 1 ano, dois, cinco, dez, 20 anos. V.Exa. já tinha verificado que, quando esses projetos não são pautados porque não há um consenso, sobretudo ali na questão dos Líderes, ser feito esse tipo de movimento — que V.Exa. chama de ocupação — para que pudesse chamar a atenção da Mesa e assim passar a ser discutido?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Essa é uma excelente pergunta, Relator, e eu acredito que é justamente isso que nós buscávamos. Veja,



os trabalhos... Eu pessoalmente, como Paulo Bilynskyj, eu acredito que o Presidente da Câmara concentra poder demais e os Líderes concentram poder demais. A pauta da Câmara dos Deputados deve ser a pauta do povo, e nós sabemos que a pauta não é determinada de forma linear, não existe uma fila de projetos que são analisados. Existem interesses próprios e impróprios que são utilizados pelos decisores para determinar qual será a pauta. E nós entendemos naquele momento, quando foi tomada a decisão da ocupação, que a única forma de demonstrar para os Líderes, para o Presidente da Câmara, para os tomadores de decisão a importância da pauta da anistia era a ocupação física do plenário.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Dentro dessa perspectiva da ocupação física da Mesa no plenário, no momento em que o Presidente Hugo se aproxima para dar início aos trabalhos, V.Exa. estava perto o suficiente para verificar e afirmar se o Deputado Zé Trovão fez um impedimento com a sua perna que bloqueasse a entrada do Presidente?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Eu estava literalmente ao lado do Deputado Zé Trovão, e ali houve, Relator, um conflito de informações. Então, houve, até onde eu entendo, uma negociação entre os Líderes e o Presidente da Câmara. Nessa negociação, haveria a desocupação quando o Presidente viesse; então, de acordo com o que foi negociado, no momento que o Presidente Hugo Motta se aproximasse da Mesa, nós desocuparíamos a Mesa, com a promessa de que seria pautado o projeto, a urgência do projeto. No entanto, para alguns Deputados, a informação não chegou; não era claro se havia sido fechado o acordo ou não. Não houve uma comunicação clara de que o acordo estava travado. Então, eu acredito que o que houve entre o Deputado Zé Trovão e o Presidente da Câmara foi: primeiro, o fato de o Zé Trovão ser grande e visível; então, ele é como se fosse um ponto de referência. Ele tem quase 2 metros de altura, usa um chapéu. Então, ficou claro que ele era uma espécie de ponto de referência, e ele estava, naquele momento, por azar do destino, na escada. O objetivo dele não era bloquear o acesso do Presidente Hugo Motta. O



objetivo dele era permanecer dentro daquele espaço que estava sendo ocupado. Então, eu acredito que não houve a vontade inequívoca de impedir a subida do Presidente Hugo Motta, mas, sim, uma confusão sobre o que estava acontecendo: se teria terminado o nosso objetivo de ocupação, ou se não teria terminado. E a presença dele ali marcou esse momento, dessa forma que V.Exa. está descobrindo agora.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Por quanto tempo essa obstrução física demorou?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Do Deputado Zé Trovão?

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Sim, para com o Presidente.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Segundos, segundos. Eu diria que foi o tempo de o Presidente Hugo Motta dirigir a palavra ao Zé Trovão.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - V.Exa... Voltando aqui à questão das sessões do dia 6 de agosto, que a gente..., que nós pedimos à Mesa para que pudesse verificar o horário que tinha sido convocado — para que fique... e dar ciência a todos —, estava convocado para as 20h30min a sessão deliberativa do dia 6 de agosto.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Que horas terminou a ocupação?

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Então, tinha pauta, tinha sessão deliberativa convocada para as 20h30min, e a sessão iniciou-se às 22h24min, aqui conforme registro, e terminou às 22h41min.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Mas que horas terminou a ocupação?

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - A ocupação, nós temos que verificar no vídeo para saber o momento da desocupação.



O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Eu acho que é relevante também... E, Relator, existe um elemento aqui que é o elemento normal do dia a dia da Câmara, de que o horário de convocação não é sempre o horário da presença do Presidente. Então, nós sabemos, pelo dia a dia, a gente pode puxar aqui nos registros de câmara, que é absolutamente normal a sessão se iniciar com 4, 6, 8 horas de atraso em relação ao momento da convocação. Acredito que o momento da convocação diz respeito às horas necessárias de intervalo entre os projetos para contagem de prazo. Não é um indicativo correto do horário de início.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Sim, é discricionário do Presidente. Ele faz a convocação e, no momento oportuno, depois de reunião com o Colégio de Líderes, ele segue ao plenário para que ele possa deliberar. Esse é o rito.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Isso. Tradicionalmente se inicia...

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Mas a pauta que a gente está discutindo é a questão do dia, dos acontecimentos do dia, que o impediram de ter acesso à cadeira de Presidente da Câmara. V.Exa. tem conhecimento disso?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Eu acredito que, então, como o senhor delimitou, o ponto é: o que o impediu foi o tempo de deslocamento entre as escadas. Não houve nenhuma outra espécie de impedimento ao início da sessão, a não ser o tempo de deslocamento entre a escada e a cadeira da Presidência, que, por óbvio, pelo volume de pessoas, foi dificultado. Mas isso é questão de segundos, a gente pode verificar nas filmagens.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - V.Exa. verificou se, quando o Presidente Hugo adentra o plenário para subir ao acesso da mesa, o Deputado Marcel van Hattem e o Deputado Marcos Pollon se encontravam sentados ou de pé?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Sim, sentados.



O SR. MURILLO GOUVEA (Bloco/UNIÃO - RJ) - Estavam sentados na mesa e permaneceram?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Mas isso é matéria incontroversa. Isso está nos vídeos.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Sim, sim.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Porque a minha memória falha.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Está. O.k. Fica o registro. V.Exa., após a aproximação do Presidente, para que pudesse tomar assento à sua cadeira, houve ali um momento onde os Parlamentares não saíram da mesa. Naquele momento, V.Exa. estava perto para ouvir o que estava sendo dialogado?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Não. Eu estava, naquele momento, eu estava próximo à escada, ao lado... Ao lado ou a uma pessoa de distância do Zé Trovão. Eu não tenho conhecimento do diálogo que aconteceu entre os Parlamentares que estavam sentados e o Presidente da Câmara. O Presidente foi muito curto no uso das palavras com o Zé Trovão, por exemplo. Então, eu não sei... Inclusive, provavelmente, as imagens vão poder permitir o conhecimento desse diálogo.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Perfeito.

Presidente, até o momento, essas informações são esclarecedoras para que a gente possa dar continuidade. E, se for necessário, faremos novas intervenções.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Muito bem, Relator, Deputado Moses Rodrigues.

Eu passo a palavra ao Deputado Marcel van Hattem e ao seu advogado, Dr. Chiquini, para que procedam aos questionamentos à testemunha.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Delegado Paulo Bilynskyj, um bom dia para o senhor.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Boa tarde.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Boa tarde. Já? Já almoçou?



O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Já, já almocei, graças a Deus.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Ah, então, bom dia para mim e boa tarde para o senhor. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Para comemorar a tua liderança, tinha que trazer alguma coisa para nós beliscarmos aqui. Que Líder é esse?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Faz a boa aí.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Tenho uma dúvida — isso foi trazido aqui, inclusive —: muito se fala sobre obstrução daquele espaço. O senhor já esclareceu que era uma ocupação, porque não estava tendo sessão.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Exato. Eu acredito que a definição de obstrução, pelo menos aqui no nosso léxico, é impedir o andamento de uma sessão que já está aberta, iniciada.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Sim.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Como não existia início, não existia obstrução.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Sim, certamente. Eu pergunto a V.Exa.: se o Presidente desta Casa quisesse, de fato, instalar a sessão, que o Relator mencionou que estava programada para as 20 horas, poderia fazê-lo de qualquer local?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Sim, é possível, é regimental. Ele poderia inclusive iniciar *on-line*, sem problema nenhum.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Então, vocês não impediram que uma sessão fosse instalada?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Não.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - O senhor participou da conversa que teve com as Lideranças e o Presidente Hugo Motta?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Não.



O SR. JEFFREY CHIQUNI - Não participou. Mas, naquele momento da ocupação da mesa...

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Eu tomei ciência do resultado da reunião.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Perfeito. Por exemplo: o Deputado Marcel van Hattem não participou da reunião e não tinha ciência do acordo.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Exatamente. Então, veja, é exatamente esse o ponto entre o Zé Trovão...

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Ah, não. Perdão. Máxima vênia. O Deputado Marcel participou da reunião,

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Participou.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Tá. Não integralmente.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Exato.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Eu pergunto: o Marcel van Hattem foi surpreendido com a entrada repentina do Presidente.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Todos foram surpreendidos.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Eu pergunto: V.Exa. também?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Todos foram surpreendidos. Por quê? Veja, no nosso raciocínio, o que aconteceria era: num determinado momento, nós iríamos sair daquele local que estava sendo ocupado e o Presidente viria. Mas o Presidente veio antes da nossa desocupação. Então, gerou esse momento de inconsistência e incompreensão.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Em que momento que o senhor tomou conhecimento desse acordo do Presidente com os Líderes?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Olha, eu não consigo precisar para V.Exa.



O SR. JEFFREY CHIQUNI - Antes da obstrução ou só depois que a obstrução... Antes da obstrução, não, perdão. Antes da desocupação ou só depois da desocupação?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Antes da desocupação.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - O senhor tomou conhecimento desse acordo antes do Deputado Marcel ou depois?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Eu não tenho como precisar, porque eu mesmo... Veja, eu não consigo lembrar o momento exato em que eu fui cientificado do acordo.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Porque o senhor disse que se surpreendeu com a entrada do Presidente Hugo Motta.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Eu me surpreendi, sim.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Nesse momento em que o Presidente Hugo Motta está entrando e o senhor é surpreendido, o senhor já tinha conhecimento do acordo que ele iria aguardar na sua sala?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Sim.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Ali o senhor já tinha conhecimento.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Sim.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Tá. Quem que contou desse acordo ao senhor?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Eu acredito que foi o Sóstenes, mas eu posso estar errado.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Sabemos que a Oposição é composta por mais de cem Parlamentares.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Sim, de diversos partidos.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - De diversos partidos.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Então, cada Deputado fala com o seu Líder partidário, ou com o Líder da Oposição, ou com o Líder da Minoria. Então, existe muita dificuldade de comunicação.



O SR. JEFFREY CHIQUNI - Perfeito. Aquela posição que o Deputado Marcel van Hattem ocupava...

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Sim.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - ...era um combinado de vocês, como escala? Vocês tinham combinado escala?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Existia um combinado de que as cadeiras estariam ocupadas por todo o tempo. Eu não tenho conhecimento da escala de ocupação das cadeiras.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Perfeito. Mas, por exemplo, aquela cadeira em que o Deputado Marcel van Hattem estava no exato momento em que o Presidente Hugo Motta entra... Durante toda a ocupação... o Deputado Marcel não esteve o tempo todo ali.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Não, ela foi ocupada por outros Deputados.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Perfeito. Digo a V.Exa., pergunto a V.Exa.: naquele momento em que o Deputado Presidente Hugo Motta entra, e o Deputado Marcel estava naquela cadeira, foi dada alguma ordem ao Marcel van Hattem para que ele desocupasse aquela cadeira?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Não que eu tenha conhecimento. Esse é o cerne da questão.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Exatamente.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Veja, a comunicação de grupos, historicamente, ela acontece de formas diferentes. A gente pode citar aqui a utilização de toques de corneta, de bandeiras, a comunicação via rádio, a comunicação via voz. Nada disso aconteceu naquele momento.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Nada disso. Tem um vídeo, que o senhor bem disse que é fato incontroverso. Eu percebo a confusão ali, naquele momento, do Deputado Marcel, tentando até ouvir.



O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Sim. A confusão é absolutamente incontroversa.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - A confusão é... *"Pera lá, o combinado foi descumprido?"* O Deputado Marcel, naquele momento...

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Eu não sei se o Marcel fez esse julgamento. Veja, eu não sei se ele julgou que existia um acordo e o acordo foi descumprido, ou se ele simplesmente não conseguiu compreender que naquele momento o acordo envolvia a saída das cadeiras. Eu acredito que seja este último cenário. Então, me colocando no lugar do Marcel van Hattem, eu imagino: estou ali fazendo uma ocupação, e de repente o Presidente da Mesa aparece; e agora, saio ou não saio? É exatamente isso que eu imagino que tenha acontecido.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Até pelo visual da situação.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Sim. E, naquele momento, o Pollon, que não está aqui presente, eu acredito que ele estava em alguma espécie de crise. O Pollon é autista diagnosticado, e ele sofre de episódios em que o autismo...

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Por isso que ele demora até um pouquinho mais para entender.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - ...pode prejudicar a sua percepção de mundo, a sua percepção de comandos, a sua visão. Naquele momento, pelo que eu entendo, pela revisão do vídeo, parece que o Pollon estava numa espécie de crise e não conseguia compreender o que estava acontecendo.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Perfeito. Depois — e só é chegado neste ponto porque ainda não chegamos neste ponto, durante toda esta instrução —, é visível que, após a desocupação, e assim que o Presidente Hugo Motta senta na sua cadeira, há uma espécie de comemoração da Oposição. Percebemos que a Oposição está satisfeita com algo.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Sim.



O SR. JEFFREY CHIQUNI - No vídeo, não dá para entender qual é a satisfação da Oposição. Por que se dava aquela euforia, aquela alegria da Oposição?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - A satisfação era saber que o acordo buscado foi atingido. Acredito que o único motivo de o Presidente Hugo Motta ter se direcionado à Mesa é que o acordo para pautar a urgência do projeto da anistia havia sido alcançado.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - E, naquele momento, a alegria de vocês é porque esse acordo, ele se daria representando os eleitores da Oposição?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Com certeza absoluta.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - No momento que a gente vivia, até para a gente discutir um pouco o ânimo subjetivo dos Parlamentares, a população apoiava aquele ato simbólico de vocês?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Muito. As manifestações estão escritas, neste momento, nas redes sociais, nos vídeos publicados naqueles momentos. Podem ser extraídas não só manifestações de apoio, mas também manifestações para que continuasse o trabalho de ocupação, para que a gente alcançasse o objetivo.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Não era só uma decisão de vocês por mera decisão.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Por óbvio, não era uma decisão egoísta, como aconteceu, por exemplo, no momento em que o PSOL encheu os acessos do plenário com militantes que estavam ali para xingar Deputados e gritar "*Fica Glauber, Glauber fica*". Não era uma decisão para salvar o mandato de um Deputado agressor, era uma decisão representando a vontade do povo brasileiro, cada Deputado representando aquele indivíduo que depositou seu voto, sua confiança nele.



O SR. JEFFREY CHIQUNI - O senhor confirma, então, e afirma, reafirma que o ato de vocês era completamente diverso de um ato de obstrução como o PSOL fez?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Não. Obviamente, obviamente. O nosso ato era com o objetivo de provocar a consciência dos Deputados Federais envolvidos na construção da pauta, para que eles entendessem a importância dela.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Seria um ato simbólico a chamar a atenção para a pauta?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Com certeza absoluta.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - O que vocês queriam era chamar atenção para a pauta?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Sim.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - E conseguiram?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Sim.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Perfeito. O Presidente Hugo Motta em algum momento mostrou raiva, insatisfação, ou em algum momento ele deu uma ordem que não foi atendida, que o senhor tenha visto?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Não. Ele estava cercado de policiais legislativos, acredito que em volta de seis ou oito. A escolta pessoal dele é sempre de quatro policiais legislativos. Acredito que naquele momento existiam muitos mais. Ele não deu nenhuma ordem aos policiais para que desocupassem as cadeiras da Mesa Diretora, nem deu ordem a nenhum dos Deputados para que saíssem de onde estavam. Eu inclusive cumprimentei o Presidente Hugo Motta no momento em que ele sobe à mesa, e ele me responde em tom absolutamente cortês.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Muito está se falando inclusive da postura corporal do Zé, do Deputado Zé Trovão. Eu peço licença à defesa dele, mas é que, já nessa linha — peço até licença, mas é importante —, o vídeo não mostra



nenhuma resistência do Deputado Zé Trovão a impedir que o Presidente Hugo Motta ingresse.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - O Zé Trovão, ele deve ter o quê, 1,90 metro de altura?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (PL - PB) - Tem 1,96 metro.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Tem 1,96 metro. Ele não tem menos do que 130 quilos, certo? Está gordinho. O Presidente Hugo Motta é mais baixo do que eu, também mais leve. Se o Zé Trovão quisesse realizar alguma espécie de impedimento físico contra o Presidente Hugo Motta, ele o teria feito, por óbvio. Isso é física básica. Mas ele não o fez. Eu acredito que, se o Presidente teve essa percepção de que existia alguma espécie de impedimento, essa percepção não durou mais do que 30 segundos, e nós podemos nos socorrer das imagens do caso para verificar. Mas eu acredito que não, eu acredito que não houve nenhuma espécie de impedimento físico.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Esse acordo de que nós estamos falando aqui dessa ocupação foi unânime na Oposição?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Eu não tenho essa informação.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Não tem essa informação. Perfeito. Deputado Delegado Paulo Bilynskyj, eu estou satisfeito.

Sr. Presidente, com muito respeito, devolvo a palavra.

Sem mais, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Deputado Marcel van Hattem, V. Exa. quer questionar a testemunha?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sim, brevemente, Sr. Presidente, agradecendo a participação da testemunha aqui. Uma parte me chamou atenção, Delegado Paulo Bilynskyj — V.Exa., aliás, conduz a Comissão de Segurança Pública —, e o senhor também deve ter percebido aqui: uma certa ausência de Parlamentares do outro campo político, desde o início, aliás, deste



nosso caso. Justo aqueles que entraram com o processo contra nós, da Esquerda, se ausentaram e inclusive não vieram fazer aqui as suas defesas, ou melhor, as suas acusações. Eu queria lhe perguntar, pela sua experiência também como Presidente da Comissão de Segurança Pública, como o senhor vê esses embates que há nas reuniões da Comissão de Segurança Pública — direita e esquerda —, e como o senhor tem acompanhado este caso específico aqui no Conselho de Ética, tratando a representação contra três Deputados de direita que fizeram uma manifestação sem nenhum tipo de violência e dentro dos trâmites regimentais.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Marcel, talvez eu não tenha compreendido perfeitamente a sua pergunta, mas eu vou responder, e, se eu não lhe satisfizer, o senhor pode reformular.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu vou melhorar, porque realmente não formulei bem. Glauber Braga obstruiu usurpando a cadeira do Presidente da Câmara...

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Fisicamente usurpando, e...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Fisicamente, e causando violência.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - ...veja um detalhe, um detalhe. Ele se opôs fisicamente à execução de uma ordem de um policial legislativo. Então, a ordem do Presidente da Câmara para a Polícia Legislativa era que conduzisse a desocupação da presença do Glauber. Os policiais legislativos se direcionaram ao Glauber, determinaram uma ordem legal para que ele desocupasse a cadeira da Presidência. Ele não o fez. Frente à resistência, foi utilizada a força necessária para removê-lo, fisicamente. Em nenhum momento, nós, que realizávamos a ocupação, recebemos nenhuma ordem, nem do Presidente, nem dos policiais legislativos, nem de quem quer que fosse, para sair de lá. Então, são dois casos absolutamente diferentes.



O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Agora, no caso, o Glauber Braga, ele provocou o Presidente da Câmara, dizendo que só sairia de lá arrancado. O senhor viu alguma provocação nesse sentido dos Deputados da Oposição?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Nenhuma, em momento nenhum. Marcel, a diferença entre os espectros direita e esquerda, ele vai muito além do coeficiente de inteligência, ou até da aparência física. A diferença, ela toca nas formas de execução dos planejamentos. A nossa forma foi absolutamente pacífica. A ocupação foi totalmente pacífica. Em nenhum momento... Não houve nenhum toque físico entre policiais legislativos e Deputados, ou entre Deputados e Deputados. A Esquerda estava presente no plenário, e ninguém encostou em nós, completamente diferente do *modus operandi* da Esquerda.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O senhor disse que estava próximo do Deputado Zé Trovão no momento em que se aproximou o Deputado Hugo Motta. E há aqui uma grande insatisfação, eu diria que inclusive de muitos Parlamentares que não foram incluídos no processo, não porque queiram ser punidos...

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Eu não fui incluído. Eu estava presente o momento todo. Trabalhei em vários momentos diferentes da obstrução, inclusive em outros plenários, e, infelizmente, apesar de ter sido representado, a representação não foi acolhida e eu não estou sendo processado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E a que o senhor acha que se deve o fato de o Zé Trovão, que estava próximo, ao seu lado, estar respondendo hoje ao processo e V.Exa. não estar respondendo?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Eu acredito que ao fato de ele ser uma figura mais memorável, não é? Novamente: Zé Trovão tem 1,96 metro, usa chapéu, é uma pessoa cuja memória é mais... Ele é mais memorável do que a minha imagem.



O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Mas, sob o conceito de devido processo e busca de justiça, que é o mínimo que se espera num processo do Conselho de Ética, o que faz alguém mais memorável ter preferência numa eventual punição do que alguém menos memorável? E não que eu concorde com a sua assertiva, porque V.Exa. é memorável também.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Não... Eu acredito que justiça, o conceito de justiça, isso... Eu iniciei a faculdade de Direito em 2005, na Faculdade de Direito de Curitiba, e, logo no início do curso, nós estudamos a Teoria Geral do Direito. Ali eu fui confrontado com o conceito de justiça de uma forma muito pessoal, e me incomodou muito entender que o Direito era o estudo da legislação e não da justiça em si. Eu tive a oportunidade de ler uma obra sobre Teoria Geral do Direito que trazia o conceito de justiça como *ius suum cuique tribuere* — dar a cada um o que lhe é justo, o que lhe é atribuído. Veja, se este Conselho de Ética acredita que o senhor deve ser punido, o Deputado Zé Trovão deve ser punido, o Deputado Marcos Pollon deve ser punido, o justo é que todos os Deputados que participaram daquela ocupação sejam punidos, e eu coloco aqui meu nome entre eles, porque justiça é dar a cada um o que lhe é atribuído. Se é atribuída uma infração ética a esses Deputados, então eu tenho que ser punido, Marcel. O Sr. Relator pode me incluir no processo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E quanto à Camila Jara, Deputada do PT? O senhor presenciou a cena de agressão que foi mencionada aqui agora há pouco?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Presenciei a agressão física que foi praticada contra os órgãos genitais do Deputado Nikolas Ferreira. Presenciei também a agressão praticada contra o Lucas, o Secretário-Geral da Mesa. E eu deixo aqui... Eu fico, assim, extremamente impressionado ao perceber que Deputados que participaram de uma ocupação não violenta estão sendo punidos, enquanto uma Deputada que praticou violência física contra outro Deputado está intocada. E aqui esse é mais ou menos o histórico deste mandato.



Eu sou... Marcel, eu nunca fui nem síndico. Este é o meu primeiro cargo eletivo, é a primeira vez que eu sou eleito para alguma coisa. E o que eu presenciei, até hoje, na Câmara dos Deputados? Eu presenciei um Deputado de esquerda fungando no pescoço da Julia Zanatta. Eu presenciei um Deputado de esquerda batendo de mão aberta num Deputado de direita. E eu presenciei Camila Jara socando os órgãos genitais de Nikolas Ferreira, agredindo fisicamente e verbalmente o Secretário-Geral da Mesa. E nenhuma dessas pessoas que eu citei aqui, que eu presenciei, foram punidas; muito pelo contrário. Além das quatro, o quinto seria Glauber Braga, chutando uma pessoa para fora da Câmara dos Deputados. Nenhuma dessas pessoas foi punida. Mas V.Exa., Zé Trovão e Marcos Pollon, aparentemente, serão punidos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - A que se deve... Eu sei que o senhor está sendo bastante descritivo, mas, até para a gente poder objetivamente chegar ao final do depoimento... o senhor foi muito descritivo e muito correto na comparação entre Direita e Esquerda. Mas o senhor diria, então, invertendo a pergunta para afirmativa ou negativa, que há uma perseguição clara contra a Direita e uma leniência com a Esquerda na Câmara dos Deputados?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Eu diria que é mais do que uma perseguição, Marcel. Perseguir pode ser só incomodar. Isso é normal. Na polícia, a gente fala muito sobre ser perseguido pela administração. O que está acontecendo aqui, na verdade, é uma tentativa de calar, de proibir a sua atuação como Parlamentar. Você representa o povo do Rio Grande do Sul, Marcos Pollon representa o povo do Mato Grosso do Sul, Zé Trovão representa o povo de Santa Catarina. A partir do momento que o seu mandato é suspenso, o povo do Rio Grande do Sul é calado. E essa tentativa é extremamente antidemocrática. Ela viola a base do sistema. Então, eu diria que o justo é que nenhum dos Deputados fosse punido. Afinal, não houve infração administrativa, ética. Se fosse para punir, que todos os Deputados que participaram fossem punidos, mas, mais do que isso, que houvesse uma proporcionalidade na punição também para todos esses casos



que eu citei aqui, que passaram absolutamente sem repercussão. Então, enquanto Van Hattem é punido, Camila Jara passa incólume. Isso é injustiça, porque a gente volta para aquele contexto em latim, é dar a cada um o que lhe é devido. Se você não pune, você está sendo injusto. Então, ou todos são punidos, que é o justo, ou a gente tem aqui um desequilíbrio e uma tentativa de calar um lado só da moeda. Então, a Direita tem que ser punida, a Esquerda pode bater, pode socar o saco, pode fungar no pescoço, pode dar tapa na cara de Deputado, que fica por isso mesmo. Então, isso, para mim, olhando aqui, Marcel, como cidadão, é absurdo. Muito menos, não vou nem falar o que me parece do ponto de vista parlamentar.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Presidente Schiochet, Relator Moses, eu agradeço a participação da testemunha. Eu quero aqui repisar suas palavras, repetir o que ele está dizendo a respeito da perseguição contra um espectro político. Eu quero reforçar as suas palavras sobre perseguição e dizer que aqui é uma grande oportunidade para V.Exa., Deputado Schiochet, também para o Deputado Relator Moses Rodrigues e para o próprio Presidente Hugo Motta, é uma grande oportunidade de fazer o inverso daquilo que os nossos adversários querem fazer contra nós. Uma oportunidade do Presidente da Câmara demonstrar que acabou essa perseguição com a Direita aqui dentro por meio de um relatório que seja, de fato, baseado no que aconteceu e foi relatado por inúmeras testemunhas, não permitindo, Deputado Moses, nenhuma punição e, mais do que isso, sugerindo — eu me dou essa liberdade, Sr. Relator —, no próprio relatório, que os casos contra os esquerdistas sejam encaminhados a este Conselho de Ética com a maior brevidade possível. O caso da Camila Jara segue esperando um despacho do Corregedor. O nosso já está aqui em fase de oitiva e testemunhas. Concordamos em não obstruir e sempre defendemos que todos os processos sejam obstruídos dentro dos prazos. E além disso, anuncio também, Sr. Presidente, que o NOVO acaba de protocolar representação — havíamos informado no início da reunião que seria feito — contra a Deputada Camila Jara,



pela segunda agressão feita neste mandato, desta vez contra o Secretário-Geral da Mesa, o que na minha opinião é mais grave do que contra um Parlamentar — ainda que tenha sido gravíssimo no caso do Deputado Nikolas Ferreira — nesse caso, contra um servidor da Casa, o Secretário-Geral da Mesa. Em todos os seus âmbitos, essa agressão foi absolutamente lamentável, repudiável, e essa, sim, digna de uma reprimenda dura do Conselho de Ética e dos colegas Parlamentares. Então, satisfeito estou, Sr. Presidente, e passo a palavra de volta à Mesa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Obrigado, Deputado Marcel van Hattem. Eu passo a palavra ao Deputado Zé Trovão e ao seu advogado, Dr. Eduardo de Moura, para inquirirem a testemunha.

Marcel, desliga o teu microfone só para...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Ah, perdão!

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Dr. Eduardo, se V.Sa. estiver no sistema híbrido, V.Sa. tem a palavra. *(Pausa.)*

Dr. Eduardo, nós não estamos ouvindo o senhor.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Estão escutando?

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Agora, sim. O senhor tem a palavra.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Obrigado, Sr. Presidente. Queria aqui também agradecer à testemunha por mais essa colaboração. *(Falha na transmissão)* aqui, dentro das testemunhas, dentro do que nos foi passado, houve uma organização da ocupação no dia, se a testemunha tinha ciência dessa divisão de funções.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - O senhor está querendo dizer entre o Plenário Nereu Ramos e o Plenário da Câmara?

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Isso. Eu vou reformular aqui. Nós tivemos uma testemunha, o Deputado Sóstenes, que ele mencionou que, na



ocupação, existia uma organização: existiam funções ali a serem elaboradas, feitas por cada Deputado. O senhor tinha ciência disso?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - O que aconteceu foi uma divisão da equipe entre o Plenário e o Nereu Ramos, porque nós identificamos a tentativa da Casa de instalar postos de votação no Nereu Ramos. Então a gente dividiu os Deputados da Oposição entre os dois plenários. Essa foi a divisão de tarefas que eu entendi, além do rodízio entre aqueles que estariam presentes na Mesa.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Perfeito. Fora esse rodízio, existiam ali outras funções, igual à que foi exercida pelo Deputado Zé Trovão e, me parece, por V.Exa. também, correto?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Doutor, eu não me recordo perfeitamente da observação do senhor, dessa divisão específica.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - É porque, em determinado momento, foi informado que algumas pessoas ocupariam ali o plenário, as cadeiras, e outros ficariam cuidando para que Deputados da Esquerda não viessem...

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Não é exatamente essa função de guarda. Seria a função de posicionamento. Então, para que todo o espaço fosse ocupado, existiam Deputados sentados e Deputados em pé. Essa divisão existia. Então, eu, Zé Trovão e todos os que estavam em pé estávamos em pé justamente para que todo o espaço fosse ocupado.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Dentro dessa organização que foi passada, em um determinado momento nós notamos uma preocupação do Relator se existia alguma ordem que V.Exa. entende que fosse manifestamente ilegal, que fosse manifestamente incompatível com a função exercida por um Deputado Federal.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Doutor, não há de se falar em ordem porque não existe hierarquia. Ordem presume hierarquia. Entre



Deputados, não há hierarquia, portanto, não há ordens: há acordos. Eu não compreendi bem a pergunta de V.Exa.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Eu vou, eu vou... Estamos com cuidado aqui, Excelência, no sentido de que tem três Deputados que foram individualizados, estão (*falha na transmissão*) por condutas tipificadas ali de maneira específica: sentaram na cadeira, e outro obstruiu ali a passagem. O que nós estamos tentando aqui esclarecer para o Relator (*falha na transmissão*) foi uma organização, todos fizeram parte de um todo, de uma manifestação legítima, cada um cumprindo ali a sua função. Dentro dessa...

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Veja, Doutor, diversos Deputados ocuparam a cadeira. O que nós estamos aqui trazendo para V.Exa. como uma injustiça em relação a esse projeto, esse processo, é que somente esses três Deputados foram identificados. O correto seria identificar todos os mais de cem Deputados que participaram, porque em algum momento todos eles tomaram, realizaram algumas das condutas descritas como infrações administrativas éticas. Eu mesmo sentei, em algum momento, na cadeira do Presidente. O Marcon sentou, em algum momento, na cadeira do Presidente. O Sargento Gonçalves sentou, em algum momento, na cadeira do Presidente. Todos nós sentamos. Agora, por que nós não estamos sendo punidos? Aí, é uma questão de compreender qual é a postura do Relator.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Nós temos uma informação nos próprios autos, aqui, do respectivo procedimento: que o Presidente entrou no Plenário às 22h14min; às 22h24min, ele iniciou a sessão. Então, nós temos um lapso temporal de apenas 10 minutos.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Na verdade, o senhor tem que descontar desse lapso temporal o tempo de deslocamento dele entre a escada e a mesa e, do momento que ele já estava sentado na cadeira, o tempo que ele demorou para iniciar.



O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Exatamente. É esse o ponto a que eu ia chegar.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - O senhor tem que fazer esse cálculo.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - O senhor acha que em tão pouco tempo teria possibilidade de tanta confusão, ofensa, obstrução, ou foi algo natural, do cotidiano pacífico, em que todos os Deputados acabaram agindo de forma cordial?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Doutor, eu vou fazer uma observação aqui para o senhor que é o seguinte: a Câmara dos Deputados é uma bagunça. Existem assentos para os Deputados no plenário, mas esses assentos não são nomeados. Então, se hoje à noite o senhor se dirigir ao plenário, o senhor vai ver que pouquíssimos Deputados ficam sentados, que não existe nem uma organização para que as manifestações sejam feitas sentadas. Então, a Câmara dos Deputados é uma manifestação legítima do povo brasileiro, que é desordeiro, que é indisciplinado. Então, eu acredito que todo o tempo que demorou para o deslocamento tem a ver com a cultura organizacional da Câmara dos Deputados, que é essa cultura de bagunça, de lentidão, de desorganização.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Perfeito. Meus pares já fizeram diversos questionamentos, mas eu terei uma final aqui. Nós temos outras ocupações que já foram feitas na Câmara. Vou exemplificar. Em 2017, durante a reforma trabalhista, houve uma. Em 2018, na prisão do Lula, houve outra. Por que nessas duas não houve qualquer tipo de procedimento no Conselho de Ética? V.Exa. acha que é possível afirmar que existe, sim, uma grande diferença quando o procedimento é feito pela Direita e pela Esquerda? Seria só essa a diferença?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Deixa eu perguntar para o senhor: em alguma dessas manifestações pretéritas citadas por V.Exa., algum dos participantes era de direita?



O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Que nós tenhamos informação, não.

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Então, é fácil concluir que só há punição quando a manifestação é feita pela Direita.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Perfeito. Queria agradecer a V.Exa. pelo testemunho. Devolvo a palavra ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Obrigado, Dr. Eduardo de Moura.

Eu concedo a palavra ao primeiro inscrito, o Deputado Sargento Gonçalves, pelo prazo de 2 minutos.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Vou declinar da...

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Obrigado, Deputado Sargento Gonçalves.

Passo a palavra ao Deputado Rodrigo da Zaeli, pelo prazo de 2 minutos.

O SR. RODRIGO DA ZAELI (PL - MT) - Sr. Presidente, só tenho duas perguntas ao Paulo Bilynskyj, a testemunha, porque eu percebi que o Relator se atentou bastante à questão de a sessão já ter sido convocada e também de já existir pauta. Paulo Bilynskyj já falou até, citou um pouco disso na resposta, mas quantas vezes a sessão começou exatamente no horário que foi convocada, e quantas vezes a pauta que estava convocada para a sessão foi concluída, nesses 3 anos de mandato que V.Exa. tem?

O SR. DELEGADO PAULO BILYNSKYJ (PL - SP) - Deputado, eu posso responder para V.Exa. que eu já vi a sessão começar antes; eu já vi a sessão começar depois; eu não me lembro de nenhuma vez a sessão ter iniciado exatamente no horário. A pauta, eu já vi ter pauta e nada ser votado; eu já vi ter pauta e votar um item, e eu já vi ter pauta e votar quase tudo, mas eu nunca vi votar tudo.

O SR. RODRIGO DA ZAELI (PL - MT) - Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Obrigado, Deputado da Zaeli.

Eu passo a palavra ao Deputado Domingos Sávio. *(Pausa.)* Ausente.

Entro na lista dos não membros.

Tem a palavra o Deputado Evair Vieira de Melo. *(Pausa.)* Ausente.

Tem a palavra o Deputado Mario Frias. *(Pausa.)* Ausente.

Tem a palavra o Deputado Rodolfo Nogueira. *(Pausa.)* Ausente.

Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura. *(Pausa.)* Ausente.

Não havendo mais quem queira usar a palavra, agradeço a presença do Deputado Delegado Paulo Bilynskyj e declaro finalizada a sua oitiva.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O senhor me permite só fazer um agradecimento ao Deputado Bilynskyj?

Deputado Bilynskyj, parabéns pelo seu trabalho na Comissão de Segurança Pública. Lamento que o senhor tenha de ter ficado aqui durante esse período. Tentamos agilizar o máximo possível, porque a gente sabe que tem muito bandido aí fora e o senhor tem que cuidar bem da segurança pública.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Muito bem, Deputado Marcel.

Passamos à oitiva do Deputado Mauricio Marcon.

Convido o Deputado Mauricio Marcon, testemunha arrolada pelo Deputado Marcel van Hattem, para compor a Mesa, e agradeço a disponibilidade em comparecer perante este Conselho de Ética.

Antes de passar a palavra ao Relator, o Deputado Moses Rodrigues, por um acordo que nós fizemos aqui, nós iremos ouvir agora o Deputado Mauricio Marcon. Depois, faremos uma pausa, suspenderemos a sessão por 30 minutos para que a gente possa almoçar. Retornaremos com as oitivas do Deputado Sargento Gonçalves e Alberto Fraga, testemunhas do Deputado Zé Trovão.



Passo a palavra ao Relator, o Deputado Moses Rodrigues, para inquirir a testemunha.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Presidente.

Queria aqui inicialmente já passar aos meus questionamentos ao Deputado Macron.

E aí, Deputado Mauricio Marcon...

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Presidente... Relator...

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Pois não.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Só vou pedir a gentileza, é Marcon.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Marcon.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Macron é o Presidente francês.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Perfeito. Obrigado.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Eu sou de direita e ele é de esquerda.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Essa informação é muito importante!

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Bastante! Para mim é relevantíssimo!

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Deputado Mauricio. V.Exa., no dia 6 de agosto, se encontrava no plenário no momento dos acontecimentos?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Bom, primeiramente, boa tarde. Cumprimentar o Presidente, cumprimentar o Relator, cumprimentar os colegas. Sim, estava lá no momento dos acontecimentos.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - V.Exa., no momento dos acontecimentos, estava ali perto da Mesa ou no plenário?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Estava embaixo. Tinha descido o morrinho ali da Mesa ali, que ali tem um morrinho, desci e estava ali embaixo, que tinha muita gente lá em cima.



O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - V.Exa., em algum momento, participou do rodízio que estava acontecendo na Mesa para a ocupação da Mesa?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Sim, participei.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Durante a manhã, à tarde, à noite?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Bah, tchê! Agora tu me pegou!

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - O.k., mas participou?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Participei. Não vou saber precisar...

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Dizer o horário exato...

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - É, o horário exato.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Tá. V.Exa. participou das negociações e a interlocução...

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Não.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - ...juntamente com os Líderes e a Mesa?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Não, não. Fiquei lá só.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Ficou apenas no plenário?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - É.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - V.Exa., no momento que o Presidente Hugo Motta acessa o plenário, o que é que V.Exa. observou?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Eu desci o morrinho, daí, e fiquei observando ali. O Presidente tentou ir à Mesa. Tinha muita gente lá em cima na Mesa. Havia uma desconexão ali se tinha sido fechado ou não o acordo, enfim. A gente tinha alguns blocos de reunião ali. Mas estava muito barulho e estava muito ruim de ver. Estava a imprensa, vários Parlamentares dando entrevista ali de cima. Eu fui um, inclusive, que dei entrevista naquele momento. E era isso. Tinha muita gente e estava ruim de trafegar. Por isso que eu desci também.



O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Na hora que ele acessa, o Presidente Hugo Motta, ele acessa para ter acesso à Mesa Diretora, houve por parte do Deputado Zé Trovão um bloqueio com a perna?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Eu não vi porque eu tinha saído dali, mas tem umas imagens, eu acho que podem confirmar ou não — de cima lá, aquelas que pegam o plenário inteiro.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Você não conseguiu ver nesse momento?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Não, eu não estava...

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Não estava próximo o suficiente para poder...

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Eu acho que, se eu não tinha descido, eu estava mais lá para descer.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - No momento que o Presidente Hugo Motta passa pelo Deputado Zé Trovão e vai em direção à Mesa, o Deputado Marcel van Hattem e o Deputado Marcos Pollon estavam sentados nas cadeiras ou estavam de pé?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - A hora que ele chega no Plenário?

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Sim, na hora que ele chega e depois que ele se aproxima da Mesa.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Eu acho que na hora que ele chega... É que tinha um rodízio, eu não me lembro quem que estava sentado na hora, se era o Marcel. Eu não vou saber quem estava sentado.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - V.Exa. não vai saber precisar quem estava sentado.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Teria que ver nas imagens.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Não, não, tudo bem. O tipo de ocupação ou de obstrução, como queira chamar, V.Exa. concorda que



esse tipo de obstrução — no caso aqui chamado pelos representados de ocupação — está contemplado no Regimento da Casa?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Olha, é bom que se diga o que originou também isso daí, né? Se o Presidente Hugo Motta tivesse cumprido com a palavra — eu costumo dizer que quem é homem tem palavra —, ele sentou com nós e concordou que pautaria a anistia, lá no começo do ano. Então, se ele tivesse pautado a anistia, nada disso teria acontecido. Então, sobre estar no Regimento da Casa, é óbvio que não está no Regimento da Casa. Só que a gente vê... pessoas que têm coração, que é o meu caso, veem mães de família, como a gente teve um caso de uma mãe com seis filhos que teve o salário bloqueado pelo Ministro Alexandre de Moraes, sendo que ela nem participou de nada no 8 de Janeiro, só porque o marido dela estava foragido, sem ter dinheiro para pagar a comida dos filhos... Eu participei de uma reunião com o Presidente Hugo Motta onde ele disse que pautaria a anistia, falaria com o Alcolumbre, naquele momento; outros Parlamentares também participaram dessa reunião. Então quem vê uma situação dessas, com a pressão que Parlamentar que tem coração está recebendo das pessoas lá fora... A gente foi para uma atitude radical, para que o Presidente cumprisse com a palavra que em algum momento da vida dele ele deu. Então, se é regimental ou não, para mim, não importa. Quando eu vejo uma pessoa cometendo uma injustiça, como foi o Presidente Hugo Motta cometendo conosco, de não pautar algo que ele concordou, e de ver uma mãe com seis filhos sem ter dinheiro para sustentar os seus filhos por uma coisa patética, que é um Presidente da Casa não pautar uma matéria que se tem maioria frouxa para aprovar, olha, sinceramente, se está no Regimento ou não, não me interessa. Eu estou aqui para fazer a coisa certa, e a coisa certa é defender quem não pode ser defendido. Então, se eu tivesse que fazer mais dez vezes a mesma coisa, eu faria. Tanto é que, se nós não tivéssemos feito isso, talvez nós não tivéssemos aprovado hoje a diminuição das penas. Então, assim, quando a gente promete alguma coisa a alguém, a gente tem que cumprir. Isso faz parte, isso a gente



aprende lá no berço. Então tudo teria sido mais tranquilo se o Presidente tivesse sido honesto conosco lá atrás e ter dito: *"Olha, eu não vou pautar, vocês não votem em mim"*. Agora, eu votei nele contra o que os meus eleitores queriam, não votei no meu amigo Marcel van Hattem porque era um acordo de pautar a anistia. Então eu volto a dizer aqui a quem nos acompanha: se Hugo Motta tivesse cumprido com a palavra, nós — eu, o senhor, o Presidente, todos os outros Parlamentares — não estaríamos aqui discutindo uma coisa que a Esquerda já fez trezentas vezes e que nunca deu nada. Mas, agora, porque a Direita estava lutando por pessoas como a Débora do batom, que foi condenada a 14 anos de cadeia por associação criminosa armada, com batom na bolsa, aí a gente não precisaria estar aqui. Então, assim, tudo vem de encontro com descumprir a palavra. Esse é meu ponto. Então, obviamente não está no Regimento; obviamente a gente sabe que era algo errado, que foi o jeito que a gente encontrou para pressionar o Presidente da Casa para fazer o seu trabalho, que é pautar matérias relevantes para a Casa, que era o que ele deveria ter feito desde fevereiro deste ano.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - V.Exa. colocou e falou sobre um eventual acordo para que a matéria fosse pautada, mas V.Exa. não falou se existia um prazo dado pelo Presidente para que essa matéria fosse pautada, ou se era durante o mandato dele, por exemplo.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - É óbvio que era no começo do ano, né? Ele não ia ficar lá... *(Risos.)*

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Não, não. É óbvio, ou tinha uma data, e essa data...

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Não, nós não assinamos um papel do tipo "dia 18 de outubro vai ser pautado". Quando tu faz um acordo de ser pautada a anistia — é bom que se diga que não era pautar a dosimetria, era para pautar a anistia —, é óbvio que a gente previu que o Presidente iria pautar o quanto antes. Afinal, naquela reunião que eu comentei, Relator, com você, onde



aquela mãe, com as seis crianças, estava numa sala dando de mamar na frente do Presidente da Casa, Hugo Motta, dando de mamar a um bebê do tamanho do meu bebê, que tem 3 meses, devia ter, e o Presidente disse: *"Vou falar com Davi Alcolumbre, vamos tocar essa anistia para a frente"*. Isso foi lá em fevereiro, máximo março. Curioso que, 3 dias depois, uma operação da Polícia Federal na cidade do pai do Presidente da Casa sobre desvios de emendas, problemas com emendas, fez com que o Presidente mudasse de opinião sobre a anistia. Então, eu volto a dizer: eu estou aqui, nesta Casa, para defender as pessoas que são injustiçadas. Eu não posso, Relator, ver como eu vi naquele dia uma mãe dando de mamar e ter seus rendimentos bloqueados, sendo que ela não participou de nada do 8 de Janeiro, porque o "alecrim dourado" da Suprema Corte entendeu que, para pressionar o marido dela a se entregar, ele tinha que bloquear os rendimentos de uma pessoa inocente. O Presidente Hugo Motta, naquele momento, se compadeceu — eu estava lá, ninguém me contou — e disse que trabalharia por isso. Nós já estávamos numa pressão para ele cumprir o acordo. Então, assim, volto a dizer: o acordo era por anistia. Se a ideia é dizer que ele não colocou um prazo... Bom, pelas palavras dele, até hoje, ele disse que não pautaria a anistia. Então, do meu ponto de vista, a quebra de palavra não veio da nossa parte, veio da dele.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Então, chegamos ao consenso de que não houve, em nenhum momento, uma marcação de data fixa, mas que apenas seria pautado. Mas uma data fixa...

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Não, quando a gente faz um acordo, do jeito que foi feito, de pautar uma matéria, eu acho que nem há a necessidade de a gente colocar uma data. Eu acho que é uma questão de palavra. Mas, se tu acha que isso é relevante, não, não foi marcada nenhuma data, não que eu soube de data.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - O Presidente da Casa tem a autonomia — e é discricionário do cargo dele — de medir a temperatura e



de conversar com o Colégio de Líderes, para logicamente pautar matérias. V.Exa. concorda com que semanalmente são discutidas com os Líderes essas possibilidades? E que, claro, depois desta discussão, isso é totalmente discricionário do Presidente, independente de situações externas?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Não, eu não tenho que concordar ou não. Isso é uma prerrogativa do Presidente, né? Então, não é questão de concordar ou não, é uma prerrogativa do Presidente de pautar ou não.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Perfeito. Presidente, estou contemplado com os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Obrigado, Relator, Deputado Moses Rodrigues.

Passo a palavra ao Deputado Marcel van Hattem e ao seu advogado, o Dr. Chiquini, para que procedam aos questionamentos à sua testemunha.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Obrigado, Sr. Presidente. Marcon...

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Por favor.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Alguma semelhança com Macron?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Nenhuma.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - A gravata me fez lembrar.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Não, nenhuma. Não. Isso aqui é excesso de testosterona. A gente usa para dar uma equilibrada, né? Também a gente é macho, mas não é fanático — não é, Marcel? *(Risos.)*

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Está respondido. Me tire uma dúvida: o senhor deixou bem claro, em gênero, número e grau, que houve um acordo com o Presidente da Casa de pautar a urgência da anistia. É isso?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Houve um acordo — apanhei tudo o que dava na minha rede social, até porque obviamente quem vota em mim vota no Marcel, tem a mesma ideologia política, acredita nos mesmos valores e princípios —, e fui questionado severamente porque não tinha votado em Marcel van



Hattem. Por diversas vezes, eu expliquei que, naquele momento, nós não tínhamos número suficiente de Parlamentares para eleger o Marcel...

O SR. JEFFREY CHIQUNI - O Marcel está sendo perseguido porque foi candidato à Presidência?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Ah, eu não duvido de nada. Aqui na Casa, tem sempre que tirar alguém para Cristo, não é? Normalmente, os de direita para Cristo, porque, com os de esquerda, esses podem fazer o que quiserem, né?

O SR. JEFFREY CHIQUNI - O Marcel foi candidato à Presidência?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Foi candidato. Votei nele na primeira vez; na segunda, eu não votei.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Concorreu contra o Hugo Motta?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Contra o Hugo Motta. Até por sermos amigos, a gente sempre tem uma relação de respeito e transparência. E quero dizer mais uma vez: existia um acordo para se votar a anistia, ampla, geral e irrestrita. Não tinha nada de invenção de colocar Relator, de fazer a diminuição de pena. Não era nada disso. Aliás, acho que esse foi o único pedido da Oposição, inclusive, para o Presidente — agora em exercício — Hugo Motta: que cumprisse com a palavra. Então, eu fico muito triste, Chiquini, porque eu, como um homem de valores e princípios, uma coisa que eu busco manter na minha vida é a palavra. Eu acho que, quando a gente perde a palavra, a gente perde, inclusive, a dignidade que a gente tem, porque uma pessoa que promete algo e não cumpre, ela pode prometer qualquer outra coisa e não cumprir também. Então, o que a gente vê é esse desmanche do Hugo Motta aqui na Casa. Essa perseguição em relação ao Marcel, ao Trovão, é para tentar reafirmar a força que ele não tem na Casa, não tem mais o respeito dos pares. Ele descumpe acordos com todo mundo. Então, aqui não é uma crítica ao Presidente. É que, quando tu começa a prometer uma coisa e a não cumprir, obviamente ninguém mais te respeita. E aí tenta mostrar força na questão do Marcel. Olha, nós tivemos, dias atrás, a questão de outro Parlamentar de esquerda sentando na cadeira do



Presidente. Eu não vi uma reação, eu não sei se o Presidente já colocou para aumentar a pena do Deputado, se já chegou à Comissão de Ética, ou se vai responder a isso também. Então, a gente vê que é tentar reafirmar força, é afirmar poder através de força. Eu não vejo que, pelo histórico da Casa, alguém que ali: *"Ah, fechou o acordo ou não fechou?" "Senta!" "Levanta ou não levanta? Ah, fechou, então eu vou levantar."* Foi o que aconteceu ali na hora. Demorou o quê? Trinta segundos. Quando o Marcel entendeu: *"Olha, fechou o acordo, então nós vamos levantar!"* Por quê? Nós queríamos que tivesse certeza de ter fechado o acordo, Chiquini, pelo histórico do Presidente da Casa. De alguém que descumprе reiteradamente acordos, tu precisa ter algo concreto: *"Mas tu fechou mesmo ou tu vai descumprir de novo?"* Então, quando o Marcel... Se tu pegar o vídeo dele e tu contar... Até era bom, Chiquini. Eu vou dar uma dica aqui como advogado de defesa, se é que eu posso dar porque eu sou economista! Se pegar o vídeo e contar quantos segundos o Marcel ficou na cadeira. Não dá 1 minuto.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Não dá.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Não dá 1 minuto. Então, é tipo, a zona que estava ali, no sentido de barulho, de coisa... A partir do momento que, tipo, falaram para ele: *"Alemão, fechou!" "Ah, então está bom, então eu vou me levantar!"* Então, assim... Olha, enquanto está aqui o filho do Presidente aqui, o Lula, desviando 300 mil reais de mesada, a gente está vendo se um Deputado demorou mais que 5 segundos ou não para levantar de uma cadeira. Esse é o Brasil de hoje!

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Marcon, os presos de 8 de janeiro, os perseguidos políticos de 8 de janeiro, todos já foram julgados e condenados. Hoje, a farsa da trama golpista terminou o julgamento. Os quatro núcleos já foram julgados e condenados. O senhor é um Deputado que representa a Oposição, que representa a Direita. Eu pergunto a V.Exa.: o Presidente Hugo Motta vai pautar o PL da anistia?



O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Não. O Presidente não vai pautar. Já deixou bem claro que, se queriam, mesmo a contragosto, era a questão da redução de penas... E é bom que se diga que a gente tinha votos para aprovar. Então, eu acho até engraçado que se fala tanto em democracia, tanto em representatividade: *"Não, porque nós defendemos a democracia"*. Quando assume como Presidente, com a Constituição na mão, com toda aquela patetice lá, aquele circo, aquele negócio; aí, depois, chega na hora que a gente sabe que tem maioria de voto, não pauta, por uma decisão monocrática, ditatorial, que a gente não sabe, mas imagina por que está fazendo. Então, assim, eu acho... Eu acho não! Eu tenho certeza que, se um dia eu for Presidente desta Casa, e eu quiser dizer que eu sou um democrata verdadeiro, eu vou pautar as matérias; e aí os representantes eleitos que somos nós vamos decidir se elas devem ser aprovadas ou não. Até porque, Chiquini, eu não tenho rabo preso. Então, graças a Deus, eu posso pautar o que eu quiser, se um dia eu for Presidente.

O SR. JEFFREY CHQUINI - Eu te pergunto isso, Marcon, pelo seguinte. V.Exa. acabou de afirmar por diversas vezes que há maioria para a anistia.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - É um fato, é só tu pegar... Se tu quiser saber se há maioria ou se não há, tu pega a questão da urgência. A urgência, se não me falha a memória, foram mais de trezentos votos que a gente...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) - Trezentos e onze...

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - É, 311. Então, há maioria até de PEC se fosse ver, que é a coisa mais difícil de se aprovar. Então, o que o Presidente fez? Primeiro, ele criou diversos... Todo mundo vai lembrar. Primeiro, tinha que ter assinatura dos Líderes. Aí nós conseguimos as assinaturas dos Líderes. Aí depois, não, a assinatura dos Líderes já não era suficiente, precisava das assinaturas individuais dos Parlamentares. E aí vão lá os palhaços da Oposição atrás das assinaturas dos colegas. Aí conseguimos as assinaturas dos colegas: *"Não, agora também não precisa. Agora precisa que tenha um terremoto"*



na Antártica, que caia um ET lá em Washington, ou que não sei o quê, para daí pautar..." Tipo, como é que tu trabalha com uma pessoa assim? Não tem condições! O que me chama atenção, Chiquini, é que, aqui em Brasília, Parlamentar que não tem palavra não sobrevive. O que nós tínhamos de histórico do Hugo Motta era de um Parlamentar de palavra. Mesmo que tu possa gostar ou não do Presidente Arthur Lira, tu apertava a mão dele, meu amigo, estava selado o negócio, entendeu? A partir do momento que tu tem um Presidente da Casa que a cada momento coloca dificuldades para conseguir algo que ele mesmo colocou, que era a questão da anistia, tu começa a perder a credibilidade. Aí vai lá um Parlamentar que não ouviu, que — meu Deus do céu! — por 3 segundos ficou a mais na cadeira, agora está aqui porque parece que é um bandido! Então, tipo, quem está errado nessa história? Para mim é muito claro quem está errado nessa história.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Vocês já têm maioria, sempre tiveram maioria para pautar a anistia. A anistia não era pautada, quebrando acordos. Após esse fato aqui, representando os eleitores, os Parlamentares são acusados pelo Lindbergh Farias de atentado às instituições. Como o senhor, parte da Oposição, recebe essa acusação de que o Lindbergh pediu à Suprema Corte para que vocês fossem investigados, inclusive por atentado à democracia?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Ainda bem que ele não pediu que a gente fosse investigado por associação armada, porque com certeza a Julia Zanatta estava com um batom na bolsa dela! Então, pelo histórico que a gente tem visto, se alguém tivesse com um batom, poderia ser condenado por associação armada. Mas, assim, o que vem do Lindbergh a gente trata até como piada aqui na Casa. Talvez as pessoas que estão nos acompanhando não saibam, mas um dos Parlamentares com menos credibilidade na Casa é o Lindbergh Farias, que inclusive é motivo de piada nas rodas que a gente tem, pelo seu jeito de falar, às vezes, muito acalorado, que a gente não sabe de onde é que vem tanto fervor. Então, fica sempre o questionamento.



O SR. JEFFREY CHIQUNI - Perfeito. Fato é que ele solicitou isso. Fato é que a Esquerda já fez várias vezes verdadeiramente obstruções. Por que é que o tratamento não é similar? Ou ele não é justo a ponto de a Esquerda ter feito obstruções — inclusive, recentemente, impedindo que sessões realmente ocorressem —, e que agora Parlamentares da Direita estejam aqui, com pedidos pessoais do Presidente, para que sejam punidos? A que você atribui essa distinção de tratamentos?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Eu atribuo a que, neste momento que a gente está vivendo com o Presidente da Casa, infelizmente — eu acho extremamente lamentável, porque o cargo dele é extremamente importante —, ele perdeu, ele está tentando demonstrar força perseguindo Parlamentar. É isso que ele está tentando fazer: *"Ah, vamos suspender o Marcel. Olha como eu sou forte, vou ter o respeito da Casa!"* Não é assim que se constrói respeito. Respeito se constrói cumprindo acordo, se constrói dialogando com as pessoas, se constrói em uma construção de confiança. Então, demonstrar força cassando alguém ou perseguindo alguém não acho que seja algo muito importante.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Tem um fato notório, tem um fato notório, nesta Casa, que foi uma ordem expressa e formal do Presidente Hugo Motta de que nunca mais um Parlamentar sentaria na mesa dele. Eu pergunto: essa ordem que ele deu foi depois desse fato ou foi antes?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Eu acho que foi depois. E aí a gente vê como o Presidente, infelizmente, perdeu a credibilidade, porque o Glauber, simplesmente, pegou e sentou. E aí o que o Presidente fez? Aí, tu vê quando tu perde a questão da credibilidade. Ao invés de ir lá... E aqui eu não sou defensor do Glauber, mas poderia sentar, conversar com ele. Eu não concordei com a atitude do Presidente Hugo Motta de desligar as câmeras. O que acontece aqui é público. As pessoas pagam para nós estarmos aqui. As pessoas são as nossas chefes. Desligar as câmeras é algo ultrajante, no meu ponto de vista, porque tu só desliga uma câmera se tu não quer que apareça o que tu está fazendo. Então, no



meu ponto de vista, o Presidente podia ter tido a grandeza de sentar ao lado dele e ter dito: *"Tchê, vamos conversar, vamos dialogar, vamos ter uma grandeza aqui"*. Agora, desligar a câmera, colocar guarda e arrancar o cara na porrada eu acho que isso é lamentável. Por quê? Porque ele perdeu totalmente...

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Não, quem arrancou ele na gravata foi do PT.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Não, tudo bem, mas é desnecessário aquilo ali acontecer. É perda de credibilidade. Agora, o que vai acontecer aqui? O que está acontecendo? É tentar dar uma punição alta.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Por que eu te pergunto isso? Havia alguma ordem expressa proibindo expressamente, proibindo os Parlamentares de sentar na mesa?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Não, nunca soube de ordem expressa proibindo de sentar na mesa. A minha sobrinha foi lá agora e tirou uma foto. Estava lá sentada agora.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Perfeito. Está tendo alguma sessão?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Não, não está tendo. *(Risos.)*

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Quando vocês ocuparam a Mesa, estava em sessão?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Não, não estava também.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Tá. Vocês retardaram o início de alguma sessão?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Não, porque não foi marcada. Não tinha, né? Acabou que não acontecia.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Perfeito.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Tu vê como é que é, né? Quando nós sentamos lá, se ele tivesse dito *"Tá, gurizada, vamos pautar essa anistia, vamos cumprir a palavra que eu..."* Pronto, estava resolvido, né? Votava a maioria, democraticamente, democraticamente. A gente não pode esquecer, Chiquini, que, quando a gente é eleito Parlamentar, a gente está representando uma parcela da



sociedade. Aqui, é o sufrágio universal do voto, ou seja, democraticamente, nós aprovaríamos ou não a questão da anistia, e acabaria a novela. Agora, nós estamos aqui perdendo o nosso tempo, o tempo do Relator, o tempo do Presidente, o tempo da sociedade, que está pagando para nós estarmos aqui, e eu poderia estar fazendo outra coisa, porque o Marcel sentou, por 15 segundos, na cadeira do Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Nem foi na do Presidente.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - É, nem foi na do Presidente. Daí, nós estamos aqui. Então, é...

O SR. JEFFREY CHIUINI - Você chegou a sentar, em algum revezamento, na mesa?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Sentei.

O SR. JEFFREY CHIUINI - Em qual mesa? Em qual cadeira?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Ah, bom, daí não sei. (*Risos.*) Em alguma delas, com certeza. A gente senta hoje durante sessão. Vai lá e senta. É normal. Todo mundo senta. Eu já fui Presidente da Casa ali nos Breves Comunicados e tal.

O SR. JEFFREY CHIUINI - É, muito foi dito aqui. Só para confirmar: você, então, confirma que houve um acordo com o Presidente Hugo Motta que vocês desocupariam a mesa e, depois, ele iria assumir o seu lugar.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - É. Só para esclarecer, esse ponto é importante. Acho que até o Relator já deve ter ouvido, mas é bom a gente... Se tu pegar as imagens de cima, tu vai ver que aquilo estava um caos. Tinha uns setenta Parlamentares lá em cima, mais uns trinta lá embaixo. Então, estava muito difícil de se locomover lá em cima. Quando veio o pessoal que estava na reunião com o Presidente, que teve a questão dos Líderes ali, foram feitos, assim, dois, três bloquinhos, que tu não conseguia ouvir. Então, eu ouvi muito mal: "*Ah, vamos desocupar, deu tudo certo, não sei o quê*". E aí tipo eu... Só que eu estava... Quem conhece ali o plenário... Deixa eu pegar aqui. Ó, aqui é o plenário ali em



cima. Aí, tem um lugar atrás. Eu estava aqui atrás, quando foi feito um bloquinho aqui para conversar. O alemão, o Marcel, estava lá na frente. Entre eu e o Marcel, devia ter uns trinta no meio. Então, ele não tinha como saber que tinha dado certo. Neste meio tempo que estava sendo comunicado que tinham fechado ali o acordo, chegou o Hugo Motta. Então, o que eu acho que aconteceu? Não foi informado. Por quê? Porque nós tínhamos dito que ninguém ia sair da cadeira antes de fechar o acordo. Então, deu azar de ele estar na hora do rodízio. Podia ser eu, podia ser o Gonçalves, podia ser a Julia, podia, porque a gente estava num rodízio. Deu azar dele não ter sido comunicado. Quando, tu vê as imagens, quando foi comunicado, ele pegou e levantou. Então, assim, mas tudo bem, né? Vamos lá.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Está bom. Sr. Presidente, com muito respeito, devolvo a palavra. Muito obrigado, Marcon. Sem mais.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Obrigado, Dr. Chiquini.

Deputado Marcel van Hattem, V.Exa. gostaria de indagar a testemunha?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, sim, eu gostaria. E eu agradeço ao Deputado Marcon, que ele é sempre muito claro, elucidativo da sua maneira. E agradeço também a franqueza da nossa relação. Eu sou um admirador do Marcon, um grande admirador. Foi o Vereador mais votado na cidade de Caxias. Fez excelente mandato lá até agora chegar aqui à Câmara dos Deputados. Continua fazendo um excelente mandato. Me apoiou na primeira eleição para Presidente da Câmara. Na segunda, eu conversei com ele, ele falou para mim... Confirmo que ele disse aqui que votaria em Hugo Motta, em virtude da promessa da anistia, única e exclusivamente em virtude disso. Eu acompanhei a forma como ele acabou sendo tratado por uma parcela dos seus eleitores. Uma parte confiou, e outra parte já achou que não ia dar certo. E, hoje, ele dá razão para parte que achou que não ia dar certo. Inclusive — né, Marcon? — o meu *slogan* era *Um voto para não se arrepender*. Era o meu *slogan* de campanha,



porque já tinha acontecido com presidentes anteriores que prometeram coisas que não foram cumpridas. E aí o povo da Direita disse: *"Eu devia ter votado em você na tua eleição e não estava passando agora por essa situação"*. Então, eu quero insistir na pergunta do Relator, Marcon, porque o Relator já fez isso em outras oportunidades e parece querer insistir na tese de que, se foi feito o acordo, mas não foi dado o prazo, então não dá para dizer que ele não foi cumprido ainda. No entanto, tem duas coisas muito importantes que V.Exa. falou ou que tu falou, até para manter a informalidade, e que desdizem essa premissa do Relator. A primeira delas é que, ao longo deste processo extremamente cansativo, extenuante, de pedir para que se cumprisse a palavra, várias vezes, o Presidente da Casa veio com uma nova desculpa, um novo movimento, para que não fosse pautada a anistia. E eu sou testemunha, como o senhor é. Lá atrás, primeiro, realmente, tinha que ter a assinatura dos Líderes, depois dos liderados, depois a reunião do Colégio de Líderes. E aí só o NOVO e o PL deram acordo, e os outros disseram: *"Ó, por enquanto, não e tal"*. Ou seja, houve, Sr. Relator, uma série de desculpas ao longo do tempo, para tentar justificar a falta de compromisso com a palavra empenhada. Essa é a primeira parte. E a segunda é a seguinte — e aí eu faço questão de ler essa matéria do Metrôpoles, do dia 9 de dezembro, é super-recente, da semana passada. Hugo Motta diz... *"Discussão da anistia está superada, diz Motta após pautar dosimetria"*. E essa manifestação publicada no Metrôpoles está em linha com o que o Deputado Marcon acabou de dizer, que não se pauta mais anistia até o final do mandato, é o que ele pensa, ele disse.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Em nenhuma data, ou seja, se ele tivesse prometido uma data, ele já disse que estaria descumprindo então a data. Pronto.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Xeque-mate. Então, não vai cumprir a palavra, Sr. Relator. Se ele deu a palavra... Em que ele deu a palavra de anistia ou dosimetria?



O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Ninguém falava em dosimetria, até porque nós não aceitaríamos dosimetria.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E se o assunto está superado ao aprovar a dosimetria, isso significa o quê?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Descumpriu a palavra.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Mais do que isso, que ela não será cumprida até o final do mandato.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - E é bom que se diga, Marcel, para as pessoas entenderem que existem vários tipos de projeto aqui. Por exemplo, nós somos favoráveis a privatizações. Entendemos que para o mercado, para o mundo deu certo privatizações, para a economia. Nós, com a questão da anistia, a gente está se desgastando para que inocentes voltem a ter liberdade. Por isso eu estou te dizendo que é uma causa nobre, por isso eu não me arrependo de ter ocupado. Nós não estávamos lá para projeto qualquer, é para que aquela mãe, que eu nunca me esqueci, dando de mamar, pudesse ter o seu salário como funcionária pública devolvido e que o seu marido, que não foi pego com arma, pudesse voltar para casa, criar os filhos. Que a Débora, que não tinha nenhum antecedente criminal na vida dela, que era uma cabeleireira, que fez ali um momento de bobagem, pegou um batom e escreveu uma frase que um Ministro tinha dito, duas palavras, não é nem... "*Perdeu, mané.*" Catorze anos de cadeia, sendo que ela já cumpriu 2 anos e 9 meses. Então, eu acho, eu tenho certeza que... A minha mãe sempre falava uma frase em vida, que ela dizia: "*Filho, faz o que Jesus faria*". E, tenho certeza absoluta que, se Jesus estivesse no nosso lugar, ele estaria lutando pela mesma pauta que nós estamos lutando, que é devolver a liberdade para inocentes que cometeram uma microfalha na vida. Ou vai me dizer que eu nunca peguei uma caneta e escrevi meu nome numa classe escolar, quando eu era piá? Já fiz isso, é mais ou menos o que a Débora fez. Precisa pegar 14 anos de cadeia? Então, o que nós nos desgastamos durante 3 anos para devolver a justiça neste País. E esses inocentes estão sendo usados



para que a Esquerda persiga aqueles que não concordam com ela. Então, eu me sinto muito feliz de ser um dos defensores dessa matéria. Como tu falou, apanhei bastante quando votei no Hugo Motta, mas por ele ter prometido pautar a anistia. Eu acho que o preço foi justo. E eu deixei isto sempre muito claro: que eu confiava na palavra de um Presidente da Casa. Até porque, aqui em Brasília, quem não cumpre a palavra é um morto-vivo, que é o que o Hugo Motta vai ser depois que terminar a Presidência dele. Ninguém mais confia em Hugo Motta, nem a Esquerda, nem a Direita, nem ninguém. Então, assim, o que ele construiu para a vida dele, talvez, com esta Presidência ele destruiu. Porque, se tem alguém que não tem credibilidade hoje em Brasília é Hugo Motta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Tu disse que faria de novo, e a gente sabe que o foi feito foi legal, foi dentro, assim, da regra do jogo. A gente já viu a Esquerda fazer muitas, muito parecido, e muitas vezes com violência, e não do jeito como nós fizemos. Não foi durante a realização de sessão, mas mesmo assim foi interessante ouvir que você falou que talvez foi algo errado. Que é algo que não é muito comum que a Direita faz, mas também você disse que faria de novo. Eu queria entender um pouco se há uma contradição aí ou se o errado é mais no sentido de algo anormal, algo que não acontece normalmente nas nossas manifestações.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Olha, tem uma passagem, que é de João, que ela diz: "*Aos mornos, Deus vomita*". "*Aos mornos, Deus vomita*." E nós, ao vermos a injustiça que estava sendo cometida, e dormir com aquilo, porque a gente tem essa responsabilidade... A anistia, pelo menos na Constituição, precisa ser aprovada pela Câmara dos Deputados e, depois, pelo Senado Federal. A partir do momento em que nós nos omitimos ou ficamos frios perante um absurdo como esse que a gente está vivendo hoje, a gente não está seguindo as palavras de Deus. Então, eu sempre faço como minha mãe me disse: "*Faça o que Jesus faria*". Tenho certeza de que Jesus, quando entrou no templo e viu os mercadores vendendo, também se irritou. A gente chegou... O nosso saco encheu! Essa foi a



realidade. Nós fomos feitos de palhaços ao longo do ano inteiro. É como já falei anteriormente: *"Ah, a assinatura dos Líderes! Ah, a individual!"* Cara, chega uma hora em que todo mundo tem... Paciência tem limite. Aí, talvez a gente tenha tomado uma atitude drástica, que nem nos é peculiar. Sejam sinceros: é uma coisa que a gente nunca imaginou fazer, só que, perante o absurdo que a gente vivia, a gente entendeu que aquilo era o caminho para que houvesse uma pressão para que fosse pautada a anistia, que, volto a dizer, foi promessa do Presidente hoje em exercício na Casa.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Por que o senhor acha que, de todos os que participaram...

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Como?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - V.Exa. estava junto lá.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - De todos os que participaram, sobrou para o Marcel van Hattem, para o Zé Trovão e para o Marcos Pollon.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Eu acho que é porque eu sou do baixo clero. Daí não ia dar muito impacto. Então, por ser do baixo clero, a gente não... *"Ah, o Marcon? Dane-se! Esse aí não vai dar nem nota de rodapé."*

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Mas o Sóstenes e o Zucco, que eram os Líderes, também não estão aqui.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - É. A gente até ficou chateado. A gente até brincou: *"Poxa vida! Todo mundo fez igual. Mais uma injustiça vai ser feita?"* Mas, assim, ia ter que processar setenta. O Relator ia ficar aqui uns 6 anos para conseguir fazer o de todo mundo. Iam passar uns dois ou três mandatos e ele ia estar aqui condenando as pessoas. Então, acho que tinham que escolher dois ou três para servirem de bode expiatório.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Isso não tem uma similaridade com o que está acontecendo no 8 de Janeiro também?



O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Acho que não.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Pegam uma parte das pessoas para servir de exemplo...

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Acho que não. No 8 de Janeiro, eles pegaram até o pipoqueiro. No 8 de Janeiro, eles pegaram o segurança que estava lá embaixo esperando e nos olhando: *"Tu estavas no plenário. Venha junto. Tu vais ser condenado também"*.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - No 8 de Janeiro, especificamente, sim. Mas eu digo na Direita, porque houve manifestações no Brasil todo, tinha gente no quartel, em outros lugares.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Nesse caso, sim. Aí podemos considerar que sim.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - V.Exa. acha que pode ter um efeito de tentar intimidar aqui a Oposição?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Totalmente! É intimidatório. Eu acho que é uma forma de o Presidente reafirmar um poder que ele não tem mais.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E V.Exa. acha que vai funcionar?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Acho que não. Tanto é que o Glauber já sentou depois, e o Presidente que tinha ali, que botou em pauta a cassação dele, não conseguiu sequer os votos. Eu, sinceramente, se fosse o Presidente Hugo Motta, renunciaria. Essa é a minha posição. Eu renunciaria. Ele não reúne mais os atributos mínimos de respeito nesta Casa para continuar chefiando esta Casa. Não é suspendendo Parlamentar e perseguindo Parlamentar que ele vai reconstruir algo que talvez ele nunca teve. E essas palavras não são só minhas. Todo mundo sabe que, dentro da Casa, o Presidente não é mais respeitado por ninguém. Não é suspendendo Parlamentar que ele vai readquirir qualquer tipo de respeito, no meu ponto de vista. Respeito se constrói quando a



gente cumpre acordos e cumpre com a palavra. Depois que tu descumpres uma vez, isso acabou.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Então, o senhor acha que, mesmo que tentem suspender, não vai ter voto para suspender, aqui na Câmara dos Deputados, a...

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Não vai ter voto para suspender, até porque a gente tem o apoio da Esquerda agora. A Esquerda foi contra. Aí suspendeu o Glauber. Certamente vai votar favoravelmente a não suspender também, até porque uma coisa muito grande que eles têm é a coerência. Então, a gente espera que eles mantenham a mesma coerência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Ironias à parte, Deputado Mauricio Marcon, eu quero agradecer a sua participação aqui e elogiar também a participação nos momentos mais agudos, porque V.Exa. esteve conosco. Sei que é um momento difícil para todos nós. Houve também uma reação, que foi muito forte, à prisão ou, na verdade, às cautelares que foram impostas sobre Jair Bolsonaro e à prisão domiciliar. Foi exatamente naquela mesma semana da volta do recesso. Eu quero só reforçar as suas palavras e lhe dar a oportunidade de falar um pouco sobre isso também. Aqui nós estávamos numa manifestação para, na verdade, devolver poder à Casa, que está sendo até chantageada pelo Supremo Tribunal Federal. O Deputado Sóstenes sentou na mesma cadeira em que o senhor está aí, há poucos dias, e disse que mensagens de texto enviadas para os celulares de Líderes e do próprio Presidente Hugo Motta e telefonemas do Supremo Tribunal Federal e de seus Ministros são algo corriqueiro e que estavam evitando que se pautasse a anistia aqui nesta Casa. Então, na verdade, a nossa manifestação foi para fortalecer o Legislativo contra as interferências e os abusos do Judiciário, em particular do Supremo Tribunal Federal, é claro. Até lembro que tem muita gente no Judiciário que merece o nosso total respeito e que não concorda com o que está acontecendo no STF. E, aqui, o que nós estamos vendo é, em lugar de a Câmara dos Deputados, pelo menos por iniciativa da Esquerda...



Quem fez a representação contra mim foi o Lindbergh — inclusive, foi errada, porque está dizendo que eu sentei na cadeira do Presidente, o que não é verdade —, a Talíria Petrone e o Pedro Campos; PT, PSOL e PSB. O que a gente está vendo é que, em lugar de reafirmar a Casa contra o Supremo, nós estamos diminuindo o nosso próprio poder aqui dentro e perseguindo Parlamentares. O senhor, agora, está perdendo seu tempo como testemunha, mas está ajudando o Brasil a entender melhor o que está acontecendo, principalmente, da parte da Esquerda sobre nós. Eu queria encerrar, Presidente, devolvendo a palavra para a testemunha, para que possa fazer suas considerações finais, antes pedindo ao Relator, o Deputado Moses Rodrigues, mais uma vez, que analise toda essa circunstância à luz dos ataques institucionais que estamos sofrendo do Supremo Tribunal Federal. Deputado Moses, aqui não é uma questão de corporativismo; aqui é uma questão, primeiro, de defesa da justiça. Por isso, eu quero confiar que V.Exa. vai fazer um relatório de acordo com o que diz o Regimento Interno, de acordo com o que dizem as leis, não pressionado por A ou B, ou por qualquer outro tipo de determinação que não seja aquela dada pela lei. Em segundo lugar, nós precisamos posicionar novamente esta Casa na defesa das prerrogativas parlamentares, inclusive essa de fazer manifestações pacíficas, como a que nós organizamos. Peço que seja cumprida a palavra de alguém que é Presidente da Casa. Como qualquer Parlamentar sabe, que se dê a importância que têm a palavra e o cumprimento das promessas feitas aqui dentro. Então, eu agradeço ao Presidente. Devolvo a palavra para a testemunha. Depois, se houver alguma consideração dos colegas, fiquem à vontade.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - De forma bem rápida... A minha filha, de 3 meses, está ali sentada no colo da minha esposa. Se eu viesse para cá, Marcel, para ser mais um e para não defender o que é certo, eu ficaria em casa. Por isso, eu disse: se eu tivesse que vir aqui fazer de novo para soltar uma pessoa — uma, não, pois são centenas injustiçados —, eu faria de novo, porque eu não quero que a minha filha tenha vergonha de mim quando ela crescer e vir esse



vídeo aqui. Então, eu venho para cá para que a minha filha, quando crescer, saiba que o pai dela é uma pessoa decente, honesta, que não fica com o rabo preso por causa de emenda, de carguinho ou de qualquer outra coisa. Quando a gente veio para cá, tanto eu quanto tu, a gente veio para fazer o certo. Às vezes, é difícil. As pessoas que estão nos acompanhando, às vezes, não entendem e descem a lenha: "*Vocês têm que resolver*". Só que a gente é minoria. Mas a gente faz a nossa parte. Tu falaste de reafirmar as prerrogativas do Parlamento. É curioso que muita gente que se diz democrata queira diminuir as nossas prerrogativas. Nós é que somos os representantes eleitos. Tenho certeza de que, se dependesse do alecrim dourado, tu não irias ficar suspenso 1 mês ou 6 meses; tu já estarias preso, provavelmente por 150 anos, por atentado violento e organização armada, por ter sentado na cadeira do Vice-Presidente. Isso é o que a gente vive hoje. Então, tenho certeza de que o Relator vai ter bom senso e vai entender que faz parte do jogo político. É claro que foi uma medida extrema, que talvez não precisasse ter sido adotada, como eu disse, se o Presidente tivesse cumprido a palavra que ele deu a nós.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Obrigado, Deputado Marcel, Dr. Chiquini.

Passo a palavra agora ao Deputado Zé Trovão ou ao seu advogado, Dr. Eduardo de Moura, para inquirirem a testemunha.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Obrigado, Sr. Presidente. Já agradeço também à testemunha por colaborar em um processo tão complexo, tão extenso — ao final, vamos atingir o objetivo aqui. Eu gostaria de perguntar para V.Exa., inicialmente, se nos dias, até para ser coerente aqui, para facilitar para a testemunha... Já ocorreram diversas questões. Boa parte das coisas está clara. A gente aqui vai atuar hoje numa questão mais direta. Em alguns pontos, a gente tem que individualizar. Então, diante dessa questão, eu gostaria de saber da



testemunha se ela consegue descrever as atitudes do Deputado Zé Trovão na presente data e a função que ele exercia.

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Não, não era uma questão de função. Nós estávamos ali. Nós estávamos ali. Olhe, do que eu me lembro dele, nós estávamos comendo umas coxinhas à tarde, em algum momento ali, de uma forma bem tranquila, mas não consigo delimitar qual era a função, até porque é bom que se diga... Eu não sei o que está no relatório, mas parece que nós estávamos assim: *"Aqui é o general, aqui vai a infantaria, a artilharia"*. Não, ali era o Parlamentar. Era só o Deputado Hugo Motta dizer: *"Gurizada, vamos cumprir o acordo. Hoje vai ser pautado"*. Acabou, deu, terminou. Então, não tinha nada de extraordinário. Eu não sei se a Esquerda, quando faz manifestação, tem esse organograma de quem vai tocar fogo ali, de quem vai subtrair uma carteira acolá — o que normalmente acontece nas manifestações da Esquerda —, mas, na Direita, isso não aconteceu. Era aquela coisa ali: era um bando indignado com uma quebra de acordo. Era basicamente isso. Só que o Zé, talvez por ser o maior, perdendo só para o Mauricio do Vôlei, chame também mais atenção. Então, talvez isso seja um ponto negativo para ele.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Dentro da sua proximidade com o Deputado e estando ali, em algum momento, V.Exa. viu alguma atitude agressiva ou alguma atitude do Deputado Zé Trovão incompatível com a qualidade de Parlamentar?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Não, não que eu me lembre.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Dentro desse cenário — V.Exa. está diante de três Deputados, e sei que isso já foi falado —, mas de uma maneira mais específica, V.Exa. consegue ver alguma lógica em apenas esses três Deputados estarem aí? Porque a coerência seria, primeiro, não haver ninguém. Segundo, se fosse para haver, teria que haver muitos mais. Mas há alguma coerência em haver esses três Parlamentares aí? V.Exa. vê sentido nesse Conselho de Ética...



O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Não, eu só acho que ficaria muito feio até para o Presidente da Casa colocar... Aliás, eu acho não, eu tenho certeza de que, ali em cima, mais de cem Parlamentares passaram. Com certeza, mais de cem Parlamentares passaram, durante o período, digamos, entre aspas, de "ocupação". Alguns foram lá só comer uma coxinha, outros deram entrevista, outros gravaram vídeo, outros ficaram no rodízio de quem sentava na cadeira. Teve de tudo ali. Então, se fosse para processar ou pedir, enfim, de todos, teria que pegar o vídeo e ver todos que ali estiveram naquele momento. A minha tese é a questão do alto clero e do baixo clero. Não é segredo para ninguém, por exemplo, que o Deputado Zé Trovão e o Deputado Marcel são infinitamente mais conhecidos do que eu — e está tudo certo; para mim, não é um demérito. Inclusive, o Marcel sempre foi — está lá no meu livro, que escrevi, inclusive, de como cheguei até aqui — um *benchmark*, um horizonte, para nós, de como trabalhar e um exemplo; já está no segundo mandato; já concorreu à Presidência da Casa, inclusive contra o Presidente Hugo Motta. O Zé Trovão tem também pautas que são latentes à sociedade e é muito mais conhecido. Acredito que, talvez, o motivo tenha sido esse.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Existe um cuidado que eu queria passar para V.Exa...

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Aí tu vais me perguntar: "*Ah, mas por que o Nikolas não foi?*" Porque o Nikolas apanhou da Jara depois. Se vai colocar o Nikolas, tem que colocar a Jara também. "*Ah, não vamos colocar de esquerda.*" Então, o Nikolas, que levou um supetão ali nas partes baixas, também não pôde entrar. E ele estava ali do lado, igual, até apanhou. Então, eu acho que esse foi o motivo, no meu ponto de vista, por que alguns foram e outros não foram.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Aproveitando esse paralelo feito por V.Exa., nós temos alguns precedentes na Casa. Tivemos, em 2017, uma ocupação feita em função da reforma trabalhista, à época. Em 2018, nós tivemos



também algo muito similar, efeito da prisão do Lula em Curitiba. Nesses dois casos, nós não tivemos nenhum tipo de punição para os Deputados que, da chamada ocupação ou obstrução, participaram. Diante disso, V.Exa. pactua que a Casa, de certa forma, está tratando de forma diferente Deputados de direita e Deputados de esquerda, uma vez que foram ocupações similares, sendo que nessas outras nem sequer houve qualquer tipo de indicação de punição para os Deputados?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - E tem mais uma peculiaridade: na reforma trabalhista, o que a Esquerda queria? Queria que a democracia, que os Parlamentares eleitos não tivessem o direito de votar uma lei. Na do Lula, era uma interferência, sendo que nada poderia ser feito via Câmara dos Deputados naquele momento. E nós estávamos apenas pedindo que a democracia, que os Deputados eleitos pelo povo pudessem ser ouvidos em uma matéria. Então, há aqui, inclusive, uma distorção quando a gente diz que é o mesmo movimento. A gente tinha, lá em 2017, a Esquerda tocando o terror porque não queria votar uma matéria que sabia que ia perder; em 2018, nós tínhamos um movimento para marcar território; e, agora, o nosso era para que o Presidente pautasse uma matéria em que nós sabíamos que teríamos maioria. Então, se a gente for juntar os três, o mais absurdo, aliás, o menos absurdo ou o que menos deveria ser punido era o nosso, porque nós estávamos lutando por democracia, na Casa do Povo, com os seus representantes eleitos.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Perfeito. Para finalizar, eu queria... O Relator, em determinado momento, teve um cuidado maior em uma indagação. Eu gostaria de ter a oportunidade de também esclarecer um pouco melhor, no sentido de algumas atitudes: dentro dessa questão de revezamento entre os Deputados ali para a manutenção da ocupação, V.Exa. viu alguma atitude tida como ilegal praticada por algum Deputado? Explico: algum contato físico um pouco mais forte, alguma obstrução um pouco mais forte.



O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Não, não. Ali era tudo gente civilizada, com exceção de uma Deputada que agrediu outro Deputado, que todo mundo sabe quem é. De nossa parte, era todo mundo muito civilizado ali. A gente estava ali... É até engraçado, porque a gente não tem histórico, não é, Marcel? A gente não tem histórico. Então, a gente estava ali meio que na primeira vez. A gente estava ali debutando, como falam. A gente não tem histórico. Então, é engraçado dizerem: *"É uma organização. Nossa! Quem era o Líder?"*

(Intervenção ininteligível fora do microfone.)

Exatamente. Era um bando de Deputados indignados com as negativas do Presidente da Casa. Ficaram ali, até que a gente teve a sinalização: *"Agora iria"*. Quando o Marcel soube, levantou da cadeira; e tudo certo. Então, volto a dizer: eu acho até constrangedor, com todo o respeito, assim, o que a gente está vivendo aqui, perante um país com tamanho... Gente, o filho do Presidente roubou 300 mil mensais de aposentados, de gente acamada, e nós estamos discutindo se um Parlamentar demorou mais que 10 segundos ou 5 segundos para levantar de uma cadeira. Vamos ter um pingão de vergonha na cara! Olhem o que a gente está fazendo aqui! Sinceramente, para mim, um Parlamentar eleito, é constrangedor nós estarmos perdendo tempo para dizer se o Marcel sentou ou não numa cadeira. Nós deveríamos estar processando quem roubou os inocentes. Nós deveríamos estar discutindo que hoje um desembargador, indicado pelo Presidente da República, está preso por ter contato com o Comando Vermelho. E nós estamos aqui, Gonçalves, para ver se o cidadão ficou na cadeira mais que 5 segundos ou 10 segundos. Eu, como Parlamentar, eleito pelo povo brasileiro, me sinto constrangido em ter que sentar aqui para falar tanta baboseira: se sentou, se tinha organização, se deram soco, se não sei o quê. Pelo amor de Deus! Eu acho que nem no jardim de infância seria levado para a diretora — antigamente, nós tínhamos medo de que fosse para a diretora — que o coleguinha sentou na cadeira do outro. Eu acho vergonhoso o que a gente está vivendo aqui, com todo o respeito.



O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Para finalizar, é quase uma pergunta também focada nesse exemplo da diretora, mas é para a gente trabalhar aqui e tentar fechar essa equação, inclusive dando os elementos para facilitar o trabalho do Relator. Dentro dos autos — eu queria explicar para V.Exa. —, tem um determinado documento em um item que menciona que o Presidente Hugo Motta adentrou o plenário às 22h14min exatamente, e a sessão foi devidamente aberta às 22h24min, ou seja, um lapso temporal de 10 minutos. Corroborando a fala de V.Exa., seria possível, em 10 minutos, ocorrer tanta ofensa, obstrução, desgaste? Ou é algo natural, porque, num dia normal, se bobear, ele já leva esse tempo ou, às vezes, até mais?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Não, quando o Presidente chega, todo mundo...

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Houve uma bagunça plena, como mencionado?

O SR. MAURICIO MARCON (PL - RS) - Não, quando o Presidente chega — inclusive, é questão de civilidade —, a gente se cumprimenta. Às vezes, tem uma brincadeira: se o Juventude ganhou, se o Palmeiras perdeu. Tem ali um mínimo de civilidade. E até para abrir a sessão, às vezes, o Presidente, antes de abrir a sessão, faz um discurso, fala algumas palavras, comunica alguma coisa. Então, realmente, pintar um Armagedom, por 10 minutos, sinceramente... Eu espero que, no futuro, entendam que eu estou aqui não por livre e espontânea vontade. A gente foi trazido para cá para defender uma coisa que é tranquila de se defender, mas o papel do Parlamentar não é participar de um circo como este, armado aqui, no meu ponto de vista.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Eu gostaria de agradecer o testemunho de V.Exa.

Faço a devolução da palavra ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Obrigado, Dr. Eduardo Moura.



Concedo a palavra ao primeiro inscrito, o Deputado Sargento Gonçalves.

V.Exa. abre mão da sua palavra? *(Pausa.)*

O Deputado Rodrigo da Zaeli está ausente.

O Deputado Domingos Sávio está ausente.

O Deputado Evair Vieira de Melo, não membro, está ausente.

O Deputado Rodolfo Nogueira está ausente.

A Deputada Adriana Ventura está ausente.

Então, não havendo mais quem queira usar a palavra, eu agradeço a presença do Deputado Mauricio Marcon e declaro finalizada a sua oitiva.

Conforme nós tínhamos combinado, nós iremos suspender a sessão por 30 minutos para que o Deputado Marcel van Hattem e os demais Deputados membros que estão aqui possam almoçar.

Retornaremos em 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Declaro aberta novamente a presente sessão, às 15h47min.

Oitiva das testemunhas arroladas pelo Deputado Zé Trovão.

Convido o Deputado Sargento Gonçalves, testemunha arrolada pelo Deputado Zé Trovão, para compor a Mesa. Agradeço a S.Exa. a disponibilidade de comparecer perante este Conselho de Ética. *(Pausa.)*

Solicito que fique registrado nos arquivos que, pela boa convivência, nós daremos 5 minutos para o Deputado Sargento Gonçalves compor a Mesa, para o Deputado Marcel van Hattem retornar, para o advogado do Deputado Marcel van Hattem, o Dr. Chiquini, retornar e para o Deputado Zé Trovão. Eu imagino que o advogado do Deputado Zé Trovão já esteja *on-line*.

Então, nós daremos 5 minutos para que a testemunha e os representados estejam de volta ao plenário, pontualmente.

(Pausa prolongada.)



O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Boa tarde, Sr. Presidente.

Eu vou só confirmar aqui com a testemunha. Como eu estou *on-line*, eu estava em contato com o Deputado Zé Trovão. Confirmo para V.Exa. em 2 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Perfeito, doutor. *(Pausa.)*

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Sr. Presidente, o senhor me escuta?

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Estou ouvindo o senhor.

(Pausa prolongada.)

Muito bem. Estamos retornando os trabalhos às 15h57min.

Quero deixar claro que nós voltamos às 15h47min, demos um prazo de 10 minutos para que a testemunha viesse para cá, bem como o Deputado Marcel van Hattem e o Deputado Zé Trovão.

Eu agradeço, Deputado Sargento Gonçalves, a presença de V.Exa. aqui no Conselho de Ética.

Já passo a palavra ao Relator, o Deputado Moses Rodrigues, para inquirir a testemunha.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Boa tarde. Obrigado, Presidente.

Na semana passada e no dia de hoje, a gente já teve informações importantíssimas, durante a oitiva das testemunhas, mas é muito importante que, neste momento, a gente possa ouvir as testemunhas que foram apresentadas pelo Deputado Zé Trovão, que são o Deputado Sargento Gonçalves e, depois, o Deputado Alberto Fraga.

Deputado Sargento Gonçalves, no dia do ocorrido, no dia 6 de agosto de 2025, V.Exa. se encontrava no plenário?



O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Boa tarde, Sr. Relator. Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, colegas Parlamentares e todos que nos assistem. Eu me encontrava sim.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - V.Exa. participou, em algum momento, das discussões que estavam acontecendo entre a liderança do movimento e a Mesa da Câmara?

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Não, não participei de nenhuma reunião com o Presidente Hugo.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - V.Exa. naquele momento se encontrava no plenário ou mais próximo à mesa?

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Não sei o momento especificamente, mas, de fato, houve, tinha um certo revezamento ali, uma escala, inclusive rolou em alguns grupos essa escala. E participamos de alguns momentos ali, inclusive ocupando, sentando, no caso, nas cadeiras da mesa ali — igual a mim, vários outros, dezenas de outros Deputados da Oposição.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - E essa organização, ela partiu de quem?

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Olha, Relator, acredito que não era, não tinha uma liderança específica. Na verdade, um movimento, eu digo, da Oposição como um todo. Naturalmente, a Oposição tem o Líder Zucco, nós temos o Líder do PL, o Sóstenes. Mas o movimento, de fato, eu acredito que era de Parlamentares ali que estavam insatisfeitos, primeiramente com um sentimento de buscar uma solução e atender as nossas bases políticas. Nós estamos aqui, e é uma representação política. E, naturalmente, tenho certeza que cada Parlamentar de cada Estado da Federação tem sofrido essa pressão por justiça. Eu ouvi o Marcon ainda agora citando aqui alguns casos absurdos. E, lá no meu Estado, posso citar, por exemplo, Dona Francisca e Seu Maxwell, da cidade de Parnamirim, Região Metropolitana de Natal, um casal ficha-limpa, que não participaram dos atos aqui, diretamente do dia 8, mas que estão... Primeiro,



tiraram... Dona Francisca tirou 3 meses de prisão preventiva; Seu Maxwell, mais tempo, mais de 6 meses; os dois hoje se encontram com tornozeleira. Seu Maxwell, inclusive, o ganha-pão dele para sustentar a família é um veículo para fazer... faz essas viagens ali, para levar objetos de um canto para outro, uma mudança. E hoje está impedido infelizmente, por decisão do Ministro Alexandre de Moraes, de sair de dentro de Parnamirim. Quem conhece a Região Metropolitana de Natal sabe que são cidades que se ligam ali. Para ele fazer uma mudança, por exemplo, uma mudança de... pegar um frete de Parnamirim para Natal, ele já vai estar, já está infringindo, no caso, a determinação do Ministro Alexandre de Moraes, ou seja, sem poder manter o sustento da sua família, dos seus filhos, da sua esposa. Então, de fato, são centenas de casos similares a esse da Dona Francisca e Seu Maxwell. E a gente, como representante do povo brasileiro, naturalmente a gente tem como uma pauta prioritária, é uma pauta prioritária, de fato, buscar fazer justiça e ir entendendo que seria através da anistia. Foi algo que foi tratado com o Presidente Hugo Motta, no caso, acordado por parte do Presidente. E, por isso, votamos no Presidente, com a garantia, a única pauta, pelo menos da nossa parte, Oposição, o que queríamos era que, de fato, ele pautasse a anistia. E havia esse comprometimento, esse compromisso por parte do Presidente Hugo Motta. E ali, naturalmente, diante de todas essas pressões da população, da sociedade, nós decidimos, achamos por bem tomar essa decisão, de alguma forma, de cobrar, pressionar o Presidente Hugo Motta que cumprisse o acordo e pautasse a anistia.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - V.Exa. acredita que a obstrução/ocupação dos Parlamentares da Oposição na data dos fatos foi realizada em conformidade com o Regimento da Casa?

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Olha, Sr. Presidente, eu, de fato, a resposta para esse questionamento acho que segue... é mais ou menos dentro da linha do que o próprio Marcon já respondeu aqui. Não sei se exatamente segue o Regimento da Casa, mas de fato segue uma consciência de um cidadão



que está no primeiro mandato, um policial militar, com 21 anos de policial militar, que já viu muitos bandidos, verdadeiros bandidos serem colocados em liberdade e que chega aqui ao Congresso Nacional. Deus, eu costumo dizer, Deus não me tirou de uma guarnição de polícia para vir me acovardar aqui no Congresso Nacional, diante tantas injustiças que nós temos vivenciado em nosso País, de tantos cidadãos de bem presos, inclusive pagando com a vida, como é o caso do Clezão, que é um caso emblemático. Mas, nesses dias, eu participei de uma audiência aqui da Comissão Especial do Dia 8. Existem vários outros casos. Esses dias, eu vi um jornalista falando da mãe e do pai que faleceram, que morreram muito provavelmente em decorrência do desgosto de saber que o filho estava preso. Um cidadão jornalista de profissão, ficha-limpa, ficou preso e não teve a oportunidade de nem participar do sepultamento da mãe e do pai. Então, vários outros casos iguais a esse. Então, realmente o anseio, o desejo realmente é de trazer uma solução para o nosso País. Mais uma vez, eu digo: eu acredito que a anistia, a gente buscar fazer, corrigir essa injustiça, eu vejo como uma forma de pacificação, acredito muito piamente que será uma forma de pacificação política no nosso País. Então, realmente esse é o sentimento. E eu tenho certeza que todos aqueles Parlamentares que estavam ali em cima, se pegar o histórico desses Parlamentares... Inclusive por isso muita gente se espanta, porque, quando é a Esquerda que faz, parece que é algo mais... é como se fosse algo mais natural esses movimentos mais radicais, como se diz. Mas, quando é a Direita, como eu disse, por mais que tenha sido um movimento pacífico, um movimento ordeiro, eu, que sempre respeitei e ensinei minhas filhas inclusive a respeitar as leis do nosso País, não me sinto nem um pouco envergonhado de ter participado daquele ato. Muito pelo contrário, carregarei, com muito orgulho, no meu currículo, ter participado daquele ato democrático, um ato democrático. Precisamos lembrar aqui, Sr. Relator, que não estamos falando de um ato isolado, ninguém estava buscando um direito pessoal, individual, como foi o caso do colega do PSOL, mas nós estávamos ali em busca de um sentimento altruísta de



fato, a empatia pela dor do outro, tentando solucionar um problema que não é nenhum dos, mas são centenas de cidadãos brasileiros sendo injustiçados. Então, eu acredito que está dentro da razoabilidade, acredito, aceitável. Inclusive eu, se tenho de me envergonhar, Sr. Presidente, é de estarmos vivenciando este momento aqui no Conselho de Ética, diante de tantos problemas que o Brasil enfrenta, diante de tantas dificuldades. Coronel Alberto Fraga, ontem eu estive numa comunidade lá na região, na área, na zona rural de Mossoró. E cheguei ali, e não pode se falar de polícia porque é uma região dominada pelo crime organizado. E assim tem sido a realidade — pesquisa que saiu recentemente — de 26% da população brasileira. E aí a gente está aqui se debruçando um dia todo, hoje — porque já tiveram outros dias —, num caso de três Parlamentares, buscando, a fim da força, punir Parlamentares que honram os seus Estados. Eu tenho certeza de que o Deputado Marcel van Hattem, o Deputado Zé Trovão, o Deputado Pollon, nos seus Estados, independente até de viés ideológico, se o cidadão for responder de forma honesta, eu tenho certeza que esses Deputados, eles representam muito bem, com muita lisura, exercem os seus mandatos aqui. Então, é triste, realmente, vivermos, estarmos vivenciando este momento de estar aqui no Conselho de Ética, gastando tempo aqui realmente com... na intenção, no intento de prejudicar, eu não vou dizer os Parlamentares, não, de atacar a democracia, porque eles representam parcela significativa da população dos seus Estados. E, de repente, ver um Deputado desses suspenso, nem que seja 1 mês sequer, é um prejuízo grande para o Estado que eles representam, para parte da população por que eles foram eleitos aqui para poder representar aqui no Congresso.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Presidente, estou satisfeito com as informações. Havendo alguma outra necessidade, a gente volta a fazer uma nova intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Obrigado, Relator, Deputado Moses Rodrigues.



Eu passo a palavra agora ao Deputado Zé Trovão ou ao seu advogado, para que eles procedam aos questionamentos da sua testemunha.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde para a testemunha Sargento Gonçalves. Gostaria de te agradecer pela colaboração. Espero que a gente consiga, de maneira prática e objetiva, aqui esclarecer os fatos e realmente deixar para trás esse procedimento totalmente indevido. Mas, iniciando aqui o questionamento, eu gostaria de perguntar a V.Exa. se no dia... Só para pontuar aqui, nós estamos com três Deputados que estão enfrentando esse procedimento aqui no Conselho de Ética. Eu represento o Deputado Zé Trovão; o Deputado Marcel está juntamente com o Dr. Chiquini; e, também, o Deputado Pollon, que acho que vai ter um novo patrono, que vai fazer perguntas em outra oportunidade. Então, eu vou direcionar um pouco mais aqui as questões em referência à conduta do Deputado Zé Trovão. Com certeza, os meus pares vão cada um individualizar aí. No tocante à conduta do Deputado Zé Trovão, eu gostaria de saber se a testemunha consegue descrever se ele viu o Deputado Zé Trovão na respectiva ocupação e se ele viu alguma situação que pudesse ser um demérito ou algum excesso do Deputado Zé Trovão no dia.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Doutor, boa tarde. Primeiramente, quero reafirmar aqui e dizer que o senhor não tem o que se desculpar. De fato, eu me sinto constrangido, na verdade, de estar aqui na condição de testemunha, enquanto colegas que ombrearam comigo, ali, naquele movimento, acho muito digno, estarem na condição aqui de representados, e eu, apenas na condição de testemunha. Eu, infelizmente, não dependo só de mim, Coronel Alberto Fraga, mas o sentimento é como que nós estivéssemos aqui, fosse uma guarnição, que nós estivéssemos operando de forma honrosa, de forma justa, digna, e, de repente, a gente vê os três colegas de guarnição estarem sendo denunciados por um crime que não praticaram e, de repente, eu estar lá apenas na condição de testemunha. Então, de fato, eu fico constrangido neste momento. O colega Zé Trovão é um camarada mil por cento coração. Ele é aquele



camarada que, nesses poucos quase 3 anos que convivo com ele aqui, se dedica às causas em que ele acredita. É um homem de bem, um homem honesto, um homem que honra o Estado de Santa Catarina aqui no Congresso Nacional, que nos representa, não apenas a população de Santa Catarina, mas o povo brasileiro e os bons cidadãos brasileiros. E, diante daquela situação que nós estávamos ali todos envolvidos, de fato, eu, particularmente, em nenhum momento, vi nenhuma conduta do Deputado Zé Trovão que configurasse uma quebra de decoro — isso dentro da minha visão de mundo.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Perfeito, Deputado. Obrigado. No tocante aqui nos causa uma certa estranheza. Eu gostaria de saber como a testemunha vê a questão. É evidente, por filmagens, histórico e o tudo mais, que não participaram só deste ato três Deputados. Não foi só o Deputado Pollon, não foi só o Deputado Marcel e não foi só o Deputado Zé Trovão, como, inclusive, V.Exa. fez questão de mencionar que também estava, assim como os outros que vêm demonstrando: *"Olha, participamos e inclusive temos até orgulho"*. Será que V.Exa. consegue, conseguiria explicar o motivo de ter tantos participantes, porém, só três foram representados aqui neste Conselho de Ética?

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Olha, doutor, é difícil explicar o inexplicável. Infelizmente, esta é a realidade não apenas da Câmara, mas do nosso País neste momento, uma inversão total de valores. Realmente, como eu disse, é constrangedor. E eu espero piamente que... Entendo que já foi um erro do Presidente Hugo Motta dar prosseguimento a esse processo aqui no Conselho de Ética. Então, eu quero acreditar que o Presidente Hugo Motta não vai desonrar o povo paraibano, de um Estado que... Hoje eu sou filho, por adoção, do Rio Grande do Norte, mas sou nascido, sou filho natural da Paraíba, e a Paraíba tem homens de honra. Eu quero acreditar que o Presidente Hugo Motta não vai desonrar o povo daquele Estado cometendo uma injustiça desse tamanho com esses três Parlamentares, que muito... Ele sabe disso. Podem ter divergências de visão de mundo, divergências ideológicas, mas é uma injustiça sem tamanho — e o povo



brasileiro está testemunhando isso — um desses três Parlamentares pegar 1 dia de punição. Nós tínhamos ali dezenas de Parlamentares de forma pública participando daquele movimento pacífico, ordeiro, democrático, que inclusive não é a primeira vez que ocorre na Câmara Federal. É preciso vestir uma camisa vermelha, é preciso colocar uma estrela comunista na testa para não ser punido nesta Casa Legislativa? Movimentos muito mais graves foram praticados outrora, como o senhor citou em outras oitavas, em 2017, 2018, por Parlamentares da Esquerda, e nenhum deles veio parar no Conselho de Ética. Mais uma vez eu repito: nós realizamos um movimento pacífico, ordeiro, democrático, respeitando o Presidente Hugo Motta, inclusive as prerrogativas. Naturalmente momentos extremos exigem uma atitude mais extrema. A atitude que nós vimos naquele momento, diante de homens que estão presos, mulheres que estão presas, que estão sendo injustiçadas, eu considero o mínimo razoável Parlamentares que foram eleitos pelo povo brasileiro ocuparem a Mesa Diretora, que é inclusive eleita. O Presidente Hugo Motta ocupa a cadeira da Presidência com o voto do Deputado Sargento Gonçalves. Então, eu entendo que, se é para pressionar o Presidente Hugo Motta, cobrar democraticamente que ele pautar uma pauta que era um compromisso seu de campanha para assumir a cadeira — e foi eleito com o nosso voto, com o voto da Oposição —, eu entendo que o mínimo razoável seria ele pautar, cumprir o compromisso que estava acertado. Muito nos assusta e nos causa espanto o Presidente encaminhar esses três Parlamentares aqui para o Conselho de Ética, respondendo, como se só eles tivessem tido algum desvio de conduta, como ovelhas entregues ao matadouro. Mais uma vez eu repito: é constrangedora, é triste essa realidade. Eu espero sinceramente que o Presidente Hugo Motta repense. Não é dessa forma que ele vai reconquistar ou conquistar a liderança. Muito pelo contrário, a tendência é ele perder a credibilidade, pelo menos por parte da Oposição, se ele cometer uma injustiça e uma covardia desse tamanho com esses três Parlamentares.



O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Perfeito. Agradeço a V.Exa. esse esclarecimento. Passo agora para outra questão bem pontual. Nesse procedimento nós temos a entrada do Presidente Hugo Motta às 22h14min, conforme documento que consta no respectivo processo do Conselho de Ética. Também temos a abertura da sessão, Deputado Sargento Gonçalves, às 22h24min. Então, nós temos um lapso temporal de 10 minutos. Pergunto eu, com toda a gentileza, entrando um pouquinho aqui nos outros também, na questão do Deputado Marcel e do Deputado Pollon, diga-se, por sinal, muito bem representados, no caso do Deputado Pollon, pelos anteriores advogados, e, no caso do Deputado Marcel, pelo Dr. Chiquini, que está aí. Peço até a gentileza... Estamos junto aqui na defesa. Eu vi que ele também usou um pouquinho o Zé. Estamos caminhando juntos aqui. Mas a pergunta é: será que, em 10 minutos, nesse lapso temporal, teve tempo de ocorrer tanta ofensa para o Presidente — de ser obstruído, de não darem a cadeira, de não passarem outra cadeira, de não falar...? Porque é um lapso temporal muito curto para se falar que houve uma ofensa, um desrespeito ou algo tão grave. Ou será que nós estamos aqui diante de algo que quem está de fora está tendo uma leitura diferente da realidade dos fatos?

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Olha, doutor, se de fato houver um intento, a intenção de punir os colegas Parlamentares, naturalmente, independente do que nós falarmos aqui, haverá essa punição. Agora, se de fato se for agir com justiça, 10 minutos, o tempo em uma sessão normal, ali, para dar início, do momento em que o Presidente adentra o plenário até dar início a uma sessão, é um tempo razoável. Não vi nenhuma atitude... Naturalmente, os ânimos ali, um pouco mais exaltados no momento; naturalmente, um tumulto e um barulho natural, como fica o plenário quando tem muitos Parlamentares ali. A Esquerda fazendo toda aquela zoadinha, gritando, querendo causar, de fato, esse tumulto. Então, eu acredito que estava dentro do razoável. Tenho certeza de que nem o Deputado Marcel, nem o Deputado Pollon, muito menos o Deputado Zé Trovão,



em momento algum, quiseram desrespeitar o Presidente Hugo Motta, até porque, como eu disse, com exceção do Deputado Marcel, que foi candidato, os outros dois Parlamentares votaram no Presidente Hugo Motta. Se hoje ele está na cadeira de Presidente, foi com o voto do Deputado Pollon, com o voto o Deputado Zé Trovão, e não era a intenção desses Parlamentares desrespeitar, desmoralizar o Presidente Hugo Motta, mas apenas que, de fato, o Presidente cumprisse o acordo firmado desde a sua eleição, que era pautar esse projeto tão importante para a Nação, que era o projeto de lei da anistia.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Perfeito. O senhor, em uma das respostas anteriores... Eu queria trabalhar um pouco mais essa questão de atos similares ocorridos em 2017, ocorridos em 2018, no caso da reforma trabalhista, no caso da prisão do Lula, que foram muito similares. Poderíamos até mencionar que, em alguns pontos, mais agressivos, inclusive, porque, nesta específica manifestação de que estamos tratando aqui, se houve algum tipo de agressão, foi posterior e foi sofrida por um Deputado de direita. Mas, enfim, eu gostaria de indagar à testemunha se ela entende esta distinção: que a Direita não pode fazer, mas a Esquerda pode tudo. Seria essa a distinção que fica clara para V.Exa.?

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - É basicamente isso, doutor. Eu acredito que o razoável, no mínimo, era que o Presidente Hugo Motta poderia colocar uma nova regra após esses atos, e de repente, dentro de uma ideia de advertir todos os Parlamentares — não apenas estes três que estão aqui no Conselho de Ética, mas todos que participaram — que, se ocorresse mais uma vez um ato dessa forma, a partir daquele instante, poderiam ocorrer punições. Agora, se ocorreram fatos anteriores e não houve nenhum tipo de abertura de procedimento para se punir Parlamentares que agiram de igual forma, então fica muito claro, e o sentimento é de injustiça, de balança desigual. Naturalmente, ninguém se sente agrado, representado com tamanha falta de equidade e de justiça por parte do Presidente da Casa de realmente tratar dessa forma desigual aqueles que têm um espectro, que pensam, que têm uma visão de mundo de



direita, diferentemente dos de esquerda. Recentemente, fatos muito mais graves foram praticados por Deputados de esquerda, como o senhor bem mencionou. Inclusive, dentro do próprio ato desse dia de ocupação da Mesa, a Deputada do PT agrediu fisicamente um Parlamentar, no caso, o Deputado Nikolas; outros casos de violência física foram registrados por Deputados de esquerda contra Deputados de direita; e até hoje nós aguardamos; não houve nenhum tipo de punição. Então, realmente nos causa espanto, estranheza e, inclusive, indignação ver essa forma, esse tratamento desigual com Parlamentares, sendo que cada um tem o mesmo voto, tem o mesmo peso na hora da escolha do Presidente da Casa. Então, inclusive, até se, de repente, alguém não votou com ele, é injusto ele, hoje, sendo Presidente da Casa, tratar dessa forma um fato que já ocorreu por diversas vezes aqui na Câmara Federal.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Eu vou caminhando aqui para o final, mas, até aproveitando V.Exa., até pela condição mencionada de 25 anos na Polícia Militar — a gente sabe da instituição e da conduta dos que ali exercem atividade —, em um testemunho, pela narrativa de V.Exa., houve um revezamento de funções, perfeito? Dentro desse revezamento de funções e dentro dessa questão existente, dessa experiência de V.Exa. de 25 anos na Polícia Militar, o senhor notou que alguma dessas funções pudesse ter uma característica irregular, ilegal, que poderia colocar a conduta de um Parlamentar em risco dentro dessas funções em que os Deputados faziam de revezamento?

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Em nenhum instante, doutor. Eu, como eu disse e repito, os três, de forma específica, os três Deputados que estão aqui sendo representados e todos os demais que estavam participando daquele movimento... Eu me sinto muito honrado de ter ombreado com eles, de ombrear com eles. São homens e mulheres que de fato têm compromisso com a Nação brasileira. Se pegar o histórico desses Parlamentares, são fichas limpas: não respondem por corrupção, por lavagem de dinheiro, entendeu? Então, de fato, é isso que nos causa estranheza. Parece que você tem que se aliar ao sistema



para, de fato, não ser perseguido nesta Casa. Isso nos entristece muito. Eu vim... Como eu digo, passei boa parte da minha vida, metade do meu tempo de vida, dentro de uma guarnição de polícia, combatendo o crime, lá no Rio Grande do Norte, cumprindo o juramento que fiz de proteger a sociedade, se preciso for, com risco da própria vida. E, quando Deus nos trouxe aqui à Câmara Federal para representar o povo do Rio Grande do Norte, o povo brasileiro, de fato, eu não imaginava nunca que eu chegaria aqui em um momento tão delicado nesta Casa, um momento de instabilidade institucional, de inversão de valores. Mas eu repito: foi para esse tempo que Deus nos constituiu. É triste quando a gente vê a situação da Deputada Carla na Itália; a situação do Deputado Eduardo Bolsonaro; do Delegado Ramagem, um homem que, com mais de 15 anos, quase 20 anos combatendo o crime organizado, é o terror do crime organizado como delegado federal, de Polícia Federal, e hoje está fora do País porque está condenado a 16 anos de prisão em um País onde a gente vê tanto corrupto, tanto bandido sem futuro, seja aquele "rabo fino", como a gente diz, que é com arma na mão, seja o do colarinho branco, solto, aprontando, fazendo tudo que não presta. Então, essa inversão de valores não nos causa espanto, mas eu tenho dito: vamos segurar firmes. Eu creio que Deus vai dar vitória, a gente vai conseguir mudar esse quadro e a gente vai poder restabelecer, se Deus quiser, a normalidade, o mínimo possível, em nossa Nação.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Perfeito. Para finalizar aqui, dentro desse revezamento das funções que ali existia, que o senhor falou que todas eram ali... não tinha nenhum tipo de ilegalidade, então, só para a gente pontuar mesmo, teria alguma função dentro das que foram estabelecidas que o senhor falaria: *"Não, isso eu não faria"*, ou todo mundo poderia fazer de maneira tranquila?

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Não. Todas as funções ali, todos os Parlamentares... Como eu disse, nenhum deles exerceu ou teve quebra de decoro ali de forma muito séria, com muita responsabilidade com a Nação, com



esta Casa aqui. Eu tenho certeza que se tem algo que desabona ou que envergonha o Congresso Nacional, a Casa, a Câmara Federal, tenho certeza de que não foi a conduta de nenhum daqueles Parlamentares que participaram daquele movimento. Muito pelo contrário, um dia a história vai contar... E eu tenho sempre dito quando subo à tribuna: meus heróis não morreram de *overdose* nem foram presos por corrupção. Então, todos esses Parlamentares que estiveram ali naquele movimento, eu tenho certeza, tenho muito orgulho de ombrear ao lado de todos eles.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Eu queria agradecer aqui a participação da testemunha e devolvo a palavra para o Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Obrigado, Dr. Eduardo Moura.

Passo a palavra ao Deputado Marcel van Hattem ou ao seu advogado, Dr. Chiquini, para inquirirem a testemunha.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Obrigado, Sr. Presidente. Quero primeiro cumprimentar o Sargento Gonçalves. Quero agradecer-lhe pela honestidade, compromisso com a verdade, por ter se colocado à disposição para vir esclarecer os fatos. Seu depoimento foi extremamente cirúrgico e já clareou bastante o que realmente ocorreu. Só me faltou um ponto aqui, Sargento, se o senhor puder esclarecer para nós: da posição em que o senhor estava naquele dia, houve alguma ordem direta do Presidente Hugo Motta a qualquer um dos Parlamentares da Oposição naquele dia?

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Praticamente a todo instante... Inclusive quando o Presidente subiu ali à mesa, ali ao local das cadeiras, em nenhum momento eu vi o Presidente dar nenhum tipo de ordem direta a nenhum dos Parlamentares.

O SR. JEFFREY CHIQUNI - Sr. Presidente, quero agradecer ao Sargento, parabenizar pelo trabalho, pelo trabalho incansável que o senhor fez nesse ano.



Acompanhei a sua luta neste ano e te agradeço mais uma vez pela tua honestidade.

Presidente, com muito respeito, devolvo a palavra sem mais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Obrigado, Dr. Chiquini.

Deputado Marcel, V.Exa. quer fazer uso da palavra?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Da mesma forma, serei brevíssimo, Sr. Presidente, agradecendo também a participação do Deputado Sargento Gonçalves, que aliás também deve estar, como todos nós, cansado, porque ele está aqui desde o início acompanhando as outras oitivas e tem sido um exemplo daquilo que nós estamos defendendo também ao longo desses últimos meses, desde o ocorrido, em agosto: que foi um grupo que fez tudo unido. E, talvez, o maior exemplo de todos é o do Deputado Sargento Gonçalves, que não arredou o pé tanto de estar ali conosco no momento da ocupação como depois, durante este processo que nós estamos enfrentando, que é muito injusto. Mas Deus sabe das coisas, e a gente vai, sem dúvida nenhuma, Deputado Sargento Gonçalves, superar isso. Eu queria só lembrar... Até para contribuir com o Relator, quando ele pergunta se foi antirregimental o que nós fizemos durante aquele período, eu quero lembrar que foi proposto um projeto de resolução — esse projeto foi protocolado no dia 19 de agosto de 2025 com o número 63 —, Deputado Sargento Gonçalves, justamente para evitar que ocorresse uma nova manifestação nos moldes daquela que nós tínhamos realizado. Pelo menos essa foi a justificativa apresentada pelo Presidente. Se nós recuperarmos também as matérias na imprensa, dirão a mesma coisa. E ainda que possa pairar um pouco de dúvida sobre a redação, entende-se, na inclusão do inciso XII, art. 5º, que era esse tipo de manifestação que nós fizemos que esse projeto de resolução, Sr. Relator, quer evitar no futuro. Diz o inciso XII dessa resolução: *"Impedir ou obstaculizar, por ação física ou por qualquer outro meio que extrapole os limites*



do exercício regular das prerrogativas regimentais, o funcionamento das atividades legislativas". Então, Sr. Relator, aqui também xeque-mate! Para onde a gente olhe, não tem condição de haver, Dr. Chiquini... O senhor é meu defensor, mas aqui, sem dúvida nenhuma, faço também a minha autodefesa: não há nenhuma hipótese de condenação neste processo, porque o próprio projeto de resolução proposto pela Mesa quis passar a impedir ou a evitar eventos semelhantes àquele que nós realizamos dali para frente, ou seja, não havia nada que impedisse anteriormente. Então, quando o senhor pergunta se era regimental ou não ao Sargento Gonçalves, e ele dá uma resposta que não fica tão clara quanto a proposta que foi apresentada pela Mesa e que diz, no próprio escopo da sua justificação que a intenção era clarificar, segundo... E aí eu posso discordar, porque eu acho que, mesmo assim, vai continuar sendo prevista — e, aliás, permitida, na minha opinião — qualquer resistência pacífica, qualquer manifestação que não extrapole os limites da ética, etc. Mas diz aqui que a intenção da proposta é: *"medida imperativa para a clareza normativa, a efetividade regimental e a defesa"*, enfim, *"da ordem, da soberania institucional"*, e assim por diante, *"da Câmara dos Deputados"*. Então, eu gostaria de saber, Sargento Gonçalves, se o senhor tem conhecimento dessa matéria apenas que eu acabei de trazer e se o senhor concorda que, se não havia antes nada no Regimento que precisasse ser clarificado em uma resolução futura, não há motivo nenhum para punir aqueles que fizeram aquela manifestação, aliás, junto com V.Exa.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - O senhor esclareceu de forma brilhante. Eu acho que a resposta fica redonda aí para o Relator, contribuindo, inclusive, com a conclusão do relatório do Deputado Moses, com todo o respeito. Mas, de fato, se, após o evento houve a necessidade dessa resolução, no caso, essa emenda ao Regimento Interno, fica muito claro que o Regimento, em nenhum momento, previa algum tipo de irregularidade de os Parlamentares realizarem esse tipo de manifestação. E prova é que, em outros momentos da



história — em 2017, em 2018, como foi citado pelo advogado do Zé Trovão —, fatos ocorreram aqui dentro da Casa, e nenhum Parlamentar foi punido.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Vou aproveitar o ensejo só para concluir essa parte dessa pergunta. Depois eu lhe devolvo, e pode fazer até as considerações finais. O senhor é policial militar, certo? O senhor pode prender em flagrante alguém por um ato que não é descrito como crime na lei?

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Jamais.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O senhor pode estabelecer qualquer tipo de punição a um cidadão por algo que não está previsto em regulamento, lei, Constituição?

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Jamais. Inclusive, dentro do Direito, se a lei foi criada depois, a lei não pode retroagir para punir o indivíduo. No caso, ela retroage se for para beneficiar. Então, dentro desse critério, se, após os atos ocorridos, foi criada essa emenda ao Regimento, tipificando, no caso, essa conduta como uma quebra de decoro, jamais poderia retroagir, seguindo as normas do Direito, para prejudicar, de repente, aqueles que estão como representados.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Xequemate, Presidente. Xequemate, Relator. Diz a Constituição, inclusive, no inciso XXXIX do art. 5º: *"Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal"*. Portanto, eu me dou satisfeito com o depoimento do Deputado Sargento Gonçalves como testemunha, certo da nossa absolvição e arquivamento do caso.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Presidente, só fazer aqui um questionamento, até para questão de consenso. Por várias vezes foi colocado aqui sobre situação de outros Parlamentares que cometeram algo similar — não posso afirmar se foi igual ou mais ou menos importante. Mas, por exemplo, no caso do Deputado Glauber Braga, inclusive, várias testemunhas e Deputados que estavam aqui não concordaram com o tipo de ocupação que foi feito. Quando V.Exa., Deputado Marcel, coloca essa situação da resolução que foi proposta,



mas que está em análise — não foi aprovada ainda —, então, no seu pensamento, os atos cometidos similarmente com obstrução física ou com ocupação da cadeira, eles não estariam passivos ao nosso Regimento atual da Câmara?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Excelente pergunta, Sr. Relator. É aí exatamente que reside a diferença. E tenho certeza que é por isto que o senhor faz a pergunta: para poder deixar muito claro no seu relatório que, no caso do Deputado Glauber Braga e de outros Parlamentares de esquerda, há violência; há, durante a realização da reunião já aberta, uma usurpação dos trabalhos do Presidente; há, ainda, uma afronta aos servidores da Casa. E eu repito que a Deputada Camila Jara agora também é objeto de representação nossa porque, semelhantemente, fez um ato de violência contra um servidor da Casa, e o Deputado Glauber Braga, da mesma forma. E obviamente, Sr. Presidente — e isso encerra a nossa argumentação aqui —, a diferença é que, no caso dessas manifestações de esquerda, nós vemos um prejuízo inclusive material para a Casa. Olha o que aconteceu na última manifestação do Glauber, em que se quebraram computadores. Foram feitas já outras manifestações nesta Casa em que se quebraram portas de vidro, e ainda assim, muitas vezes, não há punição nenhuma, do que aí eu discordo. Por exemplo, nós tivemos manifestações aqui do próprio MST em que quebraram e invadiram este Parlamento. Eu não me lembro de um Deputado que ajudou a insuflar — porque a gente sabe que esses movimentos são insuflados por Parlamentares — que tenha enfrentado qualquer tipo de punição decorrente daquela invasão feita pelo MST aqui na Câmara. Então, eu agradeço ao Relator. Acho que fica muito clara a diferença entre ambos os casos. É por isso que neste caso foi proposto o projeto de resolução. Mas também é importante lembrar que só foi aprovada a urgência, Sr. Relator. Até hoje não foi aprovado o texto principal, o que me leva à conclusão também que se hoje ocorresse não uma manifestação como a do Glauber, que inclusive será objeto de representação pelos motivos que eu já elenquei, mas uma nova manifestação de obstrução pacífica, igualmente esse movimento de



ocupação, se não tiver nenhum tipo de ato violento, atentatório contra os servidores e assim por diante, igualmente não poderá ser objeto de qualquer tipo de sanção. Obrigado, Presidente.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Estou contemplado, Presidente.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Obrigado, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Muito bem, Relator Deputado Moses Rodrigues.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito membro deste Conselho de Ética, o Deputado Rodrigo da Zaeli. *(Pausa.)*

Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio. *(Pausa.)*

Ausente.

Vou conceder a palavra aos Deputados que não são membros.

Concedo a palavra ao Deputado Evair Vieira de Melo. *(Pausa.)*

Ausente.

Concedo a palavra ao Deputado Rodolfo Nogueira. *(Pausa.)*

Ausente.

Concedo a palavra à Deputada Adriana Ventura. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira fazer o uso da palavra, eu declaro encerrada a oitiva do Deputado Sargento Gonçalves.

Agradeço a V.Exa. por se dispor a vir aqui testemunhar no Conselho de Ética. Muito obrigado, Deputado Sargento Gonçalves.

Muito bem. Vamos para a nossa última testemunha arrolada pelo representado Zé Trovão.

Eu registro a presença do Deputado Alberto Fraga, testemunha arrolada pelo Deputado Zé Trovão.

Deputado Alberto Fraga, agradeço a disponibilidade de V.Exa. perante este Conselho de Ética. *(Pausa.)*



Passo a palavra ao Relator, Deputado Moses Rodrigues, para inquirir a testemunha.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Presidente.

Eu queria iniciar já perguntando ao Deputado Fraga se, no dia 6 de agosto de 2025, V.Exa. se encontrava no plenário e, se se encontrava, em qual local do plenário V.Exa. estava.

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Eminente Relator, eu participei do movimento desde o início. Ficamos a madrugada, nos revezamos. Inclusive foi motivo de um discurso meu na Câmara. Basta olhar as notas taquigráficas que eu disse que fiquei no plenário até o momento em que nós tiramos uma fotografia com todos os participantes. Lembra? A partir dali, o Sóstenes disse assim: "*Não, está tudo resolvido, e vamos para casa*". E eu fui para casa. Quando eu cheguei a casa, tomei meu banho, é que eu vi a confusão lá no plenário. E confesso a V.Exa. que eu me arrependi profundamente de não estar lá. Não estava no momento desse entrevero que aconteceu. Não estava. E eu fui... Depois da decisão do Presidente de apenas relacionar três Parlamentares, eu pedi para ser incluído, porque eu não achava justo. Participamos desde o início, e, no momento exato, eu não estava presente. Por isso até eu comentei com o Zé Trovão. Falei: "*Olha, eu vou lá com o maior prazer, mas, verdadeiramente, no momento em que dizem que o Presidente Hugo Motta foi impedido de assumir ou de subir na tribuna, eu não estava no plenário*".

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - V.Exa. acompanhou pela TV Câmara o momento dos acontecimentos, dos fatos?

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Acompanhei pela TV Câmara.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - V.Exa. estava acompanhando pela TV Câmara quando o Presidente Hugo Motta adentrou o plenário para tomar acesso e assento à Mesa Diretora?

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Deputado Moses, eu só vi quando ele estava lá embaixo e eu vi que tinha alguém conversando com ele. Mas não vi —



pelo menos a TV Câmara não me mostrou — nenhum momento em que houve um impedimento de ele subir até a Presidência da Mesa.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - V.Exa. ficou sabendo, por jornal ou outros Parlamentares, que o Deputado Zé Trovão fez um impedimento físico do acesso do Presidente Hugo Motta?

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Não. O que eu sei é que ele estava fazendo uma *live* e o Presidente estava abaixo dele. Quando ele foi chamado, ele saiu. Então, eu não vi, naquele gesto, nenhum momento em que o Zé Trovão tenha tentado impedir o Presidente Hugo Motta de subir até a mesa.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - V.Exa., após o acesso do Presidente Hugo, e passando, transpondo o Deputado Zé Trovão, ele foi direto para a mesa e ficou por trás do Deputado Marcel van Hattem e do Deputado Marcos Pollon. Nesse momento, V.Exa., pela TV Câmara, verificou alguma insatisfação por parte do Presidente por não ter tido acesso direto à cadeira da mesa?

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Não. Aí, eminente Relator, nesse momento, eu fiquei com tanta raiva, que eu perdi o momento principal, que eu fui tomar banho. Então, eu não vi mais. No momento, foi logo depois, quando ele subiu, eu não vi mais a TV Câmara. Não assisti mais. Por isso que eu fiz a minha manifestação no plenário dizendo que eu não achava justo os três colegas estarem sendo relacionados, quando, na verdade, nós éramos mais de setenta Deputados que participou do movimento.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - V.Exa. entende como regimental a obstrução/ocupação feita pelos Parlamentares junto à mesa, já que havia sessão deliberativa marcada para as 20h30min e também havia uma pauta para ser deliberada pelo Plenário?

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Desde que não haja violência, desde que não haja depredação, desde que não haja truculência, eu acho válido a Oposição se comportar dessa maneira, até mesmo porque eu tenho



acompanhado aqui nesta Casa, durante meus cinco mandatos... A Oposição, quando era o PT, eles faziam coisas piores. As manifestações deles sempre foram violentas, barulhentas, com muito mais, vamos dizer assim, virulência do que a que nós fizemos. Nós não tivemos nada quebrado, um movimento pacífico, não teve nada, não teve... nem atrito com a Polícia Legislativa nós tivemos. A gente sempre manteve a ordem ali dentro do plenário, limpo, não sujamos o local. Enfim, foi uma manifestação, no meu entender, pacífica, ordeira, e que a gente fez porque já estava cansado de fazer os pedidos e a gente ser enganados, protelados os nossos pleitos de votar a anistia e por aí vai.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - V.Exa. entende que um acordo entre os Líderes da Oposição junto à Mesa Diretora não foi cumprido porque não foi pautado, ou não foi cumprido porque não tinha uma data prevista, ou apenas não foi cumprido?

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Não foi cumprido. Não foi cumprido nem na data prevista e não foi pautado de maneira alguma. A gente não sabia uma data. Toda hora o Líder chegava para a gente e dizia: "*Olha, vai ser pautado semana que vem*". Terça-feira a gente esperava, nada. Quarta-feira, nada. Quer dizer, a gente até via no Presidente Hugo Motta uma certa vontade de querer pautar, mas eu não sei que forças estranhas eram essas que ele acabava não cumprindo com a promessa.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - É normal nesta Casa projetos serem transferidos de uma semana para outra, de um mês para outro?

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - É normal, é normal. A pauta pertence ao Presidente. Às vezes, quando há acordo, aí sim, ele passa na frente os projetos, mas as pautas são construídas mediante acordo dos Líderes.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Então, há um entendimento entre todos os Parlamentares que é discricionário do Presidente, prerrogativa do Presidente, depois de discussão com os Líderes, escolher o momento para que ele possa pautar a matéria?



O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Sem sombra de dúvida. Sem sombra de dúvida.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Isso é um consenso pleno entre os Parlamentares.

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Todo mundo sabe que é o Presidente que pauta. Então, isso é que nos deixou aflitos e inquietos, porque ele praticamente marcava, e depois não cumpria. E isso foi acirrando os ânimos. Eu me recordo que, na eleição dele, eu, como Presidente da Frente da Segurança Pública, levei setenta e poucos Deputados para falar com ele. Ele nos prometeu pautar a anistia. Foi uma coisa que nós pedimos. Eu, particularmente, tenho muito respeito pelo Presidente Hugo Motta, mas eu sei que, nisso aí, ele falhou conosco.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Numa Casa tão dividida e polarizada entre Situação e Oposição, V.Exa. consegue imaginar se, por acaso, Parlamentares, ou seja, metade do Parlamento, da Câmara Federal, entender que uma matéria deve ser votada e essa matéria não for colocada, deve-se utilizar dessa metodologia de uma ocupação para que se faça uma obstrução aos trabalhos?

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - A obstrução, ela é válida e é regimental. Eu acho que o instrumento da pressão é o único recurso que a Minoria detém. Não tem outra forma. Nós não temos votos para isso. Nossos votos são insuficientes. Então, a única maneira é pressionar, pressionar com a obstrução. A obstrução que a gente fazia constantemente no plenário não surtia nenhum efeito, porque nós tínhamos aí, no máximo, 120 votos. Então, por isso que nós tomamos a atitude. Aqui, eu quero que fique muito claro que não foi um ato isolado, foi uma decisão em conjunto. A Oposição se reuniu, e dissemos: *"Temos que fazer alguma coisa"*. Por isso que veio a ideia da ocupação pacífica do plenário.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Obrigado, Deputado Fraga.



Neste momento, Presidente, eu encerro meus questionamentos. Se houver alguma outra necessidade complementar, eu farei novos questionamentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Muito bem, Relator, Deputado Moses Rodrigues.

Passo a palavra ao Deputado Zé Trovão e ao seu advogado, o Dr. Eduardo, para procederem aos questionamentos à sua testemunha.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) - Sr. Presidente, eu vou deixar que apenas o meu advogado faça as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Perfeito.

Dr. Eduardo Barros, V.Sa. tem a palavra.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Obrigado, Presidente.

Obrigado à testemunha. Certamente vai ser um testemunho que vai nos ajudar bem aqui a trazer justiça para o presente caso.

Eu inicio aqui com a pergunta, se V.Exa., durante o ato, durante o período em que participou, V.Exa. mencionou que ali, só no finalzinho, não estava, mas, se no período que participou, se V.Exa. poderia descrever a conduta do Deputado Zé Trovão. Em que pese ser um processo contra os três Deputados — o Deputado Pollon, o Deputado Marcel e o Deputado Zé Trovão —, nós estamos individualizando. E tenho certeza que os outros advogados também vão individualizar ali as condutas. Então, por isso que eu pergunto, de maneira inicial, especificamente do Deputado Zé Trovão, se V.Exa. acompanhou a conduta, se houve algo que desabone, qual função que ele costumava exercer dentro dessa ocupação pacífica, como já bem mencionado por V.Exa.

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Doutor, nós ficamos a madrugada inteira, varamos a madrugada, conversando, um ambiente normal entre colegas, uns brincavam, buscavam lanche. Eu acho que o Zé Trovão chegou lá com lanche. Não sei quem é que chegou com pão de queijo. E era esse o nosso ambiente. Não tinha... não teve absolutamente nada. A gente estava ali



revezando: "Ó, *chegou a hora*". A gente até brincava. Era de duas em duas horas que a gente estava revezando. E eu até brinquei, estava lembrando do meu tempo de quartel, que a gente chegava e tinha esse negócio de troca de horário.

(Não identificado) - Revezamento.

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Revezamento. (*Riso.*) E o Zé Trovão, ele tem esse comportamento amistoso com todos nós, camarada. Não tem... não há razão... não houve absolutamente nada. Da mesma forma o Marcel van Hattem também e o Marcos Pollon. Então, a gente brincava entre nós. Não teve nada, absolutamente nada, assim, nenhum ânimo, nenhum dia... Não teve um deles que dissesse assim: "*Não, nós temos é que engrossar aqui realmente*". Não, nada, a gente só ficava lá brincando, para fazer o tempo passar, porque a gente tinha que varar a noite toda. Mas não houve absolutamente, assim, nada que eu pudesse destacar como... de forma negativa da conduta dos três Parlamentares.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Perfeito. Também agora, especificamente nessa questão dos três Parlamentares, é de conhecimento geral, inclusive V.Exa. acabou de mencionar que aguardou ali, que teve uma foto com todos os integrantes, então nós podemos ali falar em dezenas de Deputados, senão 1 centena. No julgamento de V.Exa., um Deputado tão experiente, o que V.Exa. imputa estarem apenas os três sentados e respondendo esse procedimento nesse respectivo Conselho de Ética?

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Por uma razão óbvia. Esses três Deputados são Deputados muito atuantes, contundentes nas suas posições, defendem suas posições firmes, são combatentes. Eu diria que foram pego de bode expiatório. Se eu fosse decidir quem é que deveria estar nesse processo, eu pegaria a fotografia em que todos participaram e ali fazia a representação de todos, e não escolher a dedo Zé Trovão, van Hattem e Marcos Pollon, exatamente por causa dos posicionamentos deles, que são posicionamentos firmes e, evidentemente, contra o atual Governo.



O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - A gente tem um dado aqui. Em que pese V.Exa. ter mencionado que, na hora da entrada do Presidente Hugo Motta, o senhor não estava presente, até pela vasta experiência de V.Exa., eu gostaria de fazer uma reflexão e ver o posicionamento que V.Exa. entende. Nós temos comprovadamente nos autos o ingresso do Presidente Hugo Motta às 22h14min. E nós temos a abertura da sessão às 22h24min. Pergunto eu porque esse processo, ele fala mais sobre isso. Seria possível que, em 10 minutos, alguém que entre, imagino que, num dia normal, ele cumprimente, converse, dê um alô, ou será que, em 10 minutos, o mundo realmente poderia acabar, de um não ceder a cadeira, o outro não sair também da cadeira, o outro obstruir, nível de ofensa lá em cima? O senhor acha que é possível, em um lapso temporal tão curto, ter tantos eventos que colocariam em risco, que levariam um ato para um Deputado ser suspenso?

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Eu acredito que não, até mesmo que, se nós verdadeiramente tivéssemos o sentimento do Glauber Braga, por exemplo, ou de várias pessoas, Deputados da Esquerda que já ocuparam a mesa... Não foi a primeira vez que ocuparam a mesa, não. Eu já participei de momentos, aqui nesta Casa, de Deputado do PT rasgar a Constituição, jogar na cara do Presidente, as mulheres ocuparam a mesa e não saíram da mesa de jeito nenhum, quer dizer, tudo isso foi feito. O nosso movimento foi pacífico. A prova disso é que, num espaço de tempo curtíssimo, se resolveu o problema. Em 10 minutos, o Hugo Motta assumiu a Presidência e abriu a sessão normalmente. Então, se fosse pela truculência, aí ele não teria aberto de jeito nenhum.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Perfeito. Eu agradeço muito a oitiva de V.Exa. e vou aproveitar, porque acho que vem no momento certo a nossa última testemunha. V.Exa. tem cinco mandatos aqui na Câmara. Então, eu acho que legitimidade maior é impossível para falar do precedente de outros casos já ocorridos. Eu vou só exemplificar dois: 2017, na reforma trabalhista, ocupação pela Esquerda do plenário; 2018, prisão do Lula, ocupação pela Esquerda no



plenário, com situações muito mais fortes, vamos falar nesse sentido, do que a ocorrida no dia 6. V.Exa. consegue traçar um paralelo ou, pelo menos, tentar nos explicar por que, nessas outras duas, nenhum Parlamentar sentou para responder no Conselho de Ética e, nessa, mais branda, mais urbana, nós temos três grandes Deputados sentados respondendo esse procedimento.

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Pura pressão. Eu acho que nosso Presidente Hugo Motta é um jovem Presidente. Gosto dele, repito. Apoio Hugo Motta. Mas ele tem horas que ele recebe uma pressão muito forte, só Deus sabe de quem, e ele acaba tomando algumas atitudes que a gente não consegue entender. Não era motivo verdadeiramente de esses três Deputados estarem respondendo aqui no Conselho de Ética. Ainda bem, ainda bem que nós temos na Presidência o Deputado Fabio, e o Deputado Moses, que eu reputo que tem equilíbrio, tem serenidade. E eu tenho certeza absoluta que é mais um processo. Nós estamos aqui não vou dizer nem perdendo tempo, mas, sim, de uma certa forma, perdendo tempo, porque já enfrentamos coisas bem piores nesta Casa e que não vieram para o Conselho de Ética. Então, graças a essa serenidade do Moses e do Fabio, eu tenho certeza que os Parlamentares não poderão sofrer qualquer tipo de punição. Até mesmo que deveriam então cobrar de muita gente aí, que não vou ficar aqui citando o nome da Deputada, de forma nenhuma, mas a gente já presenciou coisas aqui absurdas e que, quando a Esquerda faz, parece que a coisa é normal, mas é a Direita fazer, e a coisa se volta contra nós.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Perfeito. Eu vou me encaminhando para o final, mas eu preciso ainda de dois questionamentos. Havia, de uma certa forma ali, um revezamento — já foi falado — em algumas funções para se manter a ocupação de uma maneira tranquila. Dentro dessas, vamos chamar, atribuições, V.Exa. entende que havia alguma atribuição que podia, de uma maneira objetiva, ofender a Casa ou que fosse incompatível com a conduta de um Deputado?



O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - De forma alguma. Como eu disse, não teve um ato ou um episódio que causasse qualquer tipo de transtorno para esta Casa. Eu tenho um excelente relacionamento com a Polícia Legislativa. Em momento algum, algum deles chegou para mim e falou: "*Fraga, eu fui desrespeitado*", até mesmo quando nós nos deslocamos para o Nereu, porque o Presidente Hugo Motta queria fazer uma outra sessão no plenário Nereu Ramos, e nós nos dividimos, viemos para cá, e não houve nenhum atrito, não houve absolutamente nada. Quer dizer, o *animus* do nosso grupo era não deixar que o Presidente Hugo Motta abrisse uma sessão sem cumprir o compromisso que ele fez conosco. Somente isso.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Perfeito. Então, só para finalizar essa questão, para a gente já também terminar aqui todos os pontos que vão nos ajudar, e muito, no nosso procedimento de defesa, dentro dessas atribuições, funções ali chamadas, só para ficar bem claro, tem alguma que o senhoralaria "*não, isso aqui eu não faço porque eu acho demais*" ou faria todas de uma maneira objetiva, como realmente foi?

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - O que foi feito pelo nosso grupo eu faria de novo, porque não vi nenhum mal e não vi nenhuma consequência para, vamos dizer assim, a imagem da nossa Casa. Nós somos oposição, agimos como oposição, mas dentro de um padrão de responsabilidade, e não a violência, não a truculência. Nós fazemos as coisas com gestos, com atitudes, mas apenas dessa forma. A gente não pratica, não usa a violência para conseguir os nossos objetivos.

O SR. EDUARDO BARROS DE MOURA - Perfeito. Eu queria agradecer a participação V.Exa.

Neste ato, devolvo a palavra ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Obrigado, Dr. Eduardo.

Tem a palavra novamente o Deputado Zé Trovão, para inquirir a testemunha.



O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) - Sr. Presidente, quero apenas, em poucas palavras, em pouco tempo, primeiro agradecer ao nobre Deputado Alberto Fraga, uma das referências mais antigas desta Casa, um homem que combateu o crime organizado aqui no Distrito Federal com unhas e dentes. Foi um exemplo durante toda a sua trajetória dentro da polícia, um dos homens mais aguerridos dentro da polícia, conseguiu trazer paz a bairros perigosos aqui. Ombrear-nos com pessoas assim nos deixa muito orgulhosos.

Acho que as perguntas foram suficientes. Eu quero só mais uma vez ressaltar que o que nós queremos é apenas que esse processo ocorra da maneira certa. Não estou dizendo que os senhores estão o fazendo da maneira errada, mas a maneira como o Presidente permitiu que isto estivesse acontecendo não está certa. Se querem punir, punam todos, não pincem pessoas pelo espectro ideológico.

Ressalto que o que o Deputado Fraga disse é verdade, a violência sempre veio do lado esquerdo, e a Esquerda sempre passou aqui de boa. Queimaram Ministérios, invadiram esta Casa, feriram mais de cinquenta agentes de segurança, e está tudo certo. Quando nós fazemos manifestação em prol do povo — fique claro isto, do povo! —, de pessoas que estão encarceradas ilegalmente, a reação é outra.

O Ministro Alexandre de Moraes nada mais é do que um carrasco. Tem que ser preso, tem que perder o mandato de Ministro da Suprema Corte, melhor dizendo, tem que perder o cargo de Ministro da Suprema Corte — ele não tem mandato, não recebeu votos de ninguém. Ele tem que sair daquela cadeira e ser preso, pelos crimes que cometeu. Hoje ele condenou uma pessoa, o Filipe Martins, e não tem provas de uma viagem, que o cara não fez.

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Todo mundo sabe que o cara não viajou.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) - Eu já cansei de dizer, Alexandre de Moraes é a fotocópia de Adolf Hitler! É a fotocópia desse cara! Eu nunca vi um cara tão



maníaco como esse, a não ser Adolf Hitler, na Segunda Guerra Mundial. Parece que estamos brincando, mas não. Estamos vendo o embaraço. Eu escuto muita gente dizer isto, Deputado Fraga, Deputado van Hattem: *"Ah, mas está tudo muito polarizado. A Direita polarizou"*. A Direita polarizou o quê? A Direita entrou nesta Casa para colocar ordem na bagunça que a Esquerda criou a vida inteira! Digo a eles que isso aqui não é chiqueiro para cachaça ficar comendo lavagem, não. Esta é a Casa do Povo! Os nossos interesses aqui não são nossos, são do povo.

São poucos que agem assim, a exemplo do Deputado Moses, Relator, que tem uma atuação brilhante no seu Estado; a exemplo de V.Exa., Presidente, que é um Deputado, junto comigo, de Santa Catarina e me dá orgulho da sua pessoa por tudo o que tem feito e faz pelo Estado, e não está no primeiro mandato, tem uma trajetória. Nós temos esse compromisso. Digo neste Conselho que eu faria tudo de novo, se fosse pelas pessoas, da maneira que foi feita, de maneira ordeira, educada e respeitosa.

O Deputado Hugo Motta teve o meu voto, e, hoje, eu me arrependo de ter votado nele. Eu poderia ter dado o meu voto para o Deputado Marcel van Hattem, e não o fiz. No dia em que ele me ligou, eu disse a ele: *"Van Hattem, eu vou votar em você"*. E eu recebi uma ligação pedindo para votar nele, porque ele ia votar o projeto da anistia. Eu recebi essa ligação. V.Exa. sabe de quem a recebi, e não vou expor essa pessoa aqui, porque a pessoa que me ligou não está nem podendo falar, nem andar em casa, porque nem em casa está mais. *"Vote no Deputado Hugo Motta porque nós fechamos um acordo, ele vai votar a anistia para o povo. Não é nem para mim, é para o povo"*, essas foram as palavras. Eu tive que desonrar a minha palavra com o Deputado van Hattem, com muito aperto no coração, e votei no Deputado Hugo Motta. Eu nem vou falar coisas aqui de ligação que recebi logo depois do ato. Não vou falar. Não vou ficar expondo isso. Quando eu tiver que falar, vou falar diretamente ao Deputado Hugo, o que ele conversou comigo e quais são os planos hoje. Então, o que nós queremos aqui é simplesmente que as pessoas entendam que eu não vou baixar a cabeça, que eu



não vou mudar a minha posição de defender o meu País em nenhum momento, seja aonde for. Eu fazia isso na rua. Eu trancava era rodovia, não era Plenário de Câmara, não. Plenário de Câmara é nada perto do que é uma rodovia, não é nada, porque aqui nós não somos autoridade, nós somos instrumentos de uma autoridade que está lá fora. Quem está lá fora que é a autoridade, é o povo que nos elege que é a autoridade. Art. 1º da Constituição: todo o poder emana do povo, exercido pelos seus legítimos representantes, eleitos. Então, eu não me arrependo. Me arrependeria, sim, se eu tivesse sido truculento com alguém, como foi Camila Jara com o Nikolas Ferreira, como foram vários Deputados do PT, que teve um que me chamou para a porrada. Eu olhei para a cara dele, Presidente, e disse assim: *"Deputado, eu, com as duas mãos amarradas e com os dois pés amarrados, eu bato no senhor. Faz isso, não. Aqui não, filho, aqui derruba boi todo dia"*. Então, não existe isso. Eu falei para ele: *"Fique na sua, é nossa..."* Ainda fui educado, tirei a fita e falei: *"Fique na sua, é nosso momento. Quando vocês estavam aqui em cima, ninguém estava aqui chamando vocês para a porrada"*. E isso também deveria estar exposto: o tanto que eles instigavam para que houvesse... Eu fiquei lá embaixo — e vai ser minha última fala antes de encerrar —, fiquei lá embaixo para que nenhum Deputado de esquerda subisse e começasse uma briga generalizada. Todos que vieram — e tem testemunhas — todos que vieram, eu falava: *"Deputado, não, não, não, por favor! Eu não vou deixar o senhor passar. Fica aqui embaixo, vai dar briga"*. Sabe o que eles me respondiam, sabe o que eles falavam para mim? *"Não vou, porque você está pedindo. Você é um cara educado."* E voltavam. Porque eu só queria que eles entendessem que a gente não queria deixar aquilo virar a aberração que virou semana passada, com aquele idiota do Glauber Braga. Então, se for falar para justiça ser feita aqui, é arquivar o processo. Essa é a única justiça que eu vejo para ser feita nesse Conselho de Ética. E será arquivado através do voto, porque nós temos certeza absoluta que nenhum Parlamentar coerente vai votar para cassar quem não cometeu crime, quem não fez nenhuma aberração. Terminamos



a nossa manifestação — a Direita é bom por isso —, estava a cadeira limpa, não tinha um papel de bala no chão, e a paz reinou. E ainda ficamos do lado do Presidente Hugo Mota, mais uma vez apoiando ele, mesmo ele mentindo para nós, mesmo ele mentindo para nós, porque demorou-se meses para que ele votasse um requerimento de urgência de um projeto de anistia e colocasse um projeto de dosimetria e empurrasse goela abaixo do povo. Eu votei favorável a esta porcaria dessa dosimetria, porque pelo menos o povo brasileiro ia para casa. Já não vai mais. Era para ir no Natal. Esse não era o acordo? De votar no Senado, e o povo ir para casa agora no Natal? Não vão para casa. Mentiram, mais uma vez, para nós. Então, eu repito — e encerro a minha fala: se eu precisar ficar acampado no Plenário da Câmara ou se eu precisar colocar 10 mil caminhões em Brasília, conte comigo.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Muito bem, Deputado Zé Trovão.

Eu passo a palavra agora ao Deputado Marcel van Hattem e ao seu advogado, Dr. Chiquini, para inquirirem a testemunha.

O SR. JEFFREY CHIQUINI - Sr. Presidente, eu agradeço. Não tenho perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Presidente, eu tentarei ser breve aqui.

Agradeço à testemunha, o Deputado Alberto Fraga, que aliás é um Deputado muito respeitado aqui nesta Casa, com cinco mandatos parlamentares, testemunha do Deputado Zé Trovão, que fez uma narração muito correta de como as coisas têm funcionado aqui nesta Casa Legislativa.

A gente espera, Deputado Fraga, que isto mude. Não é possível que um lado do espectro político tenha privilégios e o outro lado tenha uma verdadeira



perseguição e até, como foi dito mais cedo por outra testemunha, uma intenção de calar a sua voz. Então, eu queria lhe perguntar sobre o ocorrido na volta do recesso em agosto, se o senhor percebeu, naquela nossa manifestação, de quaisquer um dos membros da ocupação, algum tipo de intuito violento ou algo que pudesse parecer com aquilo que a Esquerda já fez no passado aqui nesta Casa.

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Absolutamente nada! Não teve absolutamente nenhum ato, não teve um enfrentamento com aqueles que são pagos para manter a nossa segurança aqui, que é a Polícia Legislativa. Não houve um ato sequer, não houve uma discussão sequer, não houve nada. O plenário foi fechado, a gente chegou de madrugada, entrei pela porta lateral, e não teve absolutamente nada, nada, nada, nada que pudesse, assim, que merecesse qualquer tipo de reparo. Então, eu acho e volto a dizer que foi um ato de obstrução. Era o único instrumento que nós detínhamos para poder fazer com que o Hugo Motta nos ouvisse. Então, foi a única maneira. Mas sem violência.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E o senhor tem conhecimento de que, no Senado da República, também foi organizada uma ocupação semelhante?

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Foi! Houve uma manifestação. Lá eles inclusive se acorrentaram.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O senhor chegou a ir lá?

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Fui lá. Fui.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O senhor viu?

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Eu vi, eu vi, eu vi. Ainda brinquei e falei bem assim: "*Olha, nós não vamos fazer isso na Câmara, não*". Porque até alguém deu a ideia: "*Vamos usar a corrente*". "*Não, não precisa disso*." Eu acho que a nossa manifestação já foi por demais, vamos dizer assim, causou o que nós queríamos que causasse, que era chamar a atenção do Presidente e de todos do País, porque a gente estava lutando para poder ver se conseguia tirar da cadeia



peessoas inocentes. Então, o Senado, se eu não me engano, foi desmanchar a manifestação deles 1 dia após a nossa. Então...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - É verdade. Eles continuaram em obstrução depois que nós tínhamos já...

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Continuaram.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Foi um detalhe que ainda não tinha aparecido aqui. Foi bem lembrado por V.Exa. Então, depois que terminamos a nossa obstrução ou ocupação, melhor dizendo, seguia no Senado da República?

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Foi. Continuou lá. E depois é que eles encerraram.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E o senhor tem conhecimento de alguma reprimenda do Senador Davi Alcolumbre quanto àquela manifestação?

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Absolutamente nada.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Ou qualquer tipo de...

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Nada!

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - ...processo contra os Senadores que participaram?

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - No Senado, não houve absolutamente nada, nenhuma admoestação nem advertência. Não houve nada, nada, nada.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E por que o senhor acha que, na Câmara, está acontecendo esse movimento e, no Senado, não houve nada?

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Foi o que eu disse aqui. Embora eu tenha um certo apreço pelo nosso Presidente, mas eu acho que o nosso Presidente sofre pressão, pressão externa. Não tenho dúvida nenhuma. Não foi iniciativa do Deputado Fabio nem tampouco do Moses. Esse processo veio para cá por iniciativa do Presidente. Eu acho que é aí aonde vem a Esquerda pressionando, pressionando ele, pressionando ele: *"Isso não pode ficar assim. Isso não pode ficar assim"*. E ele acabou mandando o processo para cá. Agora,



esperamos também agora, na mesma linha, se mandou três Deputados que não fizeram, que não praticaram violência, ele tem que, no mínimo, mandar a da Deputada Camila Jara, que agrediu — por duas vezes, não é? —, agrediu o Nikolas e, recentemente, agrediu o nosso Secretário-Geral da Mesa. Tem que ser dois pesos...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O senhor disse que ele sofreu pressão externa. De quem ele teria sofrido pressão externa, o Deputado Hugo Motta?

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Ah, eu prefiro dizer que é uma eminência parda aí e pressão externa. A gente sabe que o Presidente Hugo Motta decide algumas coisas para nós e, de repente, ele muda o posicionamento. Eu acho que é o Governo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O senhor continua frustrado porque não está sendo pautada a anistia na Casa?

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Continuo, claro, eu, como qualquer um outro. Nós sabemos que a anistia é para reparar injustiças que foram praticadas. O que me deixa com o coração apertado é que a gente está vendo as coisas acontecendo no País e a gente não tem para quem reclamar. A gente vê esse escândalo mesmo do Banco Master, onde vê uma esposa de um Ministro com um contrato de 129 milhões de reais. E fica por isso mesmo? Depois, a gente vê o Ministro Toffoli viajar no jatinho de um advogado do Banco Master e, quando volta de viagem, ele decreta sigilo das operações. Agora parece que voltou atrás. Quer dizer, não dá para... Tem horas que eu acho que, em qualquer — acho não, tenho certeza —, não é em qualquer país sério, não, em qualquer país do mundo, isso não estaria acontecendo o que está acontecendo no Brasil.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O Presidente Hugo Motta deu declaração à imprensa de que a anistia estaria superada depois de votar a dosimetria. Eu queria entender, na opinião de V.Exa., se, na sua opinião, o compromisso que ele fez com aqueles que votaram nele para Presidente da



Câmara, de votar a anistia, realmente já está superado e cumprido, ou o senhor ainda espera que esse projeto venha a ser pautado e aprovado na Câmara dos Deputados?

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Eu acho que foi pautada a dosimetria porque, depois do posicionamento do Presidente Bolsonaro, ele aceitou, então, aquela situação para poder salvar, colocar... Foi isso que foi vendido para nós: que, no Natal, mais de cem pessoas iriam passar o Natal em Casa. E isso não aconteceu. Então, hoje eu digo e confesso que, pelo que eu estou vendo, pelo andar da carruagem, nós não vamos aprovar nem a dosimetria, porque o Senado já colocou lá o pé na porta, dizendo que a CCJ não vai votar, etc. e etc. Quer dizer, todo o esforço que nós tivemos foi por água abaixo. Quer dizer, abre-se mão da anistia ampla, geral e irrestrita, e a gente tenta salvar aqueles — o pipoqueiro, o sorveteiro — e não vai salvar ninguém. Pelo que eu estou vendo, pelo andar da carruagem, não vai salvar ninguém. Por quê? Por quê? Aí é onde eu acho que o Hugo Motta peca. Quando faz o acordo conosco aqui e decide votar, tem que combinar o jogo lá com o Alcolumbre. Já é a segunda vez que o Alcolumbre deixa a Câmara com a brocha na mão, a segunda vez. Aí o PT foi para as ruas, fazer manifestação contra a dosimetria. Um fiasco, não teve nada. Mas é incrível como é que pessoas não conseguem se sensibilizar ao saber que um morador de rua está preso, que o pipoqueiro está lá preso. Eu, por diversas vezes, Marcel van Hattem, eu fui ali em frente ao QG do Exército, por diversas vezes, e o que eu via lá eram pessoas do bem. Não tinha aquele *animus* que apareceu na manifestação. Não quero entrar em detalhes, mas eu, pela minha experiência de policial de rua, aquelas pessoas que estavam em frente ao QG do Exército certamente não foram as mesmas pessoas que quebraram, invadiram, fizeram o que fizeram dentro do Palácio da Alvorada... do Palácio do Planalto e Praça dos Três Poderes. É isso. É lamentável a gente ter que aceitar. Eu não tenho explicação para os meus eleitores quando perguntam: "*Rapaz, o que é que a gente vai fazer?*" É ato em cima de ato arbitrário. A Constituição está sendo



rasgada, vilipendiada a todo instante. É aí onde nós temos que relembrar o ditado do Ruy Barbosa: que a pior ditadura é a do Judiciário; você não tem a quem recorrer. E eu brinco sempre quando alguém falava: "*Não, vai recorrer*". Eu digo: "*Olha, você brigar com o Judiciário?*" Aí é uma turma, e vai recorrer para o pleno. É a mesma coisa de você brigar com a sua mulher. E vai recorrer com a sogra? (*Risos.*) A gente vai perder do mesmo jeito... Ah, é? Você é um felizardo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Presidente, quanto à manifestação da testemunha, eu estou satisfeito.

Quero apenas acrescentar algumas poucas palavras agora ao final deste dia, que foi um dia muito proveitoso, diferente da quinta e da sexta-feira, apesar de termos aprendido a fazer muitas questões de ordem aqui e, de fato, termos conseguido o objetivo, que era realizar as oitivas no dia de hoje.

Era isto que nós pedíamos desde o início, Deputado Fraga: que nós fizéssemos, no dia de hoje, as oitivas, para fazê-las com tranquilidade.

Estou muito satisfeito por estar aqui ao meu lado o Deputado Jeffrey Chiquini, aliás, o Dr. Jeffrey Chiquini, eu o estou chamando de Deputado toda hora, o que é ato falho, mas, ao mesmo tempo, é profecia. Não sei se ele vai gostar. Espero que sim, pois o Brasil vai amar.

Eu quero apenas, Sr. Presidente, dizer que o caso atual que nós estamos enfrentando aqui está ligado com todos os demais que nós estamos vendo hoje, no Brasil. O Dr. Chiquini, aliás, é exemplo disto, porque ele estava aqui em Brasília, para tratar da defesa do Filipe Martins na semana passada; veio à Câmara dos Deputados pela nossa proximidade, pela admiração que eu tenho pelo trabalho dele também; e eu o convidei.

Como V.Exa. bem lembra, na terça-feira passada, eu não estava acompanhado de defesa técnica aqui, apesar de estar acompanhado da Assessoria Técnica do NOVO, que merece também, tanto a do NOVO, como a do meu gabinete, todos os nossos elogios pelo trabalho exemplar que estão fazendo,



e também as demais Assessorias e defensores do Deputado Zé Trovão e do Deputado Marcos Pollon.

Mas ele estava aqui em virtude do julgamento do Filipe Martins; permaneceu em Brasília; alterou o voo no primeiro dia; não pôde ficar na quinta e na sexta; veio para cá hoje de novo; e, enquanto fazia a defesa aqui, acompanhava o justicamento, eu diria, de Filipe Martins no Supremo Tribunal Federal.

Aí, Sr. Presidente, Deputado Fabio Schiochet, eu queria lembrar uma expressão que é bastante popular e diz: *"Quando, num tribunal, a política entra por uma porta, a justiça sai pela outra"*. E isto aqui é um tribunal também.

Nós vimos o que aconteceu hoje, Deputado Moses. E eu sei que ambas as Excelências diante de mim, tanto o Deputado Schiochet como Deputado Rodrigues, estão não surpresos — porque, infelizmente, o que o Moraes faz já não nos surpreende —, mas solidarizados com o Filipe Martins pela pena abusiva de 21 anos de cadeia que acaba de receber por uma viagem que não fez, por uma minuta que não está nos autos e por ter participado de uma reunião em que nenhum outro partícipe o tenha visualizado.

Então, aqui eu quero encerrar minhas palavras para o dia de hoje. Nós retornaremos em fevereiro, para fazer as nossas defesas individuais. Eu quero só pedir que, neste tribunal aqui, a política não entre — apesar de a política ser necessária, a gente ter as nossas relações —, para que a justiça não saia pelo outro lado. Aqui é lei, Regimento, o que nós fizemos ou deixamos de fazer.

Também entendo que todas as testemunhas deram todas as declarações na boa-fé que lhes é peculiar, encerrando aqui pelo Deputado Alberto Fraga — repito, Deputado Sargento Gonçalves, um Deputado que tem cinco mandatos, reconhecido aqui por esta Casa —, para que não se faça injustiça contra os colegas por uma questão política, porque já se está fazendo, por questões políticas, injustiça demais onde se deveria fazer exclusivamente justiça e não política.



Aqui na Câmara dos Deputados, onde ainda nos é dado fazer política, eu clamo apenas por justiça, até para dar exemplo para aqueles que, onde deveria ser feita justiça, estão fazendo política.

Então, agradeço estes minutos finais, que eu sei que são de absoluta tolerância de V.Exa., porque não estou mais inquirindo a testemunha. Agradeço pela condução dos trabalhos no dia de hoje, tanto de V.Exa. como do Deputado Moses e dos demais colegas.

Não sei se outros colegas ainda inquirirão a testemunha, mas agradeço ao Deputado Alberto Fraga, penhoradamente, por estar conosco não apenas agora, mas também no dia da ocupação e ao longo destes últimos dias de bastante luta e muito esclarecimento aqui no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Muito obrigado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Presidente, eu só queria dizer o seguinte: se, porventura, restar alguma dúvida ao nosso Relator, se pairar alguma dúvida sobre o Relator, que, pelo menos, então, ele devolva este processo e convoque todos nós que participamos do ato. Não é justo apenas três estarem sendo, vamos dizer assim, julgados por um ato que foi praticado por uma grande maioria, por mais de 70 Deputados. É lamentável.

Mas eu volto a dizer o que eu disse aqui: confio na justiça, no equilíbrio e na serenidade do Deputado Moses, juntamente com o Presidente Fabio. Tenho certeza absoluta de que nós vamos vencer mais esta etapa aqui no nosso Congresso Nacional.

Eu que agradeço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Obrigado, Deputado Fraga.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, o Deputado Sargento Gonçalves.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (PL - RN) - Sr. Presidente, esta não é bem uma inquirição ao nobre colega, até porque V.Exa. é mais antigo, não é, Coronel



Fraga? Mas quero só, em 1 minuto, rapidamente, clamar pela benevolência do Relator para com esses três pares, três nobres colegas.

Eu respondo a um processo no STF. Depois de 21 anos como policial militar e de já ter passado um bocado de apuros na rua, venho ao Congresso Nacional em meu primeiro mandato, respondendo a um processo ou, na verdade, já indiciado por golpe de Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e incitação ao crime, por postar um vídeo nas redes sociais que nada diz.

Mas eu confesso, nobre Relator, que hoje eu me sinto um pouco mais tranquilo. Eu me sentia angustiado de ver a luta. Como bem disse o Deputado Coronel Fraga, eu passei algumas vezes na frente dos quartéis — e não era no quartel, porque, no Brasil, onde havia um quartel do Exército, havia cidadão brasileiro. Ali não havia movimento organizado, não havia liderança. Havia um que ia para vender churrasco, havia um que ia para orar, havia outro que ia para clamar por intervenção militar, havia outro que ia clamar a Deus, para que Ele chegasse para o bem da Nação.

A verdade é que eu ficava angustiado. Depois que vi estes pais e mães de família serem presos injustamente, eu deitava a cabeça no travesseiro e ficava angustiado. E o fato de hoje eu estar também indiciado me trouxe até uma tranquilidade maior, Deputado Coronel Fraga.

Faço um pedido ao nobre Relator sem demagogia, mas, de fato, do fundo do coração, por uma questão de consciência. Primeiramente, eu clamo por benevolência. Caso isto não seja possível, peço que ele nos inclua também no seu relatório, porque, se é para punir um, que se punam todos. De fato, não há o que difira a conduta dos Deputados Zé Trovão, Marcel van Hattem e Marcos Pollon da conduta dos demais ou da minha conduta.

Então, realmente é constrangedor a gente saber que um colega está sendo punido por nenhum tipo de ato ilícito, por nada que quebrasse o decoro, mas por conta da perspectiva de um ato de injustiça. De repente, a gente vê o colega que combateu com a gente, que estava com a gente num movimento pacífico ali, ser



penalizado. E nós ficamos como que acovardados diante desta situação toda de injustiça.

Deus o abençoe na condução e na conclusão deste seu relatório, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Muito bem, Deputado Sargento Gonçalves.

Passo a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Rodrigo da Zaeli. *(Pausa.)*
Ausente.

Passo a palavra ao Deputado Domingos Sávio. *(Pausa.)*
Ausente.

Passo a palavra aos não-membros.

Tem a palavra o Deputado Pr. Marco Feliciano. *(Pausa.)*
Ausente.

Tem a palavra o Deputado Evair Vieira de Melo. *(Pausa.)*
Ausente.

Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura. *(Pausa.)*
Ausente.

Não havendo mais quem queira usar a palavra, agradeço a presença do Deputado Alberto Fraga. Muito obrigado por ter vindo e ficado aqui, junto com o Deputado Sargento Gonçalves.

Declaro finalizada a oitiva do Deputado Alberto Fraga.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) - Presidente, não precisa ter muita pressa, não. O Conselho não precisa voltar em fevereiro, não, pode voltar em março, abril, maio.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - V.Exa. quer ficar aqui de hoje para amanhã, não é? *(Risos.)*

Eu vou dizer uma coisa a V.Exa., Deputado Zé Trovão, que é do meu Estado: hoje é meu aniversário de casamento, e eu prometi à minha esposa que, ano que vem, eu vou passar o dia com ela. Então, eu peço que o ano que vem seja confortável.



O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) - Não, eu disse a V.Exa. que não precisamos ter pressa para voltar em fevereiro, que podemos voltar em março, abril, maio.

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Ele só está falando isto porque a sogra o defende, como acabou de falar. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - E foi ela que falou: "Vá!".

Então, eu quero agradecer a maturidade de todos no dia de hoje. Incluo o Relator, Deputado Moses Rodrigues, e, em especial, os representados e seus advogados, o advogado do Deputado Zé Trovão, que está à distância, e o Dr. Chiquini, que está aqui também. Agradeço aos membros e não-membros deste Conselho, que nos ajudaram a concluir esta primeira etapa.

Quando o Deputado Marcel van Hattem e o Deputado Zé Trovão diminuíram as obstruções aqui, a gente conseguiu avançar.

Podem ter certeza de uma coisa: o que não vai faltar nesta Presidência... E já deixei claro para todos que aqui passaram, inclusive para a Esquerda e agora também para a Direita, que a minha ideologia fica do lado de fora. Nós não vamos aqui, de maneira nenhuma, cercear o direito de defesa de nenhum membro, de nenhum representado que está neste colegiado.

Eu presidi três Comissões nos meus dois mandatos nesta Casa. E eu falei, quando tomei posse como Presidente do Conselho de Ética, que ele seria o local onde eu menos queria trabalhar. E tenho certeza de que este Conselho aqui não deveria funcionar no ano que vem, não por prevaricação da Presidência ou dos membros, mas para que a gente pudesse focar, de fato, nas soluções para o nosso País, em defesa da nossa democracia e, de fato, em defesa deste Parlamento.

Espero que a gente possa defender, Deputado Fraga, o direito que esta Câmara dos Deputados tem como um dos Poderes. E é isto que a gente vai fazer no ano que vem.

Eu agradeço, mais uma vez, a sabedoria e a maturidade de todos...



V.Exa. disse que não queria falar, Relator. Eu iria falar por último e encerrar a sessão. Mas, em virtude da sua maturidade no dia de hoje, eu lhe passo a palavra, para que não se diga que estou cerceando o direito de defesa ou tolhendo a palavra de alguém.

O SR. MOSES RODRIGUES (Bloco/UNIÃO - CE) - Inicialmente, quero agradecer ao Presidente Fabio Schiochet por permitir que façamos as nossas considerações finais após os trabalhos da semana passada e também do dia de hoje.

Parabenizo V.Exa., Deputado Fabio, pela Presidência, juntamente com o Deputado Albuquerque, o Deputado Josenildo e o Deputado Delegado Marcelo Freitas, que contribuíram para que nós pudéssemos, após a terça-feira passada, quando começamos a inquirição das testemunhas, dar continuidade aos trabalhos e chegarmos, hoje, à conclusão das oitivas de todas as testemunhas arroladas pelos representados.

Quero lembrar que foi dado todo o direito de ampla defesa e do contraditório, porque nós entendemos que, como o Conselho de Ética tem um papel fundamental na análise deste processo, em nenhum momento os representados poderiam ser cerceados no sentido de apresentar suas defesas, com a manifestação dos seus advogados e das suas testemunhas, inclusive permitindo, durante o processo, que algumas testemunhas que não estavam presentes fossem trocadas por testemunhas que estavam presentes no dia do ato.

Assim também V.Exa., juntamente com os outros Presidentes que ajudaram neste processo, concederam a possibilidade de muitas testemunhas darem continuidade à manifestação de forma virtual, assim como os advogados que não poderiam estar presentes, que foram contemplados com a decisão de V.Exa. e também dos demais que participaram e dirigiram os trabalhos.

Então, fica registrado, durante todo este processo, que nós vamos seguir, juntamente com o nosso Presidente, cumprindo o que manda o Regimento desta Casa, porque entendemos que este é um processo muito emblemático e que



precisa ser esclarecido a partir de todos os fatos e das testemunhas que foram aqui já arroladas e falaram.

Devido ao processo legal, no momento certo, nós vamos ouvir os três representados, que são o Deputado Marcos Pollon, que está de atestado, o Deputado Marcel van Hattem e o Deputado Zé Trovão, para que possamos concluir o nosso parecer e o nosso relatório.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Schiochet. Bloco/UNIÃO - SC) - Muito bem, Deputado Moses.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Irei convocar sessão no momento oportuno.

Feliz Natal e próspero Ano-Novo a todos nós!